



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

JOSENILDA FIMA DE ARAUJO SOUSA

**ENTRE A HIDRELÉTRICA E O REASSENTAMENTO: VIDAS EM TRANSFORMAÇÃO
- UM ESTUDO SOBRE MULHERES NO REASSENTAMENTO LARANJEIRAS -
ALTAMIRA-PA**

Altamira-PA

2023

JOSENILDA FIMA DE ARAUJO SOUSA

ENTRE A HIDRELÉTRICA E O REASSENTAMENTO: VIDAS EM TRANSFORMAÇÃO
- UM ESTUDO SOBRE MULHERES NO REASSENTAMENTO LARANJEIRAS -
ALTAMIRA-PA

Dissertação apresentada para a conclusão de curso do Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Organização e Gestão do Território.

Linha de pesquisa: Dinâmicas territoriais na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Herrera.

Coorientadora: Prof.^a Pós Doc. Darlene Costa da silva

Altamira-PA

2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

S725e Sousa, Josenilda.
ENTRE A HIDRELÉTRICA E O REASSENTAMENTO: :
Vidas em Transformação - Um Estudo Sobre mulheres no
Reassentamento Larajeiras em Altamira-PA / Josenilda Sousa. —
2024.
CV f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Jose Antonio Herrera
Coorientação: Prof^a. Dra. Darlene Costa Silva
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Geografia, Belém, 2024.

1. espaço; reassentamento; mulheres; deslocamento;
gênero. I. Título.

CDD 900

JOSENILDA FIMA DE ARAUJO SOUSA

ENTRE A HIDRELÉTRICA E O REASSENTAMENTO: VIDAS EM TRANSFORMAÇÃO
- UM ESTUDO SOBRE MULHERES NO REASSENTAMENTO LARANJEIRAS -
ALTAMIRA-PA

Dissertação apresentada para a conclusão de curso do Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Antônio Herrera (Orientador – PPGeo/UFPA)

Prof. Dr^a. Maria das Graças Silva Nascimento Silva (Examinador Externa – PPGG/UNIR)

Prof. Prof Dr^a. Benedita Alcidema Coelho S.M (Examinador Interno – PPGeo/UFPA)

Prof. Prof.^a Dr^a. Darlene Costa Silva (Coorientadora Pós Doc – PPGeo/UFPA)

DATA: __02__ /08 /2024.

Altamira-PA

2023

DEDICATÓRIAS E AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus pois a minha força veio da minha fé que me trouxe até aqui, “até aqui – o Senhor foi meu Pastor – sem Ele, teria desistido, o Espírito Santo que tanto me guardaram nessa caminhada.

Agradeço enormemente a minha família, mãe Nilda Fima, meu filho Vinicius Gabriel Araujo, minha irmã Georgia Fima, meu irmão James Fima – não há palavras para agradecê-los, mesmo com todas as preocupações com minha saúde sempre estiveram lá e/ – amo incondicionalmente vocês. Agradeço todo o apoio minha Coorientadora Darlene Costa da Silva, que me fez refletir sobre a importância de lutar nas adversidades surgidas, meu amigo.

Genilson que é aluno do Doutorado PPGEQ que também ajudou com suas palavras e dicas de conhecimento. Agradeço ao José Antônio Herrera, muito Obrigado por me fazer viver o mestrado da forma que eu aprendi muito no universo da pesquisa. (Vivendo o universo da pesquisa com determinação e luta).

Agradeço aos professores do Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará, a todos, muito obrigada pelos ensinamentos dentro e fora de sala de aula. Faço referência a uma amiga Francinete Pinto Novais (conhecida como negona,) membro do MAB no RUC Laranjeiras, que fez parte diretamente do meu ciclo de pesquisa.

A todas as mulheres que residem no RUC Laranjeiras, vocês, sem dúvida, foram muito importantes nessa caminhada: Obrigada mulheres guerreiras e lutadoras, por todos os momentos compartilhados em 2022.

Agradeço aos amigos companheiros em algumas disciplinas e por todas as boas histórias de vida compartilhadas nas aulas do mestrado. A todas estas pessoas agradeço a participação direta e indireta na construção da minha dissertação. Agradeço aos professores que participaram da avaliação de meu trabalho, quando da ocasião de meu relatório de qualificação e de minha defesa, bem como as valorosas contribuições dadas.

RESUMO

A presente dissertação que tem como objetivo analisar os impactos na mudança da dinâmica socioespacial das mulheres remanejadas para o RUC Laranjeiras, ou seja, mostrar como essas mulheres padeceram e ainda padecem com o deslocamento compulsório em função da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, na Volta Grande do Xingu. O foco da discussão se apresenta relevante devido às desconstruções do espaço vivido e o remanejamento de mulheres para os Reassentamentos Urbanos, pensados como uma medida compensatória para os agentes sociais atingidos. Como forma de investigação e explicação da realidade estudada, a pesquisa ampara-se no método geográfico, percorrendo pelo materialismo histórico e dialético. O caminho metodológico ampara-se numa base exploratória. A pesquisa será sustentada por três pilares (teórica, histórica, empírica). Como resultado pode-se verificar que as mulheres tiveram seu modo de vida alterado de forma drástica, sem pelo menos serem ouvidas no processo de deslocamento, com isso buscam de forma incansável pelos seus direitos.

Palavras-chave: espaço; reassentamento; mulheres; deslocamento; gênero.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the impacts on the change in the socio-spatial dynamics of women relocated to RUC Laranjeiras, that is, to show how these women suffered and still suffer with the compulsory displacement due to the Belo Monte Hydroelectric Plant, in Volta Grande. from Xingu. The focus of the discussion is relevant due to the deconstructions of the lived space and the relocation of women to Urban Resettlements, thought of as a compensatory measure for the affected social agents. As a form of investigation and explanation of the reality studied, the research is based on the geographic method, using historical and dialectical materialism. The methodological path is based on an exploratory basis. The research will be supported by three pillars (theoretical, historical, empirical). As a result, women have had their way of life drastically changed, without at least being heard in the displacement process, thus tirelessly searching for their rights.

Keywords: space; resettlement; women; displacement; gender.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – RUC Laranjeiras	15
Figura 2 – Reuniões na Residência de Moradores RUC	19
Figura 3 – Oficina realizada com as mulheres moradoras RUC Laranjeiras	21
Figura 4 – Planta do RUC Laranjeiras.....	25
Figura 5 – Reassentamento urbano coletivo Laranjeiras.....	35
Figura 6 – Serviços básicos	36
Figura 7 – Liderança das mulheres da Associação do RUC Laranjeiras.....	37
Figura 8 – I Encontro Internacional de Mulheres da Floresta Amazônica.....	41
Figura 9 – Invisibilidade na tomada de decisões.....	44
Figura 10 – Escutas sociais de mulheres /moradora do RUC Laranjeiras.....	46
Figura 11 – Oficina com representantes Movimento mulheres atingidas por Barragem	47
Figura 12 – Linha cronológica / Conquistas femininas 1827-1879	53
Figura 13 – Linha cronológica / Conquistas femininas 1910-1962	53
Figura 14 – Linha cronológica / Conquistas femininas 1974-1979	54
Figura 15 – Linha cronológica / Conquistas femininas 1985-2018	54
Figura 16 – Antônia Melo Lideranças Movimento Xingu vivo para sempre.....	60
Figura 17 – Cenário de uma plenária de reunião.....	61
Figura 18 – Impactos visíveis da falta de água no RUC Laranjeiras	92
Figura 19 – Reservatório RUC Laranjeiras	93
Figura 20 – Palavras Geradoras criadas pelas Mulheres	94
Figura 21 – Distribuição de Jornais com noticiários sobre altas taxas de energias cobradas..	96
Figura 22 – Encontro de mulheres do Xingu.....	99
Figura 23 – Audiência Ginásio da Brasília.....	100

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1 – Processo de licenciamento.....	33
Organograma 2 – Processos decorrentes de remanejamento compulsório.....	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perfil produtivo antes do remanejamento	73
Quadro 2 – Distribuição de Energia	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Mulheres entrevistada com faixa etária idade	20
Tabela 2 – Cor declarada mulheres participantes da pesquisa RUC Laranjeiras	48
Tabela 3 – Renda mencionada participantes da pesquisa RUC Laranjeiras.....	70

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO DA HIDRELETRICA BELO MONTE E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO REASSENTAMENTO LARANJEIRAS	27
2.1	CONCEITO DE ESPAÇO COMO INSTÂNCIA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIOESPACIAL.....	27
2.2	HIDRELÉTRICA BELO MONTE E O REASSENTAMENTO LARANJEIRAS.....	33
2.3	A ESPACIALIDADE DAS MULHERES NA AMAZÔNIA.....	37
2.4	A INVISIBILIDADE DA MULHER NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO.....	43
3	GÊNERO, MULHERES E ESPACIALIDADE NO REASSENTAMENTO LARANJEIRAS	50
3.1	FORMAS DE EXPLICAÇÃO SOCIOLÓGICA SOBRE GÊNERO E MULHERES.....	51
3.2	A LUTA DAS MULHERES POR SEUS DIREITOS	52
3.3	O "SER E VIVER" TRADICIONAL DA MULHER.....	55
3.4	MULHERES REMANEJADAS E AS RELAÇÕES DE DESIGUALDADE	62
4	RETRATOS DO COTIDIANO E ESPACIALIDADES DAS MULHERES NO REASSENTAMENTO LARANJEIRAS	67
4.1	O PAPEL DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO	69
4.2	FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES NO REASSENTAMENTO LARANJEIRAS	70
4.3	PERFIL E TRAJETÓRIA DE VIDA DAS MULHERES ENTREVISTADAS	72
4.4	DESAFIOS E OPORTUNIDADES ENFRENTADOS PELAS MULHERES	74
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
	REFERÊNCIAS	105

1 INTRODUÇÃO

A Geografia é uma ciência que estuda os fenômenos materializados no espaço, tendo como central a relação homem-natureza. Santos (1979, p. 10) menciona que o “espaço reproduz a totalidade através das transformações determinadas pela sociedade”. Pesquisar a produção do espaço faz-se um desafio recorrente, principalmente quando tem no escopo do estudo a produção forçada pelos determinismos da reprodução ampliada do capital, por meio do aporte de grandes objetos técnicos no espaço.

O descrito, pode ser constatado na cidade de Altamira, na qual se verifica a produção forçada do espaço com a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em que parte da sociedade foi compulsoriamente remanejada para os Reassentamentos Urbanos Coletivos – RUC, espaço planejados pelos empreendedores para atender as famílias que foram retiradas de seus antigos espaços.

Como pano de fundo teórico, busca-se nas obras de Milton Santos os elementos para explicar a produção do espaço, bem como as novas espacialidades em função do deslocamento compulsório, para tanto, entende-se que o “Espaço reproduz a totalidade através das transformações determinadas pela sociedade” Santos (1979, p. 10). Portanto, o espaço não pode ser entendido apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais. O espaço é social, considerado aquele que é apropriado, transformado e produzido pela sociedade. Estudos feitos até aqui, já enfatizaram que a construção de uma Usina Hidrelétrica acarretou muitas transformações no modo de vida das pessoas e conseqüentemente na dinâmica espacial (Herrera; Santana, 2016).

No entanto, pouco ou quase nada se lê acerca das espacialidades das mulheres remanejas, sejam relatos e interpretações das espacialidades que outrora viviam ou as novas espacialidades, essas condicionadas pelo deslocamento compulsório. Neste sentido, no presente texto apresenta-se elementos sobre as espacialidades das mulheres remanejadas para o RUC Laranjeiras, essas inviabilizadas no processo, mesmo sendo elas, na maioria dos casos de regularização das novas casas, as responsáveis pelos processos formais.

De acordo Massey (2015, p. 15) a verdadeira possibilidade de qualquer reconhecimento sério da multiplicidade e da diferença depende de um reconhecimento da espacialidade, por isso, empenha-se em desvelar as espacialidades da mulher remanejada em meio a processos que se configuram a partir do plano estratégico e ideológico do Estado, como conservador, sexista, classista e androcêntrico por meio de suas políticas de planejamento urbano. Aranha Silva

(2010) destaca que o processo de reassentamento, seja ele rural ou urbano, rompe com as tradições culturais, o elo familiar e não assegura a manutenção das condições anteriores de vida.

No escopo deste texto, apresentará os resultados preliminares da pesquisa acerca do processo de deslocamento compulsório, gerado pela construção da hidrelétrica de Belo Monte, dando voz a mulher, à medida que expõe as percepções de muitas daquelas que sofreram o processo e se colocaram à disposição de relatar, de expor seus traumas em função da transformação abrupta.

A segregação espacial assume formas peculiares, dependendo principalmente das condições nas pequenas, médias e grandes cidades no Brasil. A segregação é percebida majoritariamente na forma involuntária de deslocamento das populações menos favorecidas e pobres para regiões indesejáveis.

Sob essa perspectiva e considerando a implementação do empreendimento hidrelétrico de Belo Monte na região do Xingu, a cidade de Altamira passou por um intenso processo de redefinição urbana, com a desmobilização de diversas áreas da cidade e a construção de cinco Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs). Entre os RUCs, a pesquisa analisa de maneira específica o RUC Laranjeiras, previsto no Plano Básico Ambiental (PBA) de Belo Monte, construído como compensação para os moradores do entorno de áreas de risco delimitadas pela empresa Norte Energia.

Torres (2005), ao trabalhar o termo segregação, o define como "aglomeração de determinado grupo social/étnico em uma determinada área", o que é observado nas realidades das cidades brasileiras.

Ao longo das mudanças do cenário político, projetos desenvolvimentistas são pensados para regiões, evidenciando que esses são perversos, obrigando de forma involuntária grupos sociais a desconstruírem seus espaços e reconstruírem grandes aglomerados com precariedades de infraestruturas. Nesse sentido, verifica-se que "a população é forçada de modo involuntário a se agrupar em uma certa área" (Almeida, 2005, p. 24).

O deslocamento decorrente de pessoas atingidas por grandes projetos traz histórias de lutas, resistências de grupos e comunidades inteiras que sofrem, pois "tendem a amenizar, mascarar ou justificar o discurso do 'progresso e a modernização, bem-estar de todos'" (Almeida, 1995, p. 471).

Contudo, a problemática norteadora desta pesquisa tem como questão central: quais os impactos sofridos na dinâmica socioespacial das mulheres remanejadas compulsoriamente para o Reassentamento Urbano Laranjeira?

Deve-se buscar a compreensão não apenas da produção das coisas no espaço, mas da produção do espaço enquanto produto social orientado pela questão de gênero, tendo em vista a análise lefebvriana que menciona a sociedade urbana como obra e produto humano. Ou seja, na medida em que se produz a vida, a sociedade também produz e reproduz o espaço através das relações sociais que se materializam no real/concreto (Cardoso, 2012).

No contexto dos estudos do RUC Laranjeiras, busca-se um olhar sobre as condições socioespaciais das mulheres do RUC Laranjeiras, abordando a dimensão de gênero nos impactos da construção da Hidrelétrica de Belo Monte. Isso torna possível a interpretação das condições de trabalho das mulheres remanejadas para o RUC Laranjeiras em Altamira-PA.

Para Lefebvre (2016, p. 79), todo esse fenômeno consiste na "negação da cidade pela industrialização". No caso do Reassentamento Urbano Coletivo Laranjeiras, as mulheres foram invisibilizadas, conforme se observa nos estudos feministas. A geografia busca superar os obstáculos estabelecidos pela lógica androcêntrica e pelo patriarcado colonial.

A discussão de gênero e poder se configura como uma temática necessária no âmbito do RUC Laranjeiras. Segundo Joan W. Scott (1995; 1998), que aborda o conceito de gênero, fazendo uma crítica à noção de uma "história das mulheres", pois, para ela, não basta mencionar as mulheres ou escrever uma história das mulheres: é necessário mudar os fundamentos do conhecimento científico e pensar a história a partir de uma perspectiva de gênero.

O estudo ganha relevância ao analisar os impactos na mudança da dinâmica socioespacial das mulheres remanejadas para o RUC Laranjeiras, que sofreram deslocamento compulsório devido à construção da Hidrelétrica Belo Monte, na Volta Grande do Xingu.

Mesmo em um estudo de caso concentrado em um ponto específico de um único local, impõe-se ao pesquisador um horizonte vasto e móvel, a fim de investigar um fenômeno dado. O pesquisador deve identificar as inter-relações do objeto com o sujeito, ou sujeitos, e com o entorno do qual faz parte.

Considera-se que a investigação seja contemporânea ao objeto, acompanhada na dimensão espaço-tempo. Contudo, admite-se que "o espaço não existe como uma dimensão social independente e individualizada" (Damatta, 1997, p. 30). O espaço urbano é reconhecido como produzido e reproduzido social e culturalmente, tendo o ser humano como ator e objeto em sua relação dialética com o ambiente – seja ele natural ou artificial –, e não se extingue nem se limita espacial e temporalmente com o fim da investigação.

Dado que a referida pesquisa possui uma abordagem qualitativa, consideramos que o trabalho não possui estruturas definidas, permitindo a exploração de vários enfoques pelo

pesquisador. A pesquisa qualitativa tem os objetivos de amostrar e produzir informações aprofundadas e ilustrativas; seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (Deslauriers, 1991, p. 58).

Segundo Minayo (2007), essa abordagem trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Os fenômenos humanos passam a ser entendidos como parte da realidade social, pois o que distingue o ser humano não é apenas o agir, mas o pensar sobre o que produziu e a interpretação de suas ações a partir da realidade vivida. Neste sentido, ela se agrega a outros estudos sobre espaço e interação.

Conforme Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, significando que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

Ao fazer uma análise, percebe-se um conjunto de reflexões sobre diversas contribuições teóricas, como "ocupação do espaço", "dinâmicas construídas", urbanização de fronteiras e segregação espacial. Notavelmente, observa-se que estudos anteriores se aproximam da compreensão e das especificidades desses processos, mas cada vez mais avançam estudos nesse contexto. É imprescindível para a pesquisa ir a campo e utilizar formas exploratórias, visando aprofundar o conhecimento do pesquisador sobre o assunto estudado. Pode ser usada para facilitar a elaboração de um questionário ou servir de base para uma futura pesquisa, ajudando na formulação precisa dos problemas de pesquisa (Mattar, 1996).

Como já mencionado, essas reflexões têm como objetivo principal contribuir para os estudiosos das ciências, especificamente da geografia, que estudam o espaço e suas relações entre a sociedade e o meio. Outras linhas de pesquisa na perspectiva de um compromisso com o meio geográfico e demais ações que ocorrem no território.

A partir de um recorte histórico de remanejamento e reconstrução do espaço, relacionando-se com a segregação involuntária, a população reassentada no RUC Laranjeiras faz parte da área direta de influência do Rio Xingu. Essa população morava em espaços sujeitos a alagamentos de acordo com os períodos de seca e chuvoso da região. A Figura 1 evidencia a estrutura do RUC Laranjeira.

Figura 1 – RUC Laranjeiras



Fonte: Pesquisa de campo, Sousa, 2023.

Construído para a população remanejada, O RUC Laranjeiras é dividido em dois setores: o setor 1 foi o primeiro a receber moradores; o setor 2, por sua vez, ainda recebe moradores por conta de uma parcela de atingidos que vem sendo reconhecida em decorrência de inúmeros fatores burocráticos. As realocações se iniciaram ainda no ano de 2015 e até os dias atuais vivenciam-se o reconhecimento do direito à moradia por grupos excluídos neste contexto.

O Processo de remanejamento da população para o RUC Laranjeiras compõe parte da política de reordenamento territorial que foi pactuada pelas empresas do Consórcio Belo Monte responsável pela construção da Hidrelétrica de Belo Monte.

Ao desenvolver os estudos em tela, estou intensificando e ampliando discussões acerca dos impactos sofrido pelas mulheres remanejadas em decorrência de projetos Hidrelétricos, que buscou dialogar sobre o caso RUC laranjeiras. As relações da invisibilidade das mulheres.

As análises se voltaram para os impactos na vida das mulheres que vivem no reassentamento pensado como forma compensatória. Procurando entender como as relações de gênero que se estabelecem neste espaço. Revelar a importância sobre as resistências das mulheres diante da associação do Bairro em parceria com o Movimento atingidos por Barragens (MAB), na busca da garantia dos direitos das mulheres e o entendimento de que se fazem necessárias mudanças sociais no tocante à igualdade de gênero.

O interesse pelo tema/estudo sobre as, relações de gênero que surgiu a partir do meu envolvimento com estudos relacionados a remanejamentos de famílias por conta de empreendimento hidrelétrico de UHE Belo Monte.

A pesquisa com viés de estudo da espacialidade das mulheres no RUC Laranjeiras descrever, de forma discursiva, as categorias de análise, os conceitos que sustentam o objeto de estudo e o caminho teórico metodológico da pesquisa. Discutir e identificar a invisibilidade das mulheres no RUC Laranjeiras, com olhar para a igualdade de gênero. Compreender como as mulheres têm se organizado para superar as problemáticas do dia a dia no RUC laranjeiras.

A dissertação resultante desta pesquisa está estruturada em três capítulos: O CAPÍTULO I: CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO DA HIDRELETRICA BELO MONTE E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO REASSENTAMENTO LARANJEIRAS, que conta com os seguintes subtítulo: O Conceito de Espaço como Instância de Transformação Socioespacial; Hidrelétrica Belo Monte e o Reassentamento Laranjeiras; A Espacialidade das Mulheres na Amazônia e A Invisibilidade da Mulher na Produção do Espaço, que tem como objetivo

caracterizar as condições socioespaciais das mulheres do RUC Laranjeiras, no contexto da construção da Hidrelétrica de Belo Monte.

O CAPÍTULO II: GÊNERO, MULHERES E ESPACIALIDADE NO REASSENTAMENTO LARANJEIRAS, que consta com os seguintes subtítulos: Formas de Explicação Sociológica sobre Gênero e Mulheres; A Luta das Mulheres por Seus Direitos; O "Ser e Viver" Tradicional da Mulher e Mulheres Remanejadas e as Relações de Desigualdade, tem como objetivo abordar a dimensão de gênero no contexto da construção da Hidrelétrica de Belo Monte.

O CAPÍTULO III: RETRATOS DO COTIDIANO E ESPACIALIDADES DAS MULHERES NO REASSENTAMENTO LARANJEIRAS, com os tópicos: O Papel da Mulher no Mercado de Trabalho; Famílias Chefiadas por Mulheres no Reassentamento; Perfil e Trajetória de Vida das Mulheres Entrevistadas e o Desafios e Oportunidades Enfrentados pelas Mulheres, tem como objetivo interpretar a condição de trabalho das mulheres remanejadas para o RUC Laranjeiras em Altamira-PA e as considerações finais.

A hipótese exposta é de que as consequências da construção de hidrelétrica Belo Monte extrapolam os vários níveis de atuação na vida das mulheres, dando destaque para a questão econômica que atinge diretamente a sociabilidade feminina, com o remanejamento forçado que impactou a dinâmica socioespacial das mulheres no âmbito do trabalho no reassentamento no RUC Laranjeiras.

O modo de vida das mulheres foi se modificando antes, durante e depois da construção da hidrelétrica, trazendo transformações nas relações familiares, de vizinhas e parentescos causando desigualdade na reprodução da vida social afetando o vínculo com o espaço vivido.

Este trabalho propõe compreender os impactos no âmbito das atividades laborais das mulheres, causados pela construção da UHE Belo Monte na dinâmica socioespacial no RUC Laranjeiras. Nesse sentido, serão adotados alguns passos metodológicos para a elaboração do presente trabalho, que será executado na comunidade RUC Laranjeiras, na cidade de Altamira. Destacam-se os seguintes pontos de visita dos "CAMPOS EXPLORATÓRIOS"

Para efeitos de construção dessa pesquisa foram realizadas visitas de campo, com objetivo de levantar dados e informações importantes para ajudar na interpretação e sustentação do trabalho. Foram levantados no sentido pontual, questionamentos sobre as famílias remanejadas compulsoriamente, a qual é o principal objeto de pesquisa desse trabalho. Foi feito o reconhecimento da área de estudo, mapeamento das áreas de interesses e seus arredores, reflexão à forma de chegada junto aos espaços e às pessoas que ali habitam, A escolha de

adequados instrumentos de pesquisas para cada etapa da pesquisa. A Construção e ajuste das ferramentas de pesquisa para o campo.

O mapeamento da área de pesquisa foi desenvolvido com auxílio de cartografias como Carta- imagem elaborada a partir da utilização das Imagens Google Earth, entre outros recursos, atualizada a cada retorno do trabalho de campo. A reflexão relativa de chegada dos moradores junto aos espaços e às moradias planejadas para receber demais moradores remanejados e suas famílias. Nessa condição, definiu-se a estratégia e o uso de instrumento de pesquisa, em muitos casos como os próprios pesquisadores. A título de exemplo vale ressaltar o “cenário participativo” feito nas comunidades-alvo e com a participação efetiva dela.

- Levantamento dos dados de campo

Foi feito duas grandes bases de estudos. Primeiramente, foi realizado um aprofundado levantamento de dados bibliográficos impresso e digital disponível sobre Geografia, História, que corrobora para os estudos sobre o RUC Laranjeiras, Altamira/PA. Também foi realizado levantamentos de documentos relativos à construção do RUC Laranjeiras.

- Organização dos dados de campo

Os dados levantados durante a pesquisa foram divididos em dois grupos de pesquisas. Um deles de material impressos: livros, teses, dissertações, monografias, artigos, jornais, documentos, mapas, figuras etc. o outro será composto por materiais digitais, adquiridos de múltiplas fontes, com destaque para a internet e trabalho de multimídia.

Os dados de campos foram organizados em dois bancos. O primeiro banco corresponde às 42 entrevistas que foram aplicadas nas residências das moradoras no RUC, também foram aplicadas as entrevistas nas reuniões com as mulheres da associação que participaram de eventos sociais. Na pesquisa as entrevistadas foram intituladas pelos nomes de peixes no qual o nome das mulheres entrevistadas era o nome da rua onde reside no RUC. A figura 2 registro da pesquisa.

Figura 2 – Reuniões na Residência de Moradores RUC



Fonte: Pesquisa de campo, Sousa, 2023.

O segundo banco foi organizado no programa Excel com os dados gerados a partir das atividades de campo, tanto da entrevista quanto pelas anotações no caderno de campo. Os tratamentos dos dados foram feitos com auxílio do Excel, pois ele é indispensável devido suas funções, sejam eles de construção para ajudar a fazer quantificações, comparações dos dados coletados no período da pesquisa.

A análise documental foi imprescindível para se constatar que o processo de estudo que envolve as mudanças na dinâmica das famílias, o procedimento de cadastro é fortemente marcado por trâmites burocráticos, que culminam com a expropriação das mulheres.

Nesse sentido, a análise documental tem o caráter de profundidade e detalhamento do tema exposto. Segundo Fachin (2005, p. 27), “sua principal função é a explicação ou enumeração sistemática das coisas (fatos) que ocorrem no contexto social e geralmente se relacionam com uma multiplicidade de variáveis”. A pesquisa de campo, segundo Duarte (2002, p. 152) “implica incorporar referências teórico-metodológicas de tal maneira que se tornem lentes a ferramentas invisíveis a captar sinais, recolher indícios, descrever práticas, atribuir sentido a gestos e palavras”.

Com as idas a campo as entrevistas orais ajudarão a compreender a dinâmica de reorganização dos grupos e da reconstrução de vínculos sejam os anteriores às mudanças e posteriores a reconstrução do espaço. O levantamento de informações em campo consiste em entrevistar as famílias que vivenciaram o processo forçado de abandono de seu espaço construído que são chefiadas por mulheres. Segundo se pode constatar nas entrevistas que o índice de mulheres estava na faixa etária predominante de idade das mulheres entrevistadas, é a meia idade configurada de 40 a 65 anos de idade.

Isso significa que há uma presença de mulheres em meia-idade, no RUC Laranjeiras. mulheres que já possui filhos, já passam por jornada longa de trabalhos domésticos que são invisibilizadas de uma certa maneira. Estas mulheres muitas vezes não estão o mercado de trabalho. Conforme mostra a Tabela 01, a faixa etária idade das entrevistadas mencionadas participantes da pesquisa RUC Laranjeiras.

Tabela 1 – Mulheres entrevistada com faixa etária idade

	frequência	(%)	
Adulthood	8	19,05	26 anos e 1 dia até aos 40 anos.
Meia-idade	30	71,43	40 anos e 1 dia até aos 65 anos
Terceira idade	4	9,2	Dos 65 anos e 1 dia até aos 80 anos
Total	42	100	

Fonte: Pesquisa de campo, Sousa, 2023.

Os estudos e os levantamentos em campo constituíram em uma das importantes etapas da pesquisa. Os dados históricos coletados possibilitaram traçar um perfil das mulheres, identificar os tipos de conflitos gerados, identificar os impactos desencadeados nas vidas das mulheres impactadas, ao se localizarem no mapa com as coordenadas do RUC que ajudaram a classificar causas e consequências dos conflitos.

A Realização de uma oficina ajudou a promover o exercício ético, gerando material para análise, criou-se um espaço de trocas que potencializou a discussão sobre a problemática do RUC Laranjeiras com um olhar para as mulheres.

Vale lembrar que estudos realizados acerca dos reassentamentos pensados como forma compensatória por Belo Monte já foram estudados e que evidenciam “aparentes melhorias na estrutura e oferecimento de serviços básicos na realocação das famílias, ainda existem dificuldades na manutenção e continuidade dos serviços prometidos, bem como na insatisfação pelas promessas/propostas não efetivadas” (Coutinho, 2016).

Na figura 03, a oficina realizada com as mulheres moradoras do RUC Laranjeiras possibilitou o exercício de percepção das especialidades das famílias antes da mudança para o Reassentamento. Cabe evidenciar que há discussões acerca do descumprimento de condicionantes como a preservação de laços afetivos, o circuito de vizinhanças, e a proximidade de familiares para que se fosse respeitado a identidade das famílias remanejadas.

Figura 3 – Oficina realizada com as mulheres moradoras RUC Laranjeiras



Fonte: Pesquisa de campo, Sousa, 2023.

Ao ser realizado a dinâmica com as mulheres do RUC Laranjeiras para representarem sua espacialidade antes da mudança no mapa acima, criado para ser usado na dinâmica em que as mulheres participaram, demarcando a origem do remanejamento. Logo as mulheres relataram, mudanças que permanecem no seu dia a dia que causam impactos no cotidiano da espacialidade vivenciada no RUC laranjeira. Sendo criado pelas mulheres placas que mencionavam as dificuldades no espaço produzido no reassentamento.

No estudo da produção do espaço urbano da cidade de Altamira, modificada com a construção da Hidrelétrica Belo Monte, houve a remoção de várias famílias das áreas consideradas dentro da cota de inundação. Como forma de realocar a população atingida, a empresa Norte Energia construiu os Reassentamentos Urbanos Coletivos, como parte da política compensatória.

Este modelo de espaço tende a expressar, de certa forma, uma contradição, pois há um desarranjo espacial para essas populações remanejadas que sofrem com os reflexos das mudanças, interferindo significativamente no espaço vivido (Jesus; Vilar, 2022; Delgado, 1999). A contradição emerge da aparente dicotomia entre a intenção de oferecer uma solução habitacional e a realidade das consequências adversas experimentadas pelas comunidades afetadas.

O desarranjo espacial transcende as dimensões físicas, abrangendo questões como o acesso a serviços essenciais, a manutenção de redes sociais estabelecidas ao longo do tempo e o impacto nas atividades econômicas tradicionais (Sposito, 2011). As comunidades remanejadas muitas vezes enfrentam dificuldades na reconstrução de suas vidas, confrontando

a perda de laços comunitários, a familiaridade com o ambiente e as práticas culturais que caracterizavam seu espaço vivido anterior.

A interferência no espaço vivido vai além do rearranjo de edificações e ruas; ela atinge as fundações da identidade local. A contradição reside na tentativa de criar um novo ambiente que, em teoria, oferece melhorias, mas que, na prática, pode resultar em desconexão, deslocamento cultural e perda de pertencimento (Certeau, 2003, p. 202). A experiência vivida pelas populações remanejadas torna-se, assim, um microcosmo de desafios mais amplos enfrentados por comunidades que passam por processos similares de desenvolvimento urbano e reassentamento.

Nesse contexto, a contradição reflete não apenas a transformação física do espaço urbano, mas também a complexidade das relações sociais, culturais e indenitárias que estão intrinsicamente ligadas ao ambiente em que as comunidades se desenvolveram ao longo do tempo (Signorelli, 1999). A compreensão dessa contradição requer uma análise holística que vá além das mudanças superficiais na paisagem urbana, considerando os aspectos mais profundos das vidas das pessoas afetadas.

Assim, ao abordar essa contradição, é essencial explorar as múltiplas camadas de impacto, desde os aspectos psicossociais até as implicações econômicas e culturais (Certeau, 2000; Gohn, 2008). Essa ampliação no entendimento do desarranjo espacial proporciona uma visão mais abrangente das complexidades envolvidas nos processos de transformação urbana e destaca a importância de abordagens sensíveis e inclusivas ao lidar com as comunidades impactadas por mudanças significativas em seus espaços vividos.

Na maioria dos projetos pensados como forma de desenvolvimento para um determinado local, é necessário um estudo profundo para detectar pontos positivos e negativos para as populações existentes em um determinado espaço. No caso da cidade de Altamira, que vivia de acordo com a dinâmica do rio, torna-se mais preocupante no que diz respeito aos atores sociais que constituem esses locais.

Segundo Corrêa (1989, p. 10), o espaço urbano capitalista "é fragmentado, articulado, sendo reflexo e condicionante social, com muitos símbolos e campo de lutas". Isso só ocorre em virtude desses elementos serem produtos da própria sociedade, surgidos com ações anteriores e que ficaram acumulados. A dinâmica do capital é mutável e influencia práticas, originando um processo constante de reorganização espacial.

A cidade se destaca como um dos centros da "fronteira móvel" (Becker, 2005) e enfrenta o desafio da "mudança do padrão de organização do espaço" (Trindade JR., 2011), diante das

possíveis consequências sociais e ambientais da implantação de dois grandes projetos nacionais: a UHE Belo Monte e a pavimentação da Rodovia BR-230.

Nessa perspectiva, Corrêa (1989) afirma que as cidades se constituem no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si, definindo áreas como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer, entre outras. Por meio desse conjunto de usos e disposição dos lugares, dá-se a organização territorial da cidade.

De acordo com Santos (2008), existem duas cidades ou diversas cidades dentro da cidade. Esse fenômeno é o resultado da oposição entre níveis de vida e entre setores de atividades econômicas, ou seja, entre classes sociais. "Pode ser verificado e medido pela análise diferencial de um certo número de características do habitat e dos serviços de cada bairro, assim como pelas trocas entre as diferentes frações do tecido urbano" (Santos, 2008, p. 190).

A necessidade de deslocamento das populações que residem e trabalham nas áreas de implantação de usinas hidrelétricas gera muitos conflitos de interesses, evidenciando a complexidade da sociabilidade humana, abrangendo diversas escalas geográficas e sociais. A territorialidade dos grupos humanos pode ser estruturada, segundo Soja (1971, p. 34), por três ingredientes básicos: um sentido de identidade espacial, um sentido de exclusividade e uma compartimentação da interação humana no espaço. A identidade espacial se manifesta como um sentimento de afetividade ou de topofilia, conforme Tuan (1980).

O senso de exclusividade, frequentemente um sentimento latente, só emerge quando existe uma ameaça de invasão ao espaço familiar por parte de estranhos à cultura e ao ambiente desse meio, favorecendo uma atitude de autossegregação coletiva. É notável diante da expropriação e remanejamento dessas populações que as mudanças trazem consequências drásticas no comportamento social e na relação de pertencimento.

Diante do exposto, compreende-se que entender as modificações e transformações desencadeadas por um empreendimento hidrelétrico requer um conjunto de análises (seja social, ambiental, cultural, econômica). Assim, para entender as transformações decorrentes, é necessário compreender o momento em que vivemos e a situação de cada lugar específico, pois tudo está em processo de criação, e o entendimento de espaço pode ser utilizado como elemento explicativo das novas dinâmicas sociais. Nesse sentido, Carlos (2001, p. 65) afirma que:

O espaço geográfico é produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais no sentido amplo de reprodução da sociedade, em um determinado momento histórico - um processo que se define como social histórico; o que significa que há uma relação necessária entre espaço e sociedade.

Esse espaço corrobora na sua organização social sendo produto e condição da sua socio dinâmica e “o significado dos objetos para cada um é, basicamente, gerado a partir da maneira pela qual lhe é definido por outras pessoas com quem interage”

Para Harvey (2004) o desenvolvimento geográfico desigual dificulta a unificação dos múltiplos interesses das classes sociais, no caso dos moradores de áreas diversas da cidade de Altamira foram remanejados para o RUC laranjeiras, tendo em vista que esse espaço foi transformado pelas condicionantes do PBA de Belo Monte, pois as famílias foram expropriadas e tiveram que se readequar em um novo espaço com mudanças drásticas em seu modo de vida. A figura 04 evidencia a espacialização e a organização do RUC Laranjeiras. O RUC Laranjeiras foi construído entre 2013 e 2014 e foi o penúltimo a ser utilizado pela Norte Energia para remanejar as famílias desapropriadas pela construção da Hidrelétrica de Belo Monte.

Figura 4 – Planta do RUC Laranjeiras



Fonte: Norte Energia, 2022.

No que compete falar sobre os atingidos por barragens, uma nova consciência foi sendo ressignificada nestas quatro décadas, importante destacar as décadas de 1970 e nas décadas de 1980 e 1990, a população atingida pela construção de usinas hidrelétricas passou a ter uma visão sobre a questão do direito à terra e a moradia, compreendendo os problemas decorrentes da implantação delas. Assim, esses fatores levaram à mobilização social, através do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), grupos de mulheres, ribeirinhos, ente outros.

Ao que se viu no cenário de UHE Belo Monte, que a comunidade se mobilizou, as pressões sociais aumentaram. Os movimentos sociais exercem um papel de destaque no espaço de lutas que se configura entre os atores sociais e as empresas responsáveis pelo empreendimento. Dessa forma, os movimentos obtêm informações e orientam a população atingida, como forma de conscientização e mobilização.

Os espaços pensados e construídos como forma compensatórias são vistas pelas empresas responsáveis como construções. E ao que se ver ao vivenciar as espacialidades de comunidades remanejadas são que existem conjunto de percepções acerca do rio, da terra, do território e do universo cultural da população que foi remanejada para esses reassentamentos Urbanos.

2 CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO DA HIDRELETRICA BELO MONTE E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO REASSENTAMENTO LARANJEIRAS

O Reassentamento Laranjeiras surgiu como resposta a um contexto de remanejamento populacional, onde bairros foram deslocados de suas áreas de origem para dar lugar a novos projetos urbanos. Esse processo envolveu desafios significativos, desde questões relacionadas à desestruturação social e perda de laços comunitários até o impacto nas atividades socioeconômicas das famílias reassentadas.

Segundo Silva (2018, p. 64-65), [...] “as formas de organização socioespacial, compreendem uma complexidade de variáveis na constituição dos conflitos espaciais típicos de uma área de exploração do grande capital para explicitar elementos das transformações que ocorreram com o ambiente e as famílias em condições de afetadas”. O empreendedor considera a área de abrangência e não o sujeito que está inserido no contexto da barragem. A empresa determina quem é o impactado. E isso fica bem evidente no decorrer da pesquisa de campo quando se observa a situação dos moradores afetados. Sendo assim:

O empreendedor considera o espaço físico e desconsidera os sujeitos que estão inseridos neste espaço. A Norte Energia desrespeita toda a história que esses moradores construíram no decorrer de uma vida, seu cotidiano, percepções, experiências, valores e heranças culturais que a indenização não paga. (Silva, 2018, p. 66).

A reflexão da autora remete a identidade, ao sentimento de pertencimento e o acúmulo de histórias desses moradores nestes lugares. O sentimento de perda dos moradores quando suas casas foram destruídas em nome de um desenvolvimento que prioriza só o capital e excluir as pessoas desse cenário.

De acordo com Silva (2020, p. 40), a trajetória das famílias até chegarem ao reassentamento, foi traçada por um caminho de constante mobilização, esse processo demarca uma territorialidade contraditória tanto dos reassentados como do espaço que foram ocupados por famílias com perfis diferenciados como efeito da redefinição de referência. A territorialidade dos reassentados se desconfiguraram com uma ação praticada pelas famílias ocupantes que divergem com as atividades do antigo território.

2.1 CONCEITO DE ESPAÇO COMO INSTÂNCIA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIOESPACIAL

A priori, espaço é um termo axiomático, ou seja, que por si só se basta para se explicar em sua totalidade. Mesmo que possa variar um pouco de área para área, o seu conceito é inteiramente entendido em sua totalidade em diversas pesquisas que se destinam a objetos bem diferentes.

Em geografia, este termo se trata de uma expressão de suma importância para que as mais variadas pesquisas se realizem nesta área com acuidade e foco, esclarecendo-se todos os seus prováveis desdobramentos epistemológicos que lhe são possíveis. Inclusive para a geografia o espaço é entendido como toda e qualquer porção do meio existencial em que o fenômeno geográfico se manifesta, seja ele físico ou social, que tende a ser modificado mediante a intervenção humana. Lefebvre, ao falar da produção do espaço, propõe uma teoria que entende o “espaço como fundamentalmente atado à realidade social” - do que se conclui que o espaço “em si mesmo” jamais pode servir como um ponto de partida epistemológico. O espaço não existe em “si mesmo”. Ele é produzido. (Lefebvre, 1978, p. 282; 1991, p. 117).

Para Santos (2002), o espaço se trata de uma entidade epistemológica que deve ser considerada em sua totalidade. Ou seja, é um termo que precisa ser sistemicamente entendido para que todos os seus prováveis desdobramentos sejam compreendidos de maneira clara, direta e precisa, favorecendo o entendimento de todos os pormenores que lhe são possíveis.

Algo assim só poderá ocorrer, todavia, pela prévia identificação, análise e compreensão de todas as conexões que lhe são factíveis, possibilitando que as presumíveis intervenções aconteçam em seguida com maior precisão, sem renunciar à qualidade desejada no ato. Será por esta perspectiva em curso que todas as relações que podem acontecer no espaço como um todo irão se registrar, esclarecendo-se todas as dúvidas e penumbras que talvez ainda lhe circundem (Jesus; Vilar, 2022). Tal perspectiva implicará em uma noção de espaço bem peculiar, usando-a como uma valiosa ferramenta para se explicar as mais variadas atividades humanas.

Tão importante quanto ao conceito de espaço é a noção de espacialidade para os estudos em geografia. A espacialidade, aliás, se trata de um conceito indispensável para que se entenda como o espaço irá ser usufruído pelas ações antrópicas, destacando-se em todas as ações de natureza social e econômica. Tal atividade em pesquisa será bastante útil para que se sintetize bem os atos básicos da humanidade em todas as ações que lhe dizem respeito.

Uma conquista que possibilitará que se descreva com maior precisão todos os elementos que a espacialidade evidencia em todos os empreendimentos em curso nas ações antrópicas. Quando a noção de espacialidade é entendida como se cabe em todas as atividades básicas

realizadas pelos agrupamentos sociais, se viabiliza avaliar melhor até que ponto a intervenção humana poderá se suceder em todos os seus atos em curso (Jesus; Vilar, 2022).

Nesse sentido, a partir dos estudos de Santos sobre a realidade brasileira, posteriormente estendida à América Latina, surgem visões essenciais para a análise do espaço urbano em particular. Dessa forma, o espaço é uma categoria analítica que, como um componente da realidade, "{...} é uma totalidade em permanente movimento e mudança" (Santos, 1980, p. 117). Ele continua afirmando que “o espaço é a categoria permanente, ou seja, espaço-espaço de todo o tempo e espaço como está diante de nós hoje: nosso espaço, o espaço de nosso tempo” (Santos, 1980, p. 120).

Na busca de interpretação do espaço em Santos (1985) escreve sobre as categorias do método geográfico, onde as enumera e defini como: estrutura, processo, função e forma¹. Conceitos esses que foram delineados em 1978 quando afirma que “O Ser é a sociedade total; tempo é processos, e funções, bem como formas são existência” (Santos, 1978, p.176). Estes conceitos são vitais para o estudo no RUC Laranjeiras, uma vez que sociedade também é definida através da história e espaço dentre os vários processos que a sociedade construiu e transforma o lugar em que ocupa.

Nesse rol de visões estão as transformações espaciais, uma vez que não existe a possibilidade de analisar uma sociedade a-espacial. Em 1977, Santos fez germinar a formação espacial que possibilitou em uma visão integralizante do social com o espaço, onde o autor afirma que

A paisagem é o resultado cumulativo dos tempos (e da utilização de novas técnicas). Ele prossegue explicando que “...aquele acúmulo que chamamos de paisagem decorre de adaptações (imposições) verificadas em nível regional e local, não apenas em velocidades diferentes, mas também em direções diferentes. (Santos, 1985, p. 50-51).

Santos completa suas ideias quando diz: “...a paisagem é formada pelos acontecimentos do passado e do presente. A compreensão da organização espacial, bem como a sua evolução, só se torna possível através de uma interpretação dialética cuidadosa entre formas, estrutura e funções ao longo do tempo” (Santos, 1985, p. 50).

O espaço que Milton Santos tenta interpretar como mudança constante pelo próprio movimento da sociedade, ou seja, as transformações espaciais são compostas de “fixos” e “fluxos”.

¹ Vide tópico 1.2

Os primeiros são produtos imediatos do trabalho, são os próprios instrumentos do trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa da população. Os fluxos são o movimento, a circulação e toda a expressão da aproximação da relação produção de bens de consumo. O interesse de Milton Santos pelos estudos espaciais o faz se aprofundar no conceito de periodizar. De acordo com Santos (1994, p. 71), “Os períodos são pedaços de tempo sujeito à mesma lei histórica, com a manutenção das estruturas. Esse definido como conjuntos de relações e porções que prevalecem ao longo de um certo período e nos permite definir nosso objeto de análise.”

Aos conceitos e ideias expostos, se percebe a dedicação especial que Milton Santos teve ao espaço urbano e a cidade, atrelados aos dois estão as transformações espaciais e a paisagem. Sobre o espaço, Milton Santos definiu dizendo que “...frequentemente é o abstrato, o geral, o externo.

A cidade é o particular, o concreto, o interno”. O espaço é “...o resultado do casamento indissolúvel entre um sistema de objetos e um sistema de ações”, explicando que os objetos são artificiais e, claro, históricos, “...tendem a ser instrumentalizados artificialmente” (1994, p. 81). Em outro momento escreve a este respeito:

O espaço é formado por um inseparável, solidário e contraditórios entre sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerada isoladamente, mais como a única imagem em que a história ocorre. Sistema de objetos e sistema de ações interagindo. [...]. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma (op. cit., p. 111).

Do exposto, lugares e espaço são realidades estruturais e estruturas contêm em sua essência as mudanças, as transformações da sociedade, que “... eles têm uma disposição material e uma organização funcional, uma forma de ser e de existir”. Esta dimensão é a organização do fixo e dos fluxos que produzem o espaço. Necessita-se, observar, todavia, o espaço pelo prisma do empenho da mudança social.

Portanto, a pesquisa pauta-se na premissa de Santos para buscar elementos teóricos e técnicos que expliquem como se dão as transformações espaciais locais no RUC Laranjeiras e seus desdobramentos. Nesse sentido, a Geografia Urbana ajudará a mostrar como a dinâmica espacial vem acontecendo. O espaço urbano revela nas paisagens o processo desigual que o conduziu a tal forma, funcionalidade e estrutura, sendo a paisagem a imagem criada da ação em escala espaço-temporal. Dessa maneira, pode-se construir a crítica a partir da paisagem como artefato e como sistema, pois ela evidencia produção humana, caracterizando-se como um conjunto de elementos/objetos interligados.

O urbano em relação ao espaço não é constituído por proprietários, mas por usuários sem direitos de propriedade ou exclusividade sobre ele (Delgado, 1999). A definição de uso e usuário do espaço público nesta transformação espacial, não se define apenas em termos das atividades que ocupam literalmente o espaço público urbano (com base no fato de que toda atividade humana é realizada em um espaço físico, ocupando-o materialmente), mas também pelo fato de tal usuário não ser o dono de tal recurso, embora tenha direitos sobre ele, o que pressupõe certa ordem nas relações sociais, certas regras e hierarquias.

O espaço urbano é importante para a sociedade, uma vez que é ela quem habita e modifica ao longo de sua história. De acordo com Santos (2002), precisa-se considerar-se o grupo social que habita o espaço, já que este produz e se apropria do espaço de diferentes maneiras, escalas e poderes, de acordo com seus interesses, e o modela, intencionalmente, a fim de atender suas necessidades, visão essa que é contemplada na obra de Sposito (2011).

De Certeau (2000) propõe que, embora a ordem sociopolítica tenha mil procedimentos silenciosos a serem ampliados e especificados, a sociedade inteira não se reduz a isso, pois há aqueles procedimentos populares que jogam com os mecanismos dessa ordem para transformá-los. As "maneiras de fazer" constituem as práticas "por meio das quais os usuários se reapropriam do espaço organizado pelos técnicos da produção sociocultural" (Certeau, 2003, p. 202).

Em vista disso, para Santos (1996), a espacialidade da vida social é importante na produção social do espaço e na formação e reformação das paisagens geográficas. O ser e social ativamente no espaço e no tempo. Partindo da dissociação entre construtores e usuários do espaço (Signorelli, 1999) que caracteriza a sociedade capitalista, a apropriação do espaço público urbano faz parte dessa contrapartida do usuário, consumidor ou cidadão comum à ordem estabelecida (Certeau, 2000).

Para a consideração teórica de um movimento no RUC Laranjeiras, abordar-se-á as definições de transformações sociais e de espaço, dentro dos quais se pode considerar que ele está inserido. Essa consideração está dentro da análise do que se chama de novos movimentos sociais. Embora também tracemos uma linha dos movimentos sociais urbanos a que Borja e Castells (1988) se referiam, para que haja lutas urbanas, esta surgiu por problemas que se evidenciam no espaço urbano a partir da problemática de desigualdades de classes.

Nas últimas décadas ocorreram mudanças no sistema capitalista que desencadearam novas formas de luta, resistência e oposição aos seus efeitos ou ao sistema como tal. Essas mudanças levaram a um repensar da resistência com base em novos paradigmas. "Os

movimentos antiglobalização, bem como sua exploração, são um exemplo. No novo milênio, esses novos atores entram em cena, confrontados com novas formas de organização” (Gohn, 2008, p. 42). Podemos pensar em novas teorias diante desses novos movimentos?

Há algumas definições do termo movimento social para com o RUC Laranjeiras. Para isso, será utilizado autores que contribuíram para a sociologia desses movimentos, cujo estudo partiu de considerá-los um núcleo essencial de uma teoria mais ampla sobre a mudança espacial (Castells, 1986). Sem tentar aprofundar nessa corrente, será limitado a escolher certas categorizações que podem ser explicativas e operativas para a pesquisa.

Como ponto de partida, pode-se pensar por movimento no RUC Laranjeiras onde todas as formas de ação coletiva de um grupo de pessoas que se organizam para realizar algo a partir de certos objetivos e premissas comuns. As transformações espaciais, que são ações coletivas da população do RUC Laranjeiras e não modeladora - da mesma, ou seja, dos grupos subalternos. Ações essas que visem à melhoria das condições de vida no reassentamento e, especificamente, a satisfação do consumo coletivo em termos de habitação e serviços para os respectivos grupos de reassentadas. É preciso repensar o uso especulativo e lucrativo do reassentamento, uma vez que os grupos subalternos são os mais afetados pelo desenvolvimento urbano - e, portanto, à ordem estabelecida, baseada nas contradições inerentes à problemática urbana.

Essa oposição pode ser direcionada para a transformação dos interesses e valores urbanos. A produção do espaço, nesse sentido, revela-se como um campo de conflito entre os interesses opostos dos agentes modeladores do espaço, ou seja, as instituições que dominam as estruturas, e a população do RUC Laranjeiras.

Se for olhado que o consumo coletivo (habitação, serviços, transporte etc.) é um objeto permanente de demanda, é porque na economia capitalista está sempre deficitário em relação às necessidades coletivas (Borja, 1973; 1988; Castells, 1974; 1986), uma vez que a lógica da acumulação nunca teve a distribuição igualitária dos recursos em seu centro, muito pelo contrário.

Quando se fala das contradições geradas pelo sistema capitalista, referimo-nos a uma política urbana cada vez mais voltada para as necessidades de acumulação capitalista e em detrimento das condições de vida urbana da população. Esta política é gerada pela concentração progressiva do capital e pela subordinação da administração aos seus objetivos.

Os movimentos sociais urbanos e as associações representativas existentes, ao questionar o uso especulativo do RUC Laranjeiras e reivindicá-la não apenas como um conjunto

de bens e serviços para a reprodução da força de trabalho, mas para uma qualidade social de vida digna de ser humano que valoriza e reconhece o espaço como instância de vivência.

Uma vida social que quer ser mais igualitária e experiencial, eles destacaram a vontade de um conjunto de grupos sociais, dependentes, subordinados ou marginalizados da política cidadã, de se tornarem sujeitos políticos. O que eles alcançaram, especialmente quando conseguiram construir uma estrutura estável de vizinhança ou organizações de cidadãos (Borja, 1988, p. 174).

Ressaltando que a preocupação dos teóricos com as questões da vida social e suas transformações foram amplamente debatidos nos anos 70 e 80, debate esse que se encaixa no contexto espacial do RUC Laranjeiras.

2.2 HIDRELÉTRICA BELO MONTE E O REASSENTAMENTO LARANJEIRAS

A construção de um projeto hidrelétrico em determinada região, normalmente envolve a desocupação de uma grande área de terra com ações previstas junto a desarticulação de populações. Segundo a Eletrobrás, todos os atingidos por barragem devem ser indenizados (1992), sobretudo quando existe o deslocamento.

O processo decisório sobre a construção de Belo Monte teve início na ditadura militar, quando a Amazônia, especialmente o estado do Pará, alcançava um status privilegiado na agenda governamental e o governo investia em projetos desenvolvimentistas na região, sob a égide de políticas de Estado que pretenderiam modernizar o país. A Usina hidrelétrica de Belo Monte foi um projeto de Energia oriundo do planejamento energético Brasileiro, Belo Monte é a segunda maior hidrelétrica do Brasil, atrás apenas da usina Itaipu, Belo Monte iniciou seu funcionamento no ano de 2015. Para que este grande objeto fosse concebido no espaço, foi necessário o seguinte processo de acordo com o organograma 01.

Organograma 1 – Processo de licenciamento



Fonte: Organizada pela autora, 2023.

A construção da Usina Belo Monte causou consequências ambientais, econômicas, culturais e sociais, impactos irreversíveis na cidade de Altamira. Dentre eles, os impactos sociais no sentido do direito à moradia foi uma das consequências que afligiu uma parte da população, esta que residia em espaços considerados como periferia da cidade que vivia as

margens da área central perto ou dentro dos igarapés. Ao que se vê que além da geração de energia, foi uma dispersão das pessoas que residiam em bairros periféricos.

As residências foram cadastradas por empresas terceirizadas que prestaram serviços de consultorias onde se visava a identificação e estudos sociais das referidas famílias. As transformações socioespaciais foram muitas destas famílias situadas nos bairros que residiam. Ao que se trata da desapropriação em decorrência da inundação frente ao progresso trazido pelo fator Energia foi a reestruturação de novos bairros com a criação de Reassentamentos Urbanos coletivos (RUC). No Brasil, as diretrizes utilizadas dependem do motivo da transferência e do perfil do grupo afetado. Assim, no caso de projetos e construção de usinas hidrelétricas ou de sistemas de transmissão, são adotados os critérios do setor elétrico brasileiro.

No caso específico de Altamira foi criado seis bairros, houve ainda a chegada de empresas de empreendimentos imobiliários privados, que de certa forma absorveu populações que possuíam o sonho da casa própria. Especificamente todos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC), foram criados como medidas compensatórias visando abrigar parte da população atingida, que representava, estimadamente um quarto da população urbana que residia no município de Altamira-PA. (Miranda Neto, 2021)

Os Reassentamentos ou núcleos habitacionais, podem ser formados por vilas, conjuntos, são espaços preparados com construções projetadas para receber famílias por motivos considerados externos as suas idealizações de moradias. Estas mudanças ocorrem dentro de uma mesma cidade em um determinado espaço urbano. O hábito do reassentamento é muito antigo. Há informações, cerca de 2 mil anos aconteceu no Império Romano, e, ao final da II Guerra Mundial, vários grupos de refugiados naturais da Europa Oriental foram reassentados no Brasil.

O RUC laranjeira elaborado pela Norte Energia com medida mitigadora do Plano Básico Ambiental (PBA) de Belo Monte (Figura 05), as edificações iniciaram no ano de 2014, e tiveram suas primeiras mudanças a partir de junho de 2015 onde os primeiros moradores somava, um total de 389 famílias reassentadas e cadastradas, até o mês de outubro de 2015, sendo que atualmente se cadastrou 500 moradias entre os setores 1 e 2.

Figura 5 – Reassentamento urbano coletivo Laranjeiras



Fonte: <https://www.olharimagem.com/image/I0000au28mEit6Yc>.

Casas do conjunto habitacional Reassentamento Urbano Coletivo Laranjeira construído pela Norte Energia para realocar população despejada pelas obras da usina de Belo Monte, Altamira /PA 2017. Dentro do modelo de forma compensatória as estruturas devem ser complementadas por uma rede de apoio que garanta a adaptação social e econômica das pessoas transferidas para estes locais.

No que se refere a infraestrutura, o RUC Laranjeiras dispõe dos seguintes serviços básicos: unidade Básica de saúde, escola, quadra de esporte, Programa de Atendimento Integral a Família (PAIF), associação de moradores que constituem uma base espacial que de certa forma estabelece novas relações e articulações sociais. Pode-se destacar que se configura uma rede do cotidiano que de certa forma são representações que se revelam nos arranjos espaciais do referido reassentamento. De acordo com o mosaico de imagens da figura 06.

Figura 6 – Serviços básicos



Fonte: Pesquisa de campo, Sousa, 2023.

A hidrelétrica Belo Monte ao ser analisada sobre uma ótica capitalista, não só permite fazemos a leitura dos impactos ocorridos, mas a dinâmica que revela que famílias foram colocadas em situação de expropriação, onde projeto de reassentamento foram estruturados em um formato em que o modo de vida fora desconsiderado, tornando os sujeitos invisibilizados no processo decisório, principalmente as mulheres.

A Expropriação vincula-se, muitas vezes, a questão da desapropriação que pode ser entendida a partir do art. 5º, XXIV, da CRFB, segundo o qual a lei estabelecerá o procedimento para a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta constituição.

O Processo de Desapropriação constitui como procedimento de direito e público por meio do qual o Estado transfere para si a propriedade de terceiros, podendo se dar por necessidade ou utilidade pública ou interesse social, seguindo a regra mediante a indenização dos proprietários possuidores do título (Barroso, 2009).

As famílias que foram remanejadas para o RUC Laranjeiras são sujeitas que vislumbraram na possibilidade de verem suas vidas transformadas com uma moradia digna, porém, o desenvolvimento a todo custo, acaba por marginalizar/esquecer, relativamente, as massas sociais, que por vezes são atingidas direta e indiretamente no decorrer do processo. Ratificando que essa grande parte da população, como no caso específico das famílias remanejadas compulsoriamente para moradias construídas como forma compensatória, é expropriada/desterritorializada pelo avanço de obras capitalistas.

Nesse contexto, as relações de poder, que normalmente são sobrepostas e justapostas umas sobre as outras, acabam por ofuscar as relações orgânicas e/ou sociais que caracterizam a democracia e a cidadania tal como estão inscritas na constituição brasileira. Olhe a liderança a figura 07.

Figura 7 – Liderança das mulheres da Associação do RUC Laranjeiras



Fonte: Pesquisa de campo, Sousa, 2023.

“(…) as brasileiras têm razões de sobra para se opor ao machismo reinante em todas as instituições sociais, pois o patriarcado não abrange apenas a família, mas atravessa a sociedade como um todo” (Saffioti, 2004, p. 47).

Destarte as lutas que as mulheres atingidas por barragem travam, tem os discursos de lutar pela ocupação dos espaços públicos, a visibilidade, o reconhecimento de serem protagonista de suas histórias, e da organização espacial onde a presença é sempre expressiva em números.

2.3 A ESPACIALIDADE DAS MULHERES NA AMAZÔNIA

De modo geral, a tentativa de se constituir uma visão interdisciplinar sobre espaço mediante a espacialidade é de suma importância para o entendimento do fenômeno geográfico (Closs; Oliveira, 2017). Não se trata, evidentemente, de uma tarefa que poderá ser feita de qualquer maneira, ou seja, à esmo, mas que solicita uma postura de pesquisa adequada em avaliar todos os pormenores que são indispensáveis para que os mais importantes elementos que lhe caracterizam sejam adequadamente compreendidos com clareza e precisão.

A espacialidade é a manifestação plena da ação humana no espaço. Para isto, espera-se que todos os pormenores que lhe fundamentam sejam adequadamente entendidos, de tal modo que o uso do espaço pela espacialidade possa servir como um poderoso elemento catalisador de todas as ações humanas na prática. A espacialidade refere-se à forma como os seres humanos interagem, utilizam e dão significado ao espaço ao seu redor. Para compreender plenamente a espacialidade, é essencial entender todos os detalhes e aspectos que a fundamentam. Isso inclui fatores como a organização do espaço, a distribuição de recursos, a infraestrutura, a acessibilidade e a maneira como as pessoas se relacionam e se apropriam desse espaço.

O uso do espaço é essencial para que as mais variadas atividades humanas sejam consumadas de forma plena e eficaz, contribuindo para que todas as necessidades dos populares se manifestem do melhor modo possível. Para tanto, é preciso que o espaço mediante ou manifestar da especialidade se efetive como tal. Isto irá favorecer para que a expressão das atividades sociais e econômicas, por exemplo, se constate de maneira plena e inequívoca.

No momento, em que o conceito de espaço, destacando-se pelo expressar da espacialidade se manifeste desta forma será possível compreender por qual razão o estudo geográfico na área será de suma importância para o entendimento de todas as questões que lhes é pertinente (Gusmão, 2022). Esta postura será essencial para que as pesquisas no espaço geográfico da região amazônica possam ocorrer melhor.

Quando a espacialidade é adequadamente compreendida, o uso do espaço se torna um elemento poderoso e catalisador de todas as ações humanas na prática. O espaço é um recurso que pode influenciar a forma como as pessoas vivem, trabalham, interagem e se desenvolvem. Ele pode criar oportunidades ou limitações para as atividades humanas, influenciando as dinâmicas sociais, econômicas e culturais. Ao reconhecer a importância da espacialidade, é possível projetar e planejar o espaço de forma a melhor atender às necessidades e aspirações das pessoas.

Isso envolve considerar a forma como o espaço é utilizado, o acesso equitativo aos recursos e serviços, a criação de ambientes inclusivos e a promoção de interações sociais

saudáveis. Portanto, compreender e utilizar adequadamente a espacialidade permite que o espaço se torne um facilitador das atividades humanas, impulsionando o progresso, a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável em diversas áreas, como urbanismo, arquitetura, planejamento territorial e social.

Qualquer empreendimento humano implica em um grave desafio ambiental (Jesus; Vilar, 2022). Para que todas as questões que são pertinentes aqui sejam dimensionadas de forma apropriada é imprescindível entender até que ponto qualquer atividade realizada pela ação humana implicará em um uso do espaço que suscitará prováveis danos ambientais adiante, por exemplo.

Tal perspectiva é básica para que se avalie de que jeito a espacialidade, ou seja, a ocupação do espaço mediante ação humana irá ocorrer. Deve-se reconhecer que todas as atividades realizadas pela ação humana têm o potencial de causar impactos ambientais significativos. Para abordar de forma apropriada todas as questões relacionadas a essas atividades, é essencial compreender até que ponto o uso do espaço por parte da ação humana pode resultar em possíveis danos ambientais no futuro.

Para tanto, carece de se avaliar cuidadosamente os impactos ambientais potenciais de qualquer empreendimento ou atividade, considerando aspectos como poluição do ar, da água e do solo, perda de biodiversidade, esgotamento de recursos naturais, entre outros.

Silva e Joseli (2003, p. 34) relatam a “omissão científica da abordagem da mulher enquanto sujeito social tem sido denunciada por geografas feministas através de seus estudos em incluir o gênero enquanto um objeto de estudo da geografia”. É emblemático estudar a produção do espaço e alienar os atores sociais como as mulheres, sendo que estas reproduzem o espaço.

Ao incluir a perspectiva de gênero nos estudos geográficos, é possível desvelar as desigualdades espaciais, os processos de exclusão e as opressões enfrentadas pelas mulheres em diferentes contextos. Também é possível identificar as lutas e resistências das mulheres na reconfiguração do espaço e na busca por uma maior equidade e justiça social.

Portanto, deve-se reconhecer a importância de estudar e considerar as mulheres como sujeitos sociais na geografia, a fim de promover uma análise mais completa, inclusiva e sensível às questões de gênero. Isso contribui para uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas espaciais e para o desenvolvimento de abordagens e políticas mais justas e igualitárias.

Para que assim se suceda, isto é, a catalisação das ações humanas no espaço, será preciso que espacialidade evidencie todos os elementos que eles são características, demonstrando de

que forma as ações antrópicas vão paulatinamente se apossando do espaço. Uma atitude, aliás, que visa justamente tomar a posse de todos os elementos que são lhe pertinentes.

Por este caminho em curso será possível se constatar como as ações humanas que se manifestam no espaço, destacando-se pela ocupação espacial de todas as áreas, inclusive servindo para que se explique melhor como na região amazônica isto vem ocorrendo. Não se trata evidentemente de um objeto de estudo simples de se avaliar em um primeiro momento. De qualquer modo, é essencial para que se entenda todos os menores que são essenciais ao estudo geográfico em pauta aqui.

Ao que se vislumbra é que a mulher se tornou uma construção social, Segundo Santos (1996), é no cotidiano que o espaço banal pode ser apreendido com toda a sua plenitude. Assim podemos trabalhar com três dimensões do homem e mulheres: a corporeidade, a individualidade e a socialidade.

Ao que se ver sobre as relações do homem é sabido que estas são dinâmicas de gêneros que permeiam relações sociais, sendo está com classe, etnia que ao longo do tempo se constroem nos diferentes espaços. Destarte a constatação sobre a ciência geográfica nos auxilia no processo de compreensão do espaço já que tem como objeto esclarecer signos através dos quais a Terra revela ao homem sua condição humana e seu destino (Dardel, 2011, p.3).

Se a intenção é avaliar de que forma estas premissas são colocadas na prática na região amazônica, necessita-se dimensionar com a máxima eficácia possível todos os característicos que lhe fundamentam, centrando-se na descoberta objetiva de todos os elementos que lhe sintetizam epistemologicamente (Oliveira-Neto *et al*, 2018; Silva *et al*, 2022).

Será através desta postura que o estudo em pauta poderá contribuir para que as questões teóricas sobre o espaço e espacialidade se manifestem em sua totalidade. A geografia tradicional sempre se preocupou com os estudos das categorias, ou seja, sempre dando ênfase os aspectos visíveis. A geografia nunca foi neutra, porém o quantitativo anulava estudos sobre os atores deste espaço. A mulher foi invisibilizada por décadas dentro destes estudos.

Na Amazônia as mulheres sempre estiveram presentes na história desde a colonização e a formação do espaço amazônico. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), são 24 milhões de habitantes na Amazônia Brasileira, a estimativa é que mais ou menos 12 milhões são mulheres.

O que nos remete um questionamento a formação do espaço Amazônico se configura pela presença das mulheres, sejam elas de diferentes etnias, raças, cor, ou seja, o espaço amazônico é produzido e reproduzido com a presença das mulheres. Mulheres estas que ao

longo de décadas ficaram as margens dos estudos. Neste campo das dinâmicas de produção de gêneros houve muitas transformações.

Na figura 08, mostra que no ano de 1998 foi realizado o I Encontro Internacional de Mulheres da Floresta Amazônica, no Rio Branco AC, no qual se foi planejada uma agenda em prol da ampliação das políticas públicas voltadas para as mulheres da região Amazônica, o documento vem de certa forma fortalecer o que já foi constatado diante no índice populacional de mulheres existente neste espaço que se reproduz neste espaço.

Figura 8 – I Encontro Internacional de Mulheres da Floresta Amazônica



Fonte: Acervo Fotografada Claudia Ferreira, 1998.

No que concerne as mulheres dentro da Amazônia, possuem um papel importante dentro da construção do perfil produtivo, por muitos anos a Amazônia é ligada a expansão econômica, disputa de território, sendo vista sempre com a presença da figura do homem que cultivava, que evidenciava nas guerras. Ao longo de décadas de formação do espaço Amazônico pouco se falava na figura feminina, não se via retratos de mulheres no período de colonização e formação do território. As mulheres eram invisibilizadas, pois eram mulheres de diversas raças e etnias na região.

Segundo historiadores como Ribeiro (2005), Gondim (1994) e Bittencourt (2018), referências no que se compete a história da colonização, não há descrições sobre o sexo feminino. O ato de colonizar era visto pelo viés masculino e as mulheres amazônidas, não eram consideradas cidadãs. Ao que se constata através de historiadores é que somente veio se falar sobre mulheres na região amazônica, no período de exploração da borracha, no século XIX,

onde a região recebeu um número expressivo de homens que chegaram na região para explorar o Látex.

Em exato período com o grande quantitativo de homens que existia nos seringais. Pouco eram as mulheres que faziam parte deste cenário. As mulheres em sua minoria como mulheres amazônidas, quando encontradas nas terras com proximidades dos seringais, eram capturadas e passavam pelos mais diversos tipos de violências, principalmente as sexuais. Estas mulheres eram estupradas, violentadas em um cenário sem lei. “Se a ‘cabocla’ não queria aquele homem estranho que se apossava dela, amarravam suas mãos, colocavam um pau em sua boca para que não atingisse o homem com suas mordidas. Amansavam-na” (Wolff, 1997, p. 104).

Segundo estudos já mencionados pela autora Eliana Ramos Ferreira (2003), as mulheres na Amazônia viveram por muito tempo omissas, subalternizadas, invisibilizadas, porém esta mesma autora publicou em raros estudos onde evidencia a presença das mulheres em um dos movimentos de revoltas da Cabanagem, em seus relatos menciona que mulheres estiveram à frente da batalha para requererem os direitos das famílias que estavam no cenário da revolta, pois essas mulheres cozinhavam, e também estavam na frente da batalha.

Mesmo assim, não se mencionava a figura da mulher no contexto dessa luta. Após esse episódio somente se veio mencionar sobre as mulheres na Amazônia em um segundo momento da ocupação da Amazônia, no período da colonização as mulheres consideradas prostitutas eram trazidas para servirem aos prazeres sexuais dos senhores dono dos seringais.

No auge da borracha com a criação da Província do Pará e Amazonas, o espaço amazônico passou a exibir cenário de riquezas ostentados pelos homens. As mulheres europeias eram trazidas para trabalhar nos cabarés, ou fazerem um bom casamento com os Barões. Enquanto as mulheres índias e caboclas ficaram esquecidas e segregadas sem reconhecimento devido serem nativas da própria região.

Ainda naquele cenário os donos de seringais também vendiam as mulheres para os seringueiros que tinham saldo do seu trabalho, essas mulheres não podiam ser maltratadas, pois o dono do seringal seguiria vendendo essa mesma mulher para outro seringueiro. As mulheres nos seringais foram aprendendo a realizar trabalhos dentro da mata como o corte da seringa, a pesca, a roça, a fabricação de remédios com ervas da floresta, entre muitos outros saberes. As mulheres sempre estiveram presente na Amazônia e seu papel como mulher foi fundamental no que concerne as suas vivencias demonstram histórias de lutas.

Bourdieu (1999), argumenta sobre a dominação masculina e diz que esta é uma forma de dominação eminentemente simbólica. Ou seja, a discussão no que se trata a mulher não pode

ser somente pensada como sentido de manipulação. Há que se distinguir que a figura da mulher no ponto de vista da violência não está relacionada às características individuais.

Ao que se vê que é que o projeto de dominação e exploração por partes dos homens sobre as mulheres sempre se idealizou com a herança do patriarcado deixado como legado ao se falar das mulheres. Com tudo a palavra patriarcado evidencia modos de dominação e controle do corpo, da sexualidade, do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres. O comportamento arcaico está presente na família em que o “famulus” detinha o poder de vida e morte dos agregados e escravos.

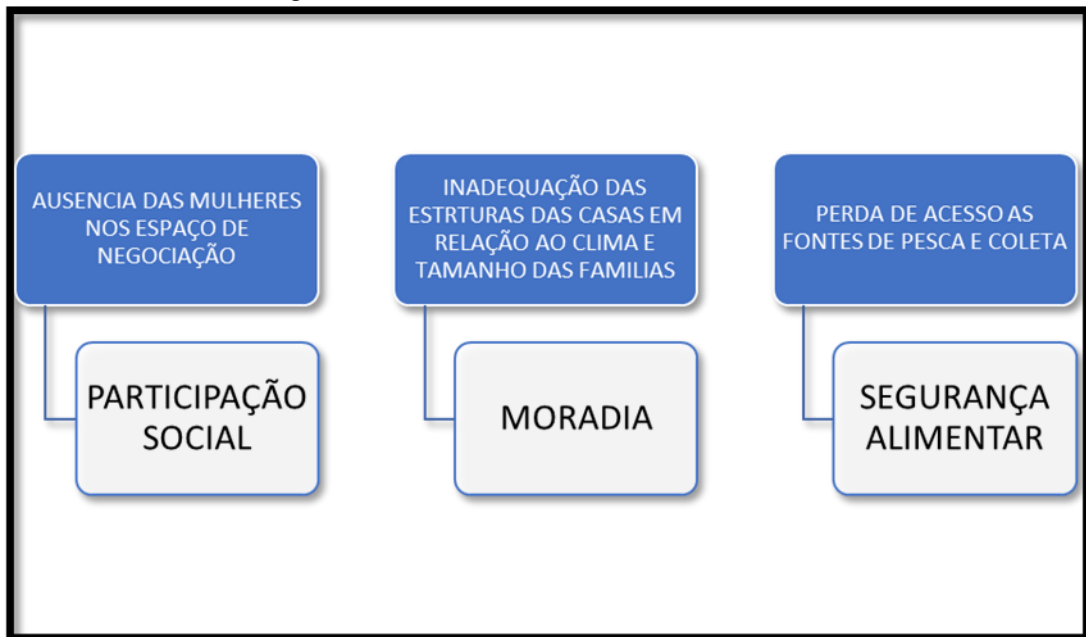
A forma atual inclui marcadores sociais da diferença como raça, etnia, classe econômica, mantendo a exploração do trabalho das mulheres como um dos símbolos da forma contratual de patriarcado (Saffioti; Almeida, 1995; Machado, 2000).

2.4 A INVISIBILIDADE DA MULHER NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

A invisibilidade da mulher na produção do espaço é uma realidade que tem sido amplamente discutida e enfrentada. Ao longo da história, a contribuição das mulheres na construção e transformação dos espaços têm sido minimizadas e marginalizadas. Isso se reflete em desafios, entraves e perspectivas que afetam diretamente a participação e a visibilidade das mulheres no contexto das negociações do direito à moradia.

Um dos principais desafios enfrentados pelas mulheres é a reprodução de estereótipos de gênero que limitam seu acesso a determinados espaços e atividades. A divisão desigual do trabalho, com a atribuição de papéis tradicionalmente ligados ao cuidado da casa e da família, muitas vezes restringe a participação das mulheres em espaços públicos e na tomada de decisões relacionadas ao planejamento e desenvolvimento urbano. De acordo com a figura 09.

Figura 9 – Invisibilidade na tomada de decisões



Fonte: Pesquisa de campo, Sousa, 2023.

As mulheres enfrentam barreiras econômicas, sociais e culturais que dificultam sua participação ativa na produção do espaço. A falta de acesso a recursos financeiros, oportunidades de capacitação e redes de apoio são entraves que limitam sua capacidade de influenciar e transformar o ambiente em que vivem.

No entanto, é importante ressaltar as perspectivas positivas que emergem desse cenário. A participação do gênero feminino no Reassentamento Laranjeiras pode ser observada por meio de ações e iniciativas que buscam romper com essa invisibilidade e promover a igualdade de gênero. No contexto do reassentamento, as mulheres têm desempenhado um papel importante na organização comunitária, na busca por soluções coletivas e na defesa de seus direitos. Elas se unem em associações, cooperativas e grupos de apoio, fortalecendo sua voz e sua participação nas decisões que afetam suas vidas e o espaço em que vivem.

A participação do gênero feminino pode ser observada nas atividades socioeconômicas desenvolvidas no Reassentamento Laranjeiras. As mulheres estão envolvidas na produção de alimentos, artesanato, serviços de cuidados pessoais e diversas outras atividades que contribuem para a geração de renda e o fortalecimento da economia local. Esta participação ativa das mulheres na produção do espaço do reassentamento traz perspectivas de transformação e empoderamento. Ao reconhecer e valorizar as contribuições das mulheres, é possível promover a equidade de gênero, o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da comunidade como um todo.

Nessas condições, para que essas perspectivas se concretizem, deve-se superar os desafios e entraves que ainda existem. Isso inclui o combate aos estereótipos de gênero, a promoção da igualdade de oportunidades, o acesso a recursos e capacitação, bem como a ampliação da representatividade feminina nos espaços de tomada de decisão, uma conquista válida, embora complicada.

Ao reconhecer a invisibilidade da mulher na produção do espaço e trabalhar para superá-la, é possível construir sociedades mais justas, igualitárias e sustentáveis. A participação ativa do gênero feminino é essencial para a construção de espaços mais inclusivos, onde as necessidades e perspectivas de todas as pessoas sejam consideradas e valorizadas. Durante muitas décadas as mulheres foram vistas como mulheres que possuíam trabalhos como do lar. Conforme Massey:

A woman's place?' illustrates this theme, by pointing to the specific (though not unique) importance of the spatial separation of home and workplace in generating dismay in certain quarters at women becoming 'economically active'(MASSEY, 2001, p. 179). (O lugar de mulher'? Ilustra este tema, apontando para a importância específica (embora não única) da separação espacial de casa e do local de trabalho em gerar consternação em certos bairros com mulheres se tornando 'economicamente ativas' (Massey, 2001, p. 179, tradução nossa)

Essa argumentação, evidencia um forte debate atualmente em destaque o gênero como um mecanismo condicionado a cultura de pensar a mulher, cultura essa que foi cristalizada da imagem da mulher. O lugar da mulher não é somente em casa (lar) cuidando dos filhos, tarefas domésticas.

“lar” reflete tanto a “feminilidade” do lar quanto das permanentes relações cotidianas desiguais entre os gêneros já estabelecidas dentro do lar (Massey, 2015, p. 285). Tendo em vista que as mulheres atualmente buscam ser reconhecidas, vista pela sociedade como sujeitos que possuem voz, que possuem direitos. A diversificação do modo de vida das mulheres no Século XXI, faz da figura feminina um sujeito que carrega a responsabilidade de chefiar famílias, de prover o sustento, apesar de importantes avanços da inserção da mulher na sociedade.

A mulher vivencia os estigmas de que o lugar da mulher seja em casa cuidando das tarefas domésticas. Nesse sentido é importante relacionar o envolvimento e participação das mulheres a partir de movimentos sociais, lutas comunitárias, associações de mulheres, para que sejam ouvidas diante das necessidades dos espaços ocupados por elas, conforme figura 10 que destaca o evento Escutas Sociais promovido pela secretaria de Estado de planejamento e administração do governo Estado do Pará.

Figura 10 – Escutas sociais de mulheres /moradora do RUC Laranjeiras



Fonte: Pesquisa de campo, Sousa, 2023.

O debate com as mulheres que apresenta a realidade vivida no âmbito social, retratando os tipos de violências que afligem o seu cotidiano como o nível de carga de trabalho desigual relacionado a figura que possui dupla jornada, as remunerações pela sua força de trabalho que não tem compatibilidade com a carga horária, pouca representatividade nas entidades que possuem voz na sociedade.

Os movimentos feministas vêm ganhando cada vez mais espaço, embora seja uma luta de décadas por reconhecimento: por direitos civis, por mais inclusão, por políticas públicas para mais saúde, educação, segurança. Neste contexto apresento a realidade do RUC Laranjeiras, aonde as mulheres vêm notoriamente se reconfigurando no que tange os direitos. Uma questão que faz da vida das mulheres uma vida de luta, desafios e impõem a sua presença para que suas escutas sejam consideradas como possibilidades de melhorias das deficiências enfrentadas nos mais diversos espaços.

Percebe-se, portanto, que as mulheres ao participarem de espaços e associações que evidenciam sua luta por reconhecimento, fazem delas mulheres empoderadas com conhecimentos sobre seus direitos, sobre ser mulher que luta por mudanças na sociedade em todas as ocasiões. No RUC Laranjeiras a associação de mulheres busca se fortalecer através do Movimento dos Atingidos MAB, as mulheres se reúnem no barracão ou na Residência da representante no RUC. Sr^a Francinete Pinto Novais, representada na figura 11.

Figura 11 – Oficina com representantes Movimento mulheres atingidas por Barragem



Fonte: Pesquisa de campo, Sousa, 2023.

No dia 15 de dezembro de 2023 o Movimento de Atingidos e atingidas por barragens comemoraram que foi sancionada a PNAB é a lei nº 14.755.

Institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB); discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB); prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB); estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor; e revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Brasil, 2023).

De acordo com a Lei São direitos das PNAB, consoante o pactuado no processo de participação informada e negociação do Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens.

Ao que se comemora as populações atingidas por empreendimentos de construção de Barragens que a décadas lutam por reconhecimento a Lei causa uma reviravolta na vida de comunidades inteiras que até os dias atuais lutam por reconhecimento. O grito das mulheres atingidas por Barragens ecoou nos quatro cantos do Brasil.

“E tempo de Avança” (MAB.2023).

“Água e Energia não são mercadorias” (MAB.2023).
 “Águas para vida não para morte” (MAB.2023).
 “Defender a Amazônia defender a vida” (MAB.2023).

As expressões acima são utilizadas nas lutas, embates, audiências públicas que usam como forma de resistência. Para o MAB.2024, “Temos a convicção que somente a luta social garantirá certeza de vitória para a garantia de direitos para os atingidos e a transformação do Brasil”.

Assim o MAB comemora o que dispõem: PNAB é a lei nº 14.755. Vem reconhecer quem são os atingidos por Barragens, sendo clara e dando fé ao estabelecer os direitos individuais e coletivos de inúmeras pessoas e lutam até os dias atuais para serem reconhecidos como impactados em empreendimentos de Usinas Hidrelétricas.

Ao que se ver ao pesquisar as mudanças sofridas no espaço das comunidades remanejadas compulsoriamente, é que estas mudanças deveriam ser a chave para melhorias na vida das mulheres que ali estão em grandes números, chefiando famílias, sendo responsável pela renda familiar, e responsável pela moradia nestes reassentamentos.

A garantia dos direitos das mulheres remanejadas retrata uma preocupação, em relação a cor, raça, etnias. Contudo na Amazônia é necessário compreender a diversidade cultural, e regional existente. Pois a região possui forte dinâmica com os rios, cada vez mais novos projetos são pensados para espaço amazônico, porém as velhas dinâmicas permanecem, as questões de raça e cor principalmente evidenciam processos de vulnerabilidade, violências vivenciadas entre as mulheres.

Como demonstra a tabela 02, as mulheres entrevistadas no RUC Laranjeiras se alto declararam de cor parda 22 (52,38%). Observa-se que o Reassentamento possui uma diversidade de cor, mais que na pesquisa desenvolvida a presença da cor parda prevaleceu nas entrevistas. Nota-se que ao pedir que se alto declarem a cor, as mulheres possuem entraves.

Tabela 2 – Cor declarada mulheres participantes da pesquisa RUC Laranjeiras

	frequência	(%)
branca	12	28,7
parda	22	52,38
negra	08	19,5
Total	42	100

Fonte: Pesquisa de campo, Sousa, 2023.

Salientamos que as informações recolhidas nas entrevistas não permitem uma análise definitiva em relação ao quantitativo de mulheres moradoras do RUC laranjeiras, pois as

entrevistas não possuíam esse foco. Essas informações foram recolhidas nas entrevistas, realizadas com mulheres participantes da Associação de mulheres RUC laranjeiras.

Apesar das mulheres neste estudo no momento de a pesquisa não manifestarem preocupação com a cor, e a raça, estudos mencionam que abordar sobre a injustiça de gênero no viés cor e raça é fundamental. Pois a injustiça social é evidente na vida das mulheres negras, pobres. Para Santos (1998, p. 5), “A geografia demanda muito mais do que nossos olhos podem ver. Se nos restringirmos a isso, deixamos de analisar muitos outros fatores que afetam o que vemos”.

O estigma das mulheres pretas sempre está presente na sociedade, principalmente nas áreas de reassentamento, vilas, áreas de periferia, morros, favelas. A geografia deve ser pensada de dentro. Salientamos que o estudo representa um recorte específicos dos impactos sofridos pelas mulheres remanejadas para o RUC laranjeiras.

3 GÊNERO, MULHERES E ESPACIALIDADE NO REASSENTAMENTO LARANJEIRAS

A participação do gênero feminino tem sido observada como um elemento imprescindível nas atividades socioeconômicas realizadas no Reassentamento Laranjeiras. As mulheres assumem papéis-chave na sustentabilidade das famílias, sendo responsáveis pelo cuidado da casa, das crianças e pelo sustento diário.

No âmbito econômico, as mulheres se envolvem em diferentes atividades para gerar renda. Elas encontram alternativas, muitas vezes criativas, para superar os desafios e garantir o sustento familiar. Essas atividades podem incluir a produção e venda de alimentos, artesanato, prestação de serviços, como limpeza e costura, além de empreendimentos próprios, como pequenos negócios e cooperativas.

Para enfrentar esses desafios e promover a igualdade de gênero no Reassentamento Laranjeiras, precisa-se de um esforço conjunto. É importante que instituições governamentais, organizações não governamentais e a própria comunidade trabalhem em conjunto para fornecer apoio, capacitação e recursos adequados às mulheres. Isso inclui a criação de programas de microcrédito, treinamentos específicos, acesso a mercados e redes de apoio.

Aliás, a valorização e o reconhecimento das contribuições das mulheres para a economia local também são essenciais. Incentivar a participação feminina em espaços de decisão, promover a equidade salarial, combater a discriminação de gênero e estimular a igualdade de oportunidades são medidas fundamentais para fortalecer a participação das mulheres nas atividades socioeconômicas e promover seu empoderamento.

A participação feminina nessas atividades socioeconômicas é marcada por resiliência, determinação e capacidade de adaptação. As mulheres buscam se organizar, trocar conhecimentos e experiências, formando redes de apoio e fortalecendo suas atividades empreendedoras. No entanto, é importante ressaltar que essas mulheres enfrentam desafios específicos. Elas podem enfrentar dificuldades no acesso a recursos financeiros, capacitação, infraestrutura e oportunidades de mercado. Além disso, questões de gênero, como desigualdade salarial, divisão desigual do trabalho doméstico e barreiras sociais, podem afetar sua participação plena e igualitária nas atividades econômicas.

Assim, é preciso adotar uma abordagem inclusiva e sensível ao gênero no planejamento e na implementação de políticas e projetos no Reassentamento Laranjeiras. Ao reconhecer as contribuições das mulheres e remover as barreiras que limitam seu pleno envolvimento, será

possível construir um ambiente mais justo, igualitário e sustentável, impulsionando o desenvolvimento socioeconômico local e melhorando a qualidade de vida das famílias reassentadas.

3.1 FORMAS DE EXPLICAÇÃO SOCIOLÓGICA SOBRE GÊNERO E MULHERES

Ao que se observa acerca das questões de gênero e que está segue uma linha tradicional, ao caracterizar a palavra gênero, tendo em vista que esse termo vem do latim *genus*, e significa “nascimento”, “família”. Scott (1985) fala de gênero como se fosse um elemento constitutivo das relações sociais com base nas diferenças entre sexo.

Saffioti (2004, p. 45) menciona em seus estudos “as relações de gênero podem ser interpretadas teoricamente de diversas maneiras, mas enquanto categoria histórica é comum entre estudiosos, compreender a definição de gênero como “construção social do masculino e do feminino”. Porém, muitas estudiosas feministas propuseram uma série de revisões da forma de definir gênero.

A contribuição de outros campos de pesquisas e estudos se associa como raça, etnia, sexualidade e diferenças culturais. Quando essa construção patriarcado passou a ser questionada, se passou a problematizar, e inúmeras discussões acadêmicas passaram a surgir acerca da questão do gênero.

Os movimentos feministas ressurgiram entre os anos 1960 e 1970. Para Scavone (2004, p. 1-23) “os estudos feministas se consolidaram com o ativismo. Nessa época uma cultura contestatória dava suporte para uma mobilização social que versava sobre significados sobre mulheres, maternidade, numa compreensão das relações conjugais e no combate à violência contra as mulheres.

Na década de 1970 no Brasil um grande movimento feminista começou a se fortalecer. Com o passar de uma década na área acadêmica os reflexos se fizeram imediatos e presentes na iniciativa de incorporação de políticas de gêneros. As políticas públicas e programas governamentais passaram a propor pautas políticas específicas e direcionadas às mulheres. Nas ciências sociais a discussão ao que se refere a condição feminina teve sua origem na teoria evolucionista com a difusão de estudos sobre mulheres e a condição de gênero.

Destarte o conceito de gênero estrutura-se a partir da ênfase nas relações sociais, políticas, econômicas, culturais e entre sexo. No Brasil se falou de sistema sexo gênero que tinha a finalidade de separar os dois diferentes níveis, sendo o biológico e o social. Porém ao

discutir o conceito de gênero, novas teorias baseadas na construtivista se evidenciaram nos anos de 1990.

Os estudos sobre gêneros desde seu surgimento tiveram sua base construída em diálogos com questões que envolviam família e parentesco. Para o estruturalismo francês, a família é constituída por um homem, uma mulher e sua prole, assim ficou conhecido como um fenômeno universal.

Diante disso, os movimentos feministas contribuíram para o progresso das mulheres na nossa sociedade, além de contribuir para o reconhecimento da mulher no âmbito organizacional como pessoa que possui direitos. O que se sabe que o feminismo surgiu no fim do século XVIII com as revoluções democráticas. Importante salientar que nesse momento teve sua voz na contestação da exclusão das mulheres e a proclamação dos direitos universais.

Segundo Costa (2004), a luta pela igualdade empreendida no princípio do feminismo falava mais sobre igualdade e posição social em meio as classes abastadas da época. Santos (2001) menciona que a geografia está em toda parte, pois as pessoas estão em todas as partes nas suas construções sociais e espaciais. As percepções da geografia nasceram com o movimento feminista, curiosamente o ponto de partida do movimento feminista foi a contestação da exclusão das mulheres ao que se tratava a questão dos seus direitos universais.

3.2 A LUTA DAS MULHERES POR SEUS DIREITOS

Vimos que ao longo da história a mulher sempre viveu de uma forma subalterna, desde os primórdios. A discussão sobre o feminino vem da teoria evolucionista. Engels (1980) argumenta que a submissão das mulheres é constituída do modo de produção capitalista. Ao construir uma visão social sobre a mulher, observa-se que a mulher está atrelada a um contexto histórico, as feministas brasileiras chegaram ao final do milênio defendendo uma série de posições políticas distintas e conscientes da diversidade dentro do movimento.

Ao que se via era a mulheres em um contexto de opressão, as mulheres nunca eram vistas com o direito a constituir seu espaço. A consolidação sobre os estudos ao que se tratava a mulher era a condição de opressão feminista. Nos anos de 1990, parece haver um significativo crescimento do feminismo no Brasil (Grossi, 1998b, p. 28), abarcando mulheres de diferentes camadas sociais e gerações, tanto no meio rural como urbano.

O século XVII evidenciou muitas transformações sociais, econômicas e culturais. Com a revolução industrial as mulheres precisaram sair de suas residências e ir trabalhar para complementar a renda da família.

A grande conquista do projeto feminista igualdade na diferença foi a possibilidade de mudança nas relações de gênero, na medida em que as mulheres (e os homens) puderam se libertar dos velhos estereótipos e construir novas formas de se relacionar, agir e se comportar. Ao que se vê nas cidades é a luta das mulheres pela sobrevivência, seja na selva de pedra das cidades, ou nas áreas menos favorecidas de serviços públicos, empresas privadas, serviço informal nas cidades.

A revolução democrática foi o ponto de partida de contestação da exclusão das mulheres na proclamação dos direitos universais na Revolução Francesa em 1789. As mulheres buscam seus direitos civis, políticos, e suas lutas são significativas na pauta de direitos sociais. O cuidado de evidenciar uma linha do tempo sobre a trajetória sobre a conquista no viés do gênero feminino no palco dos direitos na figura 12.

Figura 12 – Linha cronológica / Conquistas femininas 1827-1879

1827	• Meninas são liberadas para frequentarem a escola
1832	• A obra “Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens” é publicado
1879	• Mulheres conquistam o direito ao acesso às faculdades

Fonte: Pesquisa de campo, Sousa, 2023

Este período vigorava no Brasil o período da monarquia, as mulheres eram vistas como menos inteligentes, frágeis na estrutura físicas, eram submissas aos seus maridos.

Figura 13 – Linha cronológica / Conquistas femininas 1910-1962

1910	• O primeiro partido político feminino é criado
1932	• As mulheres conquistaram o direito ao voto
1962	• É criado o Estatuto da Mulher Casada

Fonte: Pesquisa de campo, Sousa, 2023

Na Proclamação da República as mulheres vislumbraram o direito ao voto, mais não se concretizou. Somente em 1932 no governo de Getúlio Vargas (o governo era provisório).

Figura 14 – Linha cronológica / Conquistas femininas 1974-1979

1974	•Mulheres conquistam o direito de portarem um cartão de crédito
1977	•A Lei do Divorcio
1979	•Mulheres garantem o direito à prática do futebol

Fonte: Pesquisa de campo, Sousa, 2023

Regime militar do governo de Ernesto Geisel, período militar onde aconteceu a redemocratização, muitas mulheres lutaram contra o golpe, foram torturadas.

Figura 15 – Linha cronológica / Conquistas femininas 1985-2018

1985	•A criação da primeira DEAM •Delegacia das Mulheres
1988	•A Mulher é reconhecida na Constituição iguais aos homens
1994	• A convenção de Belém do Pará
2002	• A vingindade deixa de ser motivo para anular casamento
2004	• A I conferencia Nacional de politicas publicas para Mulheres (CNPM).
2006	•É sancionada a Lei Maria da Penha
2015	•É aprovada a Lei do Feminicídio
2018	•A importunação sexual feminina passou a ser considerada crime.

Fonte: Pesquisa de campo, Sousa, 2023.

Neste cenário ao longo de governos que foram tendo seu legado nas políticas públicas, se construiu conquistas na legislação vigente significativas, para que se fosse pensado políticas públicas e direitos para as mulheres.

A constatação do efeito de conquista na área dos direitos sociais que envolvem mulheres. Possibilitou fortes mudanças na sociedade dentre elas a que se mencionar a criação de delegacias Especializadas para atender mulheres vítimas dos mais diversos tipos de violências.

Scott (1988/1995), menciona que o conceito de gênero foi fundamental para explicar como as diferenças foram transformadas em desigualdades através de um processo histórico, político e relacional de dominação masculina/submissão feminina.

Paralelamente a pesquisas que envolvem mulheres mostram que o movimento de mulheres, exerceram e exercem forte papel de proeminência nas conquistas históricas como no âmbito nacional em que, ocorreu o reconhecimento de igualdade entre homens.

3.3 O "SER E VIVER" TRADICIONAL DA MULHER

O tradicional modo de ser e viver da mulher em regiões de reassentamento urbano é profundamente influenciado pelo ambiente em que ela vive. Muitas vezes, essas regiões são marcadas pela pobreza, falta de infraestrutura e violência, o que impõe desafios significativos para as mulheres que ali residem (Amorim; Ribeiro, 2018).

A pobreza é um fator que afeta particularmente as mulheres em regiões de reassentamento urbano, já que elas podem ter acesso limitado a recursos econômicos e enfrentar dificuldades para garantir o sustento próprio e de suas famílias.

Além disso, a falta de infraestrutura nessas áreas, como saneamento básico, transporte adequado e serviços de saúde, também pode ter um impacto desproporcional nas mulheres, que muitas vezes têm a responsabilidade de cuidar da família e enfrentam dificuldades adicionais nessas condições. Outro desafio mencionado é a violência, que pode ser uma realidade presente em regiões de reassentamento urbano.

As mulheres são particularmente vulneráveis a diferentes formas de violência, como a violência doméstica, assédio sexual e agressões, o que afeta negativamente sua segurança e bem-estar. Diante desses desafios, é crucial que sejam implementadas políticas e programas que abordem as necessidades específicas das mulheres em regiões de reassentamento urbano. Isso inclui a promoção de oportunidades econômicas, melhorias na infraestrutura e serviços essenciais, bem como medidas efetivas para combater a violência de gênero e proteger os direitos das mulheres.

Ao reconhecer os impactos dessas condições nos modos de vida das mulheres, é possível desenvolver estratégias mais efetivas para enfrentar os desafios e garantir que as mulheres nessas regiões tenham acesso a uma vida digna, segura e com igualdade de oportunidades.

Devido à pobreza, falta de infraestrutura e violência presentes nesses locais, as mulheres enfrentam desafios significativos para garantir a sobrevivência de suas famílias (Araújo; Menezes, 2016; Bruschini; Lombardi, 2015). Embora não seja tão simples de determinar como algo do tipo se sucede estas condições também afetam o acesso das mulheres a recursos básicos, como educação, saúde e emprego, aumentando ainda mais sua vulnerabilidade e desigualdade.

Apesar desses desafios, as mulheres dessas regiões são frequentemente responsáveis pela sobrevivência de suas famílias. Elas cuidam das crianças, cozinham, limpam a casa e garantem que haja comida na mesa todos os dias. Algumas mulheres também trabalham fora de casa, muitas vezes em empregos precários e mal remunerados. Embora estas mulheres sejam fortes e resilientes, desempenhando um papel indispensável na sustentação de suas famílias e comunidades.

Elas são muitas vezes as únicas provedoras da casa, enfrentando as dificuldades econômicas e sociais da região (Calazans; França Junior; Silva, 2018). É importante reconhecer o trabalho árduo dessas mulheres e apoiá-las por meio de políticas públicas que promovam o acesso a recursos, serviços e oportunidades para melhorar suas condições de vida e de suas famílias. Além de suas responsabilidades domésticas, muitas mulheres também trabalham fora de casa, muitas vezes em empregos precários e mal remunerados. Essas mulheres demonstram uma notável força e resiliência ao enfrentarem as dificuldades econômicas e sociais presentes na região.

Elas se tornam as principais provedoras da família, carregando consigo o peso das responsabilidades e das adversidades cotidianas. É crucial reconhecer o trabalho árduo dessas mulheres e valorizar sua contribuição para a sustentação de suas famílias e comunidades. Elas desempenham um papel essencial e são agentes de mudança em suas realidades. Espera-se que políticas públicas sejam implementadas para apoiá-las, proporcionando acesso a recursos, serviços e oportunidades que possam melhorar suas condições de vida.

Essas políticas devem visar a promoção da igualdade de gênero, fornecendo apoio econômico, programas de capacitação e educação, acesso a serviços de saúde de qualidade e apoio à conciliação entre trabalho e família. Além disso, é importante garantir o combate à discriminação de gênero, a violência doméstica e a outras formas de violência contra as mulheres.

Ao reconhecer o papel e as dificuldades enfrentadas por essas mulheres, podemos trabalhar para criar um ambiente mais justo e equitativo, onde elas tenham a oportunidade de prosperar, melhorar suas condições de vida e fortalecer suas famílias e comunidades.

Além disso, as mulheres em regiões de reassentamento urbano enfrentam outras barreiras. Elas podem ter acesso limitado à educação e à saúde, e muitas vezes sofrem discriminação de gênero e violência doméstica. Esses problemas são agravados quando as mulheres são migrantes ou refugiadas, enfrentando a falta de documentação e a hostilidade dos moradores locais. A falta de acesso à educação e saúde pode limitar as oportunidades de emprego e crescimento pessoal das mulheres, perpetuando a pobreza e a desigualdade.

A discriminação de gênero e a violência doméstica também podem ter efeitos duradouros na vida dessas mulheres, afetando sua saúde física e mental e impedindo-as de alcançar seu pleno potencial. Ou seja, é crucial que os governos e outras instituições trabalhem para criar ambientes seguros e inclusivos para todas as mulheres, independentemente de sua origem ou status migratório (Costa; Fernandes; Montenegro, 2016; Davis, 2016). Isto inclui o acesso a serviços e recursos básicos, bem como a proteção contra a discriminação e a violência de gênero.

Apesar de todas essas dificuldades, muitas mulheres nessas regiões são resilientes e lutam por uma vida melhor para si mesmas e suas famílias. Elas se unem em comunidades e se apoiam mutuamente, organizando-se em cooperativas e grupos de autoajuda. Elas também lutam por seus direitos e pelo reconhecimento de seu papel na sociedade, exigindo acesso igualitário à educação, saúde e emprego. Muitas dessas mulheres, responsáveis pela sobrevivência de suas famílias, se unem em comunidades e se apoiam mutuamente para enfrentar esses desafios.

Elas se organizam em cooperativas e grupos de autoajuda para buscar soluções coletivas e fortalecer sua posição na sociedade. Além disso, essas mulheres também lutam por seus direitos e por um futuro melhor (Duarte, 2017). Elas exigem igualdade de acesso à educação, saúde e emprego, bem como o reconhecimento de seu papel e contribuição para a sociedade. Estas lutas podem envolver a participação em movimentos sociais e políticos, bem como o ativismo em nível local ou regional.

Apesar das dificuldades, essas mulheres encontram força ao se unirem em comunidades e se apoiarem mutuamente. Uma forma de organização mencionada é a criação de cooperativas e grupos de autoajuda, onde as mulheres encontram soluções coletivas e fortalecem sua posição na sociedade. Essas iniciativas comunitárias permitem que elas compartilhem recursos, conhecimentos e experiências, fortalecendo assim sua capacidade de enfrentar os obstáculos com mais eficácia. Além disto, é destacada a importância da luta por direitos e pelo reconhecimento do papel das mulheres na sociedade.

Elas demandam igualdade de acesso à educação, saúde e emprego, reivindicando a garantia de oportunidades equitativas para melhorar suas condições de vida. Essas lutas podem se manifestar através da participação em movimentos sociais e políticos, bem como do ativismo em nível local ou regional.

Ao se envolverem nessas lutas, as mulheres demonstram seu compromisso em criar um futuro melhor não apenas para si mesmas, mas também para suas comunidades. Elas levantam suas vozes e exigem que suas contribuições sejam reconhecidas e valorizadas.

Deve-se destacar e apoiar essas ações e iniciativas, fornecendo recursos e oportunidades para que as mulheres possam fortalecer suas capacidades e tornar suas vozes ouvidas em processos de tomada de decisão. Somente através do empoderamento e do reconhecimento das mulheres será possível construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Em resumo, o modo de ser e viver da mulher em regiões de reassentamentos urbanos é multifacetado (Grossi, 2016). Elas enfrentam muitos desafios, mas também são agentes de mudança em suas comunidades, lutando por um futuro melhor para si mesmas e para as gerações futuras. Os movimentos sociais estão diretamente ligados às lutas, conflitos que se dão entre a classe trabalhadora (detentora da força do trabalho) e o governo (detentor do capital).

Dessa forma, os movimentos sociais constituem expressões de organização de pessoas e grupos sociais que se articulam e lutam em conjunto por objetivos comuns em prol de assegurar direitos e/ou mudanças do status quo vigente. Assim, quando atingem seus objetivos retornam ao cotidiano e/ou pela inserção na luta social e vão se organizar em partidos políticos, sindicatos, associações dentre outras organizações institucionais e formais (Melucci, 1994).

Os movimentos interferem diretamente em nossa sociedade e na realidade atual, pois muitas conquistas das quais usufruímos hoje só foi possível devido à organização de um grupo de pessoas que se engajaram em uma mesma causa e lutaram em prol de um bem comum, garantindo direitos que contemplam todos os cidadãos.

Essas lutas romperam com o domínio privado nas relações entre a capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do estado para o reconhecimento e a legalização dos direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos (Iamamoto, 2000). Movimentos sociais são marcados por conflitos sociais e o autor que discorre perfeitamente sobre isso é Touraine (2004), que entende por movimentos sociais a ação conflitante de agentes das classes sociais lutando pelo controle do sistema histórico.

Ainda de acordo com Touraine (2004, p. 283) há de um lado movimentos coletivos de resistência a opressão e, de outro, os que exercem pressão para a disseminação de visões de classe sobre o sistema. No Brasil existem diversos movimentos sociais atuantes, dentre eles é possível destacar: Movimento Feminista, Movimento Negro ou Afrodescendente, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o Movimento LGBT.

Dentro desse contexto, concorda-se com Gohn (2011), onde ressalta que grupo de mulheres foram organizados nos anos 1990, em função de sua atuação na política, criando redes de conscientização de seus direitos e frentes de lutas contra as discriminações. Movimento Negro ou Afrodescendente que deixou de ser predominantemente movimento de manifestações culturais para ser, sobretudo, movimento de construção de identidade e luta contra a discriminação racial.

Os jovens criaram inúmeros movimentos culturais, especialmente na área da música, enfocando temas de protestos, pelo rap, hip hop etc. Outros importantes movimentos sociais no Brasil, nos anos 1990. Na cidade de Altamira, estado do Pará, existem vários movimentos sociais atuantes. No entanto, foi possível entrevistar uma das precursoras do Movimento Xingu Vivo para Sempre. Conforme relatou a então entrevistada Antônia Melo da Silva.

O Movimento Xingu Vivo para Sempre foi fundado em 23 de maio de 2008, com a necessidade de ir contra a implantação da Barragem de Belo Monte, no rio Xingu, por entenderem que os impactos socioambientais seriam muito grandes. (Antônia Melo, 2015,)

Na figura 16, Antônia Melo, como é conhecida e chamada, seguiu relatando que em 1989, ela fazia parte da Comunidade Eclesiais de Base da Igreja Católica que teve grande contribuição na luta dos povos indígenas daquele ano, contra as barragens no rio Xingu.

Antônia Melo, naquela época, participava de todos os movimentos e estava presente em todas as reuniões indígenas, como por exemplo, de uma importante reunião que aconteceu no centro esportivo de Altamira-Premem ocasião essa em que a índia Tuíra passou o facão no rosto do então presidente da Eletronorte, o senhor Muniz Lopes.

Figura 16 – Antônia Melo Lideranças Movimento Xingu vivo para sempre



Fonte: Acervo Ana Mendes Amazônia Real, 2016

Em 1990, a referida senhora Melo participou do Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica, que tinha como slogan a seguinte frase “Se abrir a Transamazônica foi um erro, abandoná-la é um erro bem maior”.

Segundo Antônia Melo, na década de 1990 foram chamados setores do governo de Brasília para vir a Altamira e conversar com os movimentos sociais sobre políticas públicas. Conseguiu-se então grandes conquistas, como o Hospital Regional Público da Transamazônica (HRT), a Universidade Estadual do Pará (UEPA), e melhorias das estradas da região. Tudo decorrente da luta iniciada nesse tempo pelos agricultores. Criou-se então uma entidade jurídica para esse movimento aglutinador de forças, a Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP), que existe até os dias atuais.

No final da década de 1990 e início de 2000, o governo Fernando Henrique Cardoso anunciou que iria construir a barragem no rio Xingu, com nome “Belo Monte”. Anunciou que faria a barragem sem se quer ter chamado a sociedade local para falar sobre o que estava acontecendo.

Então, os movimentos se reuniram em novembro de 2000 e criaram o Movimento Pelo Desenvolvimento da Transamazônica, também foi criada uma comissão dentro desse movimento, sendo que desta comissão, Antônia Melo era a única mulher.

Em meados do ano de 2003 quando Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência do Brasil acreditou-se que a população teria suas lutas respeitadas, surgindo assim à esperança de que Belo Monte teria a sua obra embargada, o que não aconteceu. Os indígenas decepcionados ao verem que o governo Lula avançava com o projeto de UHE Belo Monte, convidaram no início de 2008 os movimentos sociais de Altamira e Região, os agricultores, e as Comunidades Ribeirinhas para um grande encontro que ficou marcado como um ato de resistência e luta contra Belo Monte.

Esse encontro denominado “Xingu Vivo para Sempre” aconteceu na cidade de Altamira. Encontro esse que contou com a participação de mais de 3.000 pessoas. Todos em defesa dos rios, dos povos e contra as barragens no rio Xingu. Nesse encontro, os indígenas decidiram que a partir daquela data, o então Movimento em Defesa da Transamazônica e Xingu passaria a se chamar Movimento Xingu Vivo para Sempre, fundado em 23 de maio de 2008.

O movimento é muito atuante na cidade de Altamira e se organiza de diversas formas, com reuniões, mobilizações e protestos. Sua principal bandeira de luta é a oposição a construção da barragem de Belo Monte, que apesar de já ter sido implantada aqui na região, o movimento e luta continua sendo pauta pelo referido movimento. (Revista, DR.2015).

Atualmente a luta persistente por todas a comunidades atingidas tem sido evidenciada pelo Movimento atingido por Barragem MAB na figura 17. Não se pode negar que se fazem presente e todos os espaços, seja na luta por moradia, pelo reconhecimento das mulheres pescadoras da associação de pilotos do rio Xingu.

Figura 17 – Cenário de uma plenária de reunião



Fonte: Pesquisa de campo, Sousa, 2023.

Segundo Jodelet (1991, p. 15), na medida em que o conceito de ideologia não conseguiu explicar o papel do conceitual nas relações sociais e nas relações de poder, a noção de representação social constitui um novo olhar sobre o social e o pensamento, tendo como

perspectiva a questão da mudança. Desta forma as mulheres encontram nos movimentos sociais uma representação com o olhar no direito social a ser reivindicado.

3.4 MULHERES REMANEJADAS E AS RELAÇÕES DE DESIGUALDADE

As mulheres remanejadas enfrentam muitas desigualdades quando são obrigadas a mudar de suas casas e comunidades para dar lugar a projetos governamentais ou privados (Louro, 2017; Calazans; França Junior; Silva, 2018). Elas são frequentemente impactadas de forma desproporcional por essas mudanças, sofrendo perda de terras, moradia, fontes de renda e conexões sociais.

Cada uma destas mudanças têm um impacto desproporcional nas mulheres, pois elas muitas vezes são as principais responsáveis pelo cuidado da família e sustento, e podem perder suas terras, casas e fontes de renda (Pedro; Ferreira, 2018). Ao lado disto, elas podem perder suas conexões sociais, tornando-se mais vulneráveis à exclusão social e a outras formas de desigualdade. As mulheres são, portanto, particularmente afetadas por essas mudanças e precisam ser consideradas nas decisões de remanejamento.

Além disso, ressalta-se que as mulheres também correm o risco de perderem suas conexões sociais, o que pode levá-las a enfrentar exclusão social e outras formas de desigualdade. Essas consequências negativas são atribuídas às mudanças em curso, que podem impactar desproporcionalmente as mulheres.

Nesse contexto, o comentário aponta para a necessidade de considerar as mulheres nas decisões de remanejamento. Isso implica em reconhecer sua situação desigual e vulnerável, e adotar medidas adequadas para proteger seus direitos e garantir sua inclusão e bem-estar durante esses processos de mudança. Esta reflexão ressalta a importância de promover a igualdade de gênero em todas as esferas da sociedade, assegurando que as mulheres sejam incluídas e beneficiadas pelas transformações, ao invés de serem prejudicadas por elas.

Essas perdas afetam ainda mais as mulheres porque, em muitos casos, são elas que têm a responsabilidade de cuidar da família e manter o sustento. A falta de acesso a recursos e oportunidades as coloca em situações precárias, como a pobreza e a falta de acesso à educação e saúde. Tal postura sugere que as mulheres são desproporcionalmente afetadas por perdas ou contratempos porque muitas vezes têm a responsabilidade de cuidar da família e sustentá-la.

Devido à falta de acesso a recursos e oportunidades, as mulheres podem se encontrar em situações precárias, como pobreza, acesso limitado à educação e à saúde e outras

desigualdades sociais e econômicas. Isto implica, aliás, que estes fatores têm um efeito cascata sobre o bem-estar das mulheres e suas famílias, levando a maiores dificuldades e desvantagens (Costa; Fernandes; Montenegro, 2016).

Além disto, sugere que abordar as necessidades e desafios enfrentados pelas mulheres é etapa obrigatória para se promover o desenvolvimento social e econômico, bem como a igualdade de gênero.

A desproporcionalidade dos impactos que as perdas e contratempos têm sobre as mulheres, destacando que muitas vezes são elas que têm a responsabilidade de cuidar da família e garantir o sustento. Essa carga adicional de responsabilidades coloca as mulheres em uma posição ainda mais vulnerável quando ocorrem perdas, como a perda de terras, casas e fontes de renda. É ressaltado que a falta de acesso a recursos e oportunidades coloca as mulheres em situações precárias, como pobreza, acesso limitado à educação e à saúde, e outras desigualdades sociais e econômicas.

Essas condições desfavoráveis têm um efeito cascata sobre o bem-estar das mulheres e suas famílias, ampliando as dificuldades e desvantagens que enfrentam. Também se destaca a importância de abordar as necessidades e desafios enfrentados pelas mulheres como parte importantíssima para se promover o desenvolvimento social e econômico, bem como a igualdade de gênero.

Reconhece-se que investir na igualdade de gênero e garantir que as mulheres tenham acesso equitativo a recursos, oportunidades e serviços essenciais é essencial para construir uma sociedade mais justa e sustentável. Esta análise reforça a necessidade de políticas e ações que considerem as desigualdades de gênero e trabalhem para reduzi-las, visando criar um ambiente onde as mulheres possam desempenhar plenamente seu potencial e contribuir para o desenvolvimento de suas comunidades.

A inclusão das mulheres nos processos de tomada de decisão é essencial para garantir que suas vozes sejam ouvidas e que suas preocupações e necessidades sejam levadas em consideração. Isso implica em proporcionar oportunidades para que as mulheres possam contribuir ativamente na definição das políticas e estratégias relacionadas ao remanejamento, assegurando que suas perspectivas e experiências sejam consideradas.

Além disto, o comentário destaca a importância de políticas de remanejamento que levem em conta as questões de gênero e os direitos das mulheres. Isso implica em adotar medidas específicas para atender às necessidades das mulheres, considerando as desigualdades de gênero e trabalhando para garantir que as políticas sejam inclusivas e equitativas.

Ao envolver as mulheres nos processos de tomada de decisão e ao considerar as questões de gênero nas políticas de remanejamento, é possível garantir que as necessidades das mulheres sejam atendidas e que suas vozes sejam ouvidas. Isso contribui para promover a igualdade de gênero, bem como o desenvolvimento social e econômico de maneira mais abrangente.

Além disso, as mulheres remanejadas enfrentam outras formas de desigualdade de gênero. Elas podem enfrentar discriminação no acesso a recursos e serviços, bem como violência sexual e doméstica. A mudança de comunidade também pode afetar as redes sociais e o apoio de outras mulheres em situações semelhantes, o que pode aumentar o isolamento e a vulnerabilidade.

Para enfrentar essas desigualdades, espera-se que os governos e outras instituições considerem as necessidades e os direitos das mulheres nas decisões de remanejamento. As mulheres devem ser incluídas nos processos de tomada de decisão e garantir a participação ativa na formulação de políticas que afetam suas vidas. Elas podem ser discriminadas no acesso a recursos e serviços, bem como serem vítimas de violência sexual e doméstica (Amorim; Ribeiro, 2018; Araújo; Menezes, 2016). A mudança também pode afetar as redes sociais e o apoio de outras mulheres em situações semelhantes, aumentando o seu isolamento e vulnerabilidade.

Para enfrentar essas desigualdades, almeja-se que os governos e outras instituições considerem as necessidades e os direitos das mulheres nas decisões de remanejamento. As mulheres devem ser incluídas nos processos de tomada de decisão e garantir a participação ativa na formulação de políticas que afetam suas vidas.

Isso significa que as mulheres devem ser ouvidas e ter suas preocupações e necessidades levadas em consideração ao tomar decisões importantes sobre remanejamento (Bruschini; Lombardi, 2015). Sendo assim, também é essencial que as políticas de remanejamento levem em conta as questões de gênero e os direitos das mulheres. As mulheres devem ter voz nas decisões que afetam suas vidas e garantir que suas necessidades e preocupações sejam consideradas e atendidas.

Nessa perspectiva, é obrigatório garantir que as mulheres tenham acesso a recursos e serviços adequados, como programas de capacitação, microcrédito, assistência à saúde e apoio psicossocial. Estas medidas podem ajudar a mitigar os impactos negativos da remoção e permitir que as mulheres sejam agentes de mudança em suas novas comunidades.

Ou seja, a remoção pode ter um impacto significativo nas vidas das mulheres e de suas famílias, e as medidas sugeridas são destinadas a mitigar esses impactos negativos (Davis,

2016). Entre as medidas sugeridas estão programas de capacitação para que as mulheres possam desenvolver habilidades e competências necessárias para a sua integração em novas comunidades, microcrédito para ajudá-las a estabelecer seus próprios negócios e gerar renda, assistência à saúde para garantir que suas necessidades médicas sejam atendidas e apoio psicossocial para ajudá-las a lidar com o estresse emocional da mudança.

Conquanto seja uma tarefa invariavelmente complicada, é possível minimizar esses impactos negativos e promover a igualdade de gênero em regiões de reassentamento humano através de políticas inclusivas e abordagens sensíveis ao gênero. Tais políticas devem considerar as necessidades e direitos das mulheres nas decisões de remanejamento e garantir sua participação ativa nos processos de tomada de decisão (Duarte, 2017). Desta forma, é possível mitigar os impactos negativos da remoção e permitir que as mulheres sejam agentes de mudança em suas novas comunidades.

Em todas as ocasiões, políticas inclusivas e abordagens sensíveis ao gênero podem ajudar a minimizar esses impactos negativos e promover a igualdade de gênero em regiões de reassentamento humano (Grossi, 2016; Louro, 2017). Isto pode incluir medidas como garantir que as mulheres tenham acesso a recursos e serviços adequados, incluindo programas de capacitação, microcrédito, assistência à saúde e apoio psicossocial, além de incluí-las nos processos de tomada de decisão e garantir sua participação ativa na formulação de políticas que afetam suas vidas.

Em suma, as mulheres remanejadas, em todas as ocasiões, enfrentam muitas desigualdades, mas com políticas inclusivas e abordagens sensíveis ao gênero, é possível minimizar esses impactos negativos e promover a igualdade de gênero em regiões de reassentamento urbano.

Evidenciamos trechos da pesquisa de três mulheres a respeito do que a Empresa Norte Energia possibilitou com a mudança para o RUC laranjeiras. Ao descrever as falas das mulheres, podemos afirmar que as entrevistas orais, tem grande importância, pois permitiu captar as subjetividades, dando ênfase as questões de percepções das problemáticas vivenciadas neste novo espaço.

Para mim e minhas filhas nunca houve a possibilidade de participar de curso de empreendedorismo, fiz foi perder minha renda com o pescado que tinha quando eu morava próximo a praia do pepino. Como vou estudar, se já tenho idade avançada, vivo doente, nunca recebi o seguro defeso, fui pescadora por 20 anos. Eu já fui ao ministério público tem quatro anos que não recebo mais nada. Fico revoltada porque tem pessoas que nem é pescadora e recebe o auxílio pesca. (Nerys, 50 anos)

Eu quero é vender minha casa, minha filha tem problemas de saúde, têm crise de Asma, a minha casa já passou por três reformas, mais não presta. O mofo está tomando de conta das paredes eu faço os cuidados, mas o problema é de estrutura e materiais que não aguentam o calor é o frio desta área de floresta que o RUC está cercado. A distância para chegar ao trabalho, o ônibus só vem duas vezes no dia, e quando vem. (Darly, 42 anos)

Aqui no RUC a Norte Energia não se preocupa, não podemos contar com ajuda. Só informam que estão na comunidade, nada aparecem aqui vez ou outra, para olhar se o projeto de futebol está indo bem, se as crianças participam de atividades. Na escola só curso de ensino fundamental. Depois de tanto as mulheres pedirem está tendo alfabetização para adultos duas vezes na semana. Não posso dizer que está bom, temos casa, porém falta o poder público para executar políticas públicas para os moradores que estão presos em suas casas. Eu sinto falta de onde morava no bairro da invasão dos padres. (Maria Jeane, 57 anos)

Cabe salientar que para compreender o universo de significados na vida das mulheres moradoras do RUC, as análises são feitas a partir das relações sociais

4 RETRATOS DO COTIDIANO E ESPACIALIDADES DAS MULHERES NO REASSENTAMENTO LARANJEIRAS

No Reassentamento Laranjeiras, os retratos do cotidiano e das espacialidades das mulheres revelam desafios, entraves e perspectivas únicas. Essas mulheres enfrentam obstáculos decorrentes do processo de remanejamento, mas também demonstram resiliência e capacidade de superação.

Uma das principais características do cotidiano das mulheres no Reassentamento Laranjeiras é a multiplicidade de papéis desempenhados por elas. Além das responsabilidades familiares e domésticas, muitas mulheres assumem atividades socioeconômicas para contribuir com a renda familiar. Essas atividades variam desde a produção e venda de alimentos, artesanato e produtos caseiros, até a prestação de serviços, como limpeza e cuidados pessoais.

No entanto, a participação do gênero feminino nas atividades socioeconômicas enfrenta desafios significativos. A falta de acesso a recursos financeiros, infraestrutura adequada e capacitação limitada são alguns dos entraves que afetam o desenvolvimento dessas atividades. Além disso, as mulheres enfrentam barreiras sociais e culturais, como estereótipos de gênero e a divisão desigual do trabalho, que podem restringir sua autonomia e oportunidades de crescimento.

Apesar dos desafios, é importante destacar as perspectivas positivas que emergem dessas realidades. A participação do gênero feminino nas atividades socioeconômicas evidencia sua força e determinação em buscar alternativas para o sustento das famílias e a melhoria de suas condições de vida. Essas mulheres demonstram criatividade, habilidades empreendedoras e resiliência diante das adversidades.

Nesse contexto, a participação do gênero feminino é obrigatória para se impulsionar o desenvolvimento local. Além de contribuir para a economia do Reassentamento Laranjeiras, as mulheres fortalecem a coesão social e constroem redes de apoio mútuo. Elas compartilham conhecimentos, experiências e recursos, promovendo a solidariedade e o empoderamento feminino.

No entanto, que sejam criadas condições favoráveis para que a participação das mulheres seja plenamente efetiva e igualitária. Isso implica na implementação de políticas públicas que promovam o acesso a crédito, capacitação e infraestrutura adequada para o desenvolvimento das atividades socioeconômicas. Além disso, urge combater as desigualdades

de gênero, garantindo igualdade salarial, oportunidades de liderança e maior representação feminina em espaços de decisão.

Para que a participação das mulheres seja plenamente efetiva e igualitária, é imperativo que sejam criadas condições favoráveis. Isso implica na implementação de políticas públicas que promovam o acesso a crédito e financiamento, a capacitação profissional e o desenvolvimento de habilidades empreendedoras. Além disso, deve-se garantir a infraestrutura adequada para o desenvolvimento das atividades socioeconômicas, como acesso a mercados, transporte, saneamento básico e energia.

Para promover a igualdade de gênero, necessita-se, antes, combater as desigualdades existentes. Isso inclui garantir igualdade salarial entre homens e mulheres que desempenham as mesmas funções, proporcionar oportunidades de liderança para as mulheres e promover uma maior representação feminina em espaços de decisão, como conselhos comunitários e comitês locais.

No contexto do Reassentamento Laranjeiras, a participação ativa do gênero feminino é imprescindível no impulsionamento do desenvolvimento local. Além de contribuírem para a economia da região, as mulheres fortalecem a coesão social e constroem redes de apoio mútuo, promovendo a solidariedade e o empoderamento feminino.

As mulheres compartilham conhecimentos, experiências e recursos entre si, criando um ambiente de colaboração e suporte mútuo. Essa troca de informações e habilidades contribui para o fortalecimento da comunidade e para o crescimento das atividades socioeconômicas locais. Ao se unirem em cooperativas, associações ou grupos de trabalho, as mulheres conseguem ampliar suas oportunidades e enfrentar desafios de forma mais efetiva.

Além disso, é importante promover a conscientização sobre os direitos das mulheres e combater estereótipos de gênero arraigados na sociedade. Isso contribui para criar um ambiente mais inclusivo e respeitoso, onde as mulheres possam exercer seus direitos plenamente e participar ativamente do desenvolvimento socioeconômico. No entanto, carece de se criar condições favoráveis e combater as desigualdades de gênero para que sua participação seja plenamente efetiva e igualitária.

Ao reconhecer e valorizar as contribuições das mulheres do Reassentamento Laranjeiras, será possível construir uma sociedade mais justa e igualitária. A participação ativa do gênero feminino nas atividades socioeconômicas fortalece não apenas as mulheres individualmente, mas também a comunidade como um todo, impulsionando o desenvolvimento local sustentável e melhorando a qualidade de vida das famílias reassentadas.

Nessa perspectiva, a participação do gênero feminino é essencial para impulsionar o desenvolvimento local no Reassentamento Laranjeiras. Ao promover a economia local, fortalecer a coesão social e construir redes de apoio mútuo, as mulheres são essenciais na construção de uma comunidade mais próspera e igualitária.

4.1 O PAPEL DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

O sentido de representação da mulher no mercado de trabalho extrapola uma ideologia feminina. O que se observa que por mais ou menos três décadas os economistas e estudiosos vêm destacando o significado do aumento maciço e acelerado das mulheres no mercado de trabalho (Nações Unidas, 2005).

A partir da lógica das lutas de movimentos sociais e conquistas das mulheres, aconteceu a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, os atores presentes, dentre eles chefes de governo e/ou seus representantes, reconheceram que as mulheres contribuem decisivamente para a economia e para a luta contra a pobreza,

Partindo da questão da mulher entre os temas que impulsionam um forte debate na sociedade atual, e a mulher e o mercado de trabalho. Entre as temáticas que são carro chefe ao se tratar de políticas sociais que estão voltadas para as mulheres salientamos a segurança pública, saúde, trabalho.

E a ótica que se ver as mulheres na atual sociedade é que boa parte das moradias brasileiras são chefiadas por mulheres. Segundo estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), menciona em seus relatórios que “O indicador Proporção de pessoas ocupadas em trabalho parcial (CMIG 14) mostra que, em 2019, cerca de 1/3 das mulheres estavam ocupadas em tempo parcial – até 30 horas –, quase o dobro do verificado para os homens (15,6%)”. Dados estes que evidenciam que as mulheres estão, de certa forma, com destaque no mercado de trabalho.

Neste campo em que a mulher vem alcançando mudanças em seus papéis, se observar grandes transformações nos espaços. É importante salientar que as Regiões Norte e Nordeste apresentaram as maiores proporções de mulheres ocupadas em trabalho parcial, 39,2% e 37,5%, respectivamente.

No tocante da Região Xingu temos elementos socioeconômicos de perfil produtivo voltado para uma região diversificada. No que se trata das mudanças na espacialidade e dinâmicas urbanas, a região do Xingu vivenciou forte mudanças no urbano, e as mulheres no

perfil socioeconômico foram protagonistas destas mudanças que aconteceram no espaço urbano e rural da cidade de Altamira.

No contexto de Reassentamento cabe destacar, a vulnerabilidade social, a violência moral, física e psicológicas. Na maioria dos casos as mulheres não possuem instabilidade financeira, quando não dependem exclusivamente do companheiro, na maioria as próprias são as chefes da moradia destinadas ao reassentamento por motivo de remanejamento compulsório.

Na tabela 03 no caso do RUC Laranjeiras entre as 42 mulheres entrevistadas que representam 100%, 25 mulheres que representam (59,52%) são Beneficiárias do Bolsa Família do governo Federal, e recebem o Valor de R\$ 600,00 mensal. O que aponta que as mulheres entrevistadas não possuem outra renda que não seja a do Benefício social do governo, por serem mulheres, possuírem filhos, e estarem passando por alguma situação de limitações de oportunidades de trabalho remunerado.

Tabela 3 – Renda mencionada participantes da pesquisa RUC Laranjeiras

	frequência	(%)
Bolsa Família	25	59,52
F. Publica	03	7,14
Carteira assinada	04	9,52
	03	7,14
Autônoma	02	4,76
Aposentada	05	11,90
BPC		
Total	42	100

Fonte: Pesquisa de campo, Sousa, 2023.

Conjuntamente se pode constatar que uma porcentagem de 11,90% das 42 mulheres entrevistada recebem Benefício Assistencial (BPC) Benefício de prestação continuada, destinado a pessoas com deficiências, que tenha igual 65 anos, ou acima de 65 anos sem condições para prover o sustento e que sobreviviam com menos de 1/4 do salário-mínimo.

4.2 FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES NO REASSENTAMENTO LARANJEIRAS

As famílias chefiadas por mulheres enfrentam uma série de desafios no contexto socioeconômico do Reassentamento Laranjeiras. Essas mulheres assumem a responsabilidade de prover o sustento e o cuidado de suas famílias, enfrentando entraves e lidando com perspectivas específicas que lhes são inerentes.

Um dos principais desafios é o acesso a recursos financeiros e oportunidades de emprego. Muitas vezes, as mulheres chefes de família enfrentam dificuldades em encontrar empregos estáveis e bem remunerados, o que pode levar a uma situação de vulnerabilidade econômica. A falta de qualificação profissional e o estigma associado ao gênero podem dificultar ainda mais sua inserção no mercado de trabalho.

Além disso, essas mulheres também enfrentam desafios no cuidado e na educação de seus filhos. A responsabilidade de conciliar trabalho remunerado e as demandas familiares muitas vezes recai sobre elas, o que pode gerar uma carga excessiva de trabalho e estresse. A falta de acesso a serviços de creche e educação de qualidade também pode impactar negativamente o desenvolvimento e o futuro das crianças.

No entanto, é importante ressaltar as perspectivas de superação e resiliência que essas mulheres apresentam. Apesar dos desafios, elas buscam formas de fortalecer suas habilidades e capacidades, por meio de cursos de capacitação, empreendedorismo e participação em programas sociais voltados para o empoderamento feminino.

A participação ativa dessas mulheres nas atividades socioeconômicas do Reassentamento Laranjeiras é uma realidade evidente. Elas se envolvem em atividades produtivas, como a produção de alimentos, artesanato, prestação de serviços e comércio local. Essas iniciativas não apenas geram renda para sustentar suas famílias, mas também fortalecem a economia local e promovem a autossuficiência e o empoderamento feminino.

Aliás, a participação dessas mulheres nas redes comunitárias e associações também é uma importante forma de enfrentar os desafios e buscar soluções coletivas. Elas se apoiam mutuamente, compartilham experiências, promovem a troca de conhecimentos e fortalecem suas vozes na defesa de seus direitos e interesses.

As perspectivas futuras para as famílias chefiadas por mulheres no Reassentamento Laranjeiras estão relacionadas à promoção da igualdade de gênero e ao fortalecimento das políticas públicas que visam atender suas necessidades específicas. Precisa-se investir em programas de capacitação profissional, acesso a crédito e assistência técnica, além de garantir o acesso a serviços de educação, saúde e creche de qualidade. Também é válido combater as desigualdades estruturais e os estereótipos de gênero presentes na sociedade, promovendo a equidade e o reconhecimento do papel das mulheres na produção do espaço e no desenvolvimento sustentável da comunidade.

Nessas condições, as famílias chefiadas por mulheres no Reassentamento Laranjeiras enfrentam desafios significativos, mas também demonstram resiliência e buscam alternativas

para superá-los. A participação ativa dessas mulheres nas atividades socioeconômicas da região contribui para fortalecer a comunidade e promover a igualdade de gênero. Assim sendo, sugere-se investir, portanto, em políticas e programas que apoiem essas mulheres, garantindo oportunidades e condições dignas de vida para elas e suas famílias.

4.3 PERFIL E TRAJETÓRIA DE VIDA DAS MULHERES ENTREVISTADAS

O entendimento do perfil e da trajetória de vida das mulheres entrevistadas é de extrema pertinência para a compreensão dos impactos socioeconômicos no Reassentamento Laranjeiras. Essas informações são fundamentais para analisar as realidades vivenciadas por essas mulheres e compreender as particularidades de suas experiências no contexto do reassentamento.

Ao conhecer o perfil das mulheres entrevistadas, é possível identificar questões como idade, nível de escolaridade, ocupação profissional, estado civil, número de filhos e outras características relevantes. Esses dados fornecem um panorama mais completo das condições socioeconômicas em que vivem e dos desafios que enfrentam.

Além disto, a trajetória de vida das mulheres entrevistadas permite compreender as suas vivências anteriores ao reassentamento, suas experiências durante o processo de deslocamento e as transformações que ocorreram em suas vidas desde então. Essa compreensão possibilita uma análise mais aprofundada dos impactos socioeconômicos, considerando fatores como a perda de bens e recursos, mudanças no acesso a serviços básicos, a adaptação a um novo ambiente e a reconstrução de redes de apoio social.

Através do estudo do perfil e da trajetória de vida das mulheres entrevistadas, é possível identificar os desafios que elas enfrentam no contexto do reassentamento, como a falta de emprego, a precariedade das condições de moradia, a dificuldade de acesso a serviços de saúde e educação, entre outros. Essas informações são essenciais para orientar a formulação de políticas públicas e a implementação de medidas de apoio específicas, visando melhorar as condições de vida dessas mulheres e suas famílias.

Além dos desafios, a análise do perfil e da trajetória de vida das mulheres entrevistadas também revela suas potencialidades e recursos individuais. Muitas mulheres possuem habilidades e conhecimentos adquiridos ao longo de suas vidas, que podem ser explorados como formas de geração de renda e fortalecimento da autonomia econômica. Valorizar esses recursos é, ainda que na medida do possível, essencial para promover a inclusão socioeconômica e o empoderamento das mulheres no reassentamento.

Portanto, o entendimento do perfil e da trajetória de vida das mulheres entrevistadas é de suma importância para uma compreensão abrangente dos impactos socioeconômicos no Reassentamento Laranjeiras. Essas informações fornecem subsídios para a formulação de políticas e a implementação de ações efetivas que promovam a melhoria das condições de vida das mulheres e suas famílias, buscando a equidade de gênero e o desenvolvimento sustentável da comunidade como um todo.

Assim ao escutar relatos das mulheres que são moradoras do RUC laranjeiras ao que se pode constatar em seus relatos é uma já opinião formada sobre os impactos que o Remanejamento compulsório trouxe para suas vidas.

Os impactos na vida das mulheres que chefiam famílias no RUC Laranjeiras trazem evidências nas entrevistas quando elas passam a descrever a formas de trabalho antes da construção de Belo Monte, no quadro 1.

Mencionamos as ocupações abaixo extraída das falas das mulheres do RUC Laranjeiras em uma oficina realizada onde 32 mulheres reassentadas participaram.

Quadro 1 – Perfil produtivo antes do remanejamento

COSTUREIRA	COMERCIANTE
FAXINEIRA	DIARISTA
GARI	PROFESSORA
VENDEDORA DE PERFUMES	PESCADORA
GARÇONETE	FEIRANTE

Fonte: Pesquisa de campo, Sousa, 2023.

As mulheres remanejadas possuíam um perfil produtivo que foi se desenhando no momento que as mulheres passaram a relatar como laboravam antes, cada mulher possuía um espaço de produção.

Pedimos para as mulheres falarem sobre seus trabalhos antes de Belo Monte, e logo as mulheres tiveram uma expressão de eu quero falar. O quanto minha vida tem sido difícil pela perda da minha renda. Quem costurava e tinha sua clientela fixa nos serviços de corte e costura, sente na pele que o distanciamento fez com que sua clientela já não tivesse interesse devido a distância em que a costureira agora possui.

A faxineira alega que o Ônibus que atende ao RUC é insuficiente, pois precisa chegar cedo no local de trabalho, e o transporte muitas das vezes não chega até o RUC, a despesas com o vale transporte leva metade do valor que recebe ao final do mês.

A mulher que trabalhava como Gari, encontra dificuldade no transporte, pois a mesma trabalha por turnos, não possui transporte, não pode faltar, pois compõem uma equipe que passa o dia varrendo as ruas no centro da cidade. A deficiência e o acesso ao transporte público causam implicações se não cumprir com os seus horários. Muitas das vezes acordam bem cedo e vai de Pé para chegar até seu local de trabalho, quando tem dinheiro vai de moto taxi. A mulher que é vendedora também teve a perda nas suas vendas, pois perdeu sua vizinhança, sua clientela das proximidades de onde residia.

A pescadora, a mulher pescadora viu a sua venda de peixe já não prosperar no novo espaço devido a extinção de peixes, também por não ser considerada como pescadora, os benefícios prometidos para quem vivia da pesca, é julgado por não ser distribuído corretamente, a extinção de muitos tipos de peixe no rio Xingu impactou na vida de famílias que viviam do peixe, que tinha renda, que também pescavam para alimentar outras famílias próximas, a referida mulher alega que antes de Belo Monte a solidariedade já existia, não se via disputa pelo pescado, nem distinção entre pescadores.

A mulher comerciante alega que teve que fechar seu comércio, pois com a mudança para o RUC também perdeu sua clientela. Alega que tentou abrir um bar que este não prosperou. A professora alega que devido a motivo de saúde já não consegue ter oportunidades de emprego, hoje possui adoecimento mental, está com depressão. A garçonete tirava bicos em eventos a noite, devido à distância, e falta de segurança abandonou a oportunidade de prover o sustento.

4.4 DESAFIOS E OPORTUNIDADES ENFRENTADOS PELAS MULHERES

Objetivando analisar as falas dos atores sociais, especialmente mulheres que passaram pelo processo de remanejamento compulsório, catalogação e concretização do reassentamento, podemos observar a importância do tempo e do espaço nessas narrativas.

Nas expressões dos rostos das mulheres que aguardavam pelo remanejamento, era possível perceber uma perspectiva de mudança para algo novo. Essa mudança despertou ansiedade e expectativas de melhorias de vida. A promessa de uma moradia digna, onde cada uma pudesse trabalhar, cuidar de sua família e ter condições econômicas para seguir a vida pós Belo Monte, estava presente em suas falas.

A luta das mulheres e das associações pelo direito à moradia e ao espaço urbano se tornou uma realidade vivida. No entanto, é importante compreender que os efeitos do desarranjo e da reorganização espacial têm consequências drásticas para as populações e comunidades.

Conforme Carlos (2007, p.17) afirma, "o lugar é a porção do espaço apropriável para a vida apropriada através do corpo dos sentidos dos passos de seus moradores". Isso reforça a ideia de que o lugar é essencial para a subsistência, a sobrevivência e a realização existencial das pessoas.

As mulheres explicitam suas concepções sobre os lugares que deixaram de frequentar após o reassentamento, bem como os impactos que estão vivenciando no dia a dia no RUC Laranjeiras. Essas experiências e percepções ressaltam a importância de compreender e abordar as transformações espaciais e seus efeitos na vida das reassentadas. Ou seja, deve-se considerar essas narrativas e dar voz às mulheres afetadas no reassentamento, a fim de buscar soluções que atendam às suas necessidades e promovam uma melhoria efetiva em sua qualidade de vida.

O estudo sobre mulheres no reassentamento de Laranjeiras nos alerta para a importância de uma abordagem sensível e inclusiva, que valorize as vozes das pessoas impactadas e busque construir um futuro melhor para todos.

“As mudanças no cotidiano, percebidas com a chegada do ‘outro’, geram momentos de instabilidade para os moradores, de redefinição de ‘seu’ espaço social, dos usos e apropriação destes” (Peixer, 1993, p. 93). Podemos testemunhar que o novo gera as incertezas, como na fala SAICANGA²: “(...) Deixei de frequentar os hospitais, deixei de frequentar a faculdade, de sair, hoje eu vivo presa, só saio quando possuí pessoas nas ruas, preciso fazer fisioterapia e não faço pela ausência do transporte”.

O depoimento de uma pessoa que participou do estudo "Entre a hidrelétrica e o reassentamento: Vidas em transformação um estudo sobre mulheres no reassentamento laranjeiras - Altamira-PA" revela os impactos negativos do reassentamento na vida da pessoa entrevistada. Analisando os pontos destacados, podemos argumentar sobre a importância de considerar essas questões durante o processo de reassentamento e oferecer soluções adequadas:

A restrição de acesso a hospitais é uma consequência preocupante do reassentamento. A interrupção do acesso aos serviços de saúde pode resultar em dificuldades para obter cuidados médicos adequados, especialmente em casos de emergência ou tratamentos contínuos. Nesse sentido, é imprescindível que os planejadores do reassentamento considerem a localização geográfica do novo local de moradia em relação aos serviços de saúde disponíveis e garantam que as pessoas reassentadas tenham acesso adequado a esses serviços;

² Reunião com moradores e a Norte Energia foi alterado para nomes de frutas, plantas medicinais, árvores, rios e (peixes- Ruc Laranjeiras), segundo entrevista a escolha foi feita pelos moradores junto com a empresa.

A interrupção da frequência na faculdade destaca a importância da continuidade dos estudos durante o processo de reassentamento. A falta de recursos ou a distância entre o novo local de reassentamento e a instituição educacional podem limitar as oportunidades educacionais das pessoas afetadas. Para evitar esse impacto negativo, é indispensável que sejam implementadas medidas para garantir a continuidade dos estudos, como o estabelecimento de programas educacionais específicos para as pessoas reassentadas ou o fornecimento de transporte adequado para facilitar o acesso às instituições educacionais;

A restrição de mobilidade mencionada no depoimento revela o impacto psicológico e social do reassentamento. Sentir-se "presa" e depender da presença de outras pessoas nas ruas para sair indica uma perda significativa de autonomia e liberdade. Os planejadores do reassentamento devem considerar a infraestrutura e os serviços de transporte disponíveis no novo local de reassentamento, a fim de garantir que as pessoas afetadas tenham a liberdade de se locomover e participar ativamente da vida comunitária.

A dificuldade em obter tratamento de fisioterapia destaca a importância de garantir o acesso contínuo aos serviços de saúde imperativo. A ausência de transporte adequado pode representar uma barreira significativa para a obtenção de tratamentos médicos, afetando negativamente a saúde e o bem-estar das mulheres reassentadas. É essencial que sejam estabelecidos mecanismos para garantir o transporte acessível e oportuno para serviços de saúde, incluindo a fisioterapia.

No geral, o depoimento destaca os impactos negativos do reassentamento na vida da pessoa entrevistada, incluindo restrição de acesso a hospitais, interrupção dos estudos, restrição de mobilidade e dificuldade em obter tratamento de fisioterapia. Esses pontos ressaltam a importância de considerar os impactos nas áreas de saúde e educação ao planejar e implementar processos de reassentamento, a fim de garantir o acesso contínuo a serviços essenciais e a continuidade das atividades educacionais.

No depoimento da TILÁPIA: “(...) Deixei de realizar meus trabalhos com o corte e costura, parei de trabalhar, perdi minha clientela, perdi minha renda, fiquei somente com a renda da minha aposentadoria”.

O processo de reassentamento pode trazer consequências significativas para a vida das pessoas afetadas, como demonstra o depoimento que revela pontos importantes que evidenciam o impacto negativo do reassentamento na vida da pessoa entrevistada.

Primeiramente, a perda de renda e clientela é mencionada como resultado direto do processo de reassentamento. A pessoa afirma que deixou de realizar seus trabalhos de corte e

costura, o que levou à perda de sua clientela. Esse fato indica que a interrupção forçada de sua atividade profissional teve um impacto significativo em sua fonte de renda e sustento.

Além disso, a dependência exclusiva da renda de aposentadoria é mencionada como uma consequência do reassentamento. Isso sugere que a pessoa não conseguiu obter uma renda adicional por meio de seu trabalho anterior devido às mudanças impostas pelo processo de reassentamento. A dependência exclusiva da aposentadoria pode criar uma situação financeiramente desafiadora e limitar as oportunidades de melhoria de vida.

Embora o trecho não ofereça detalhes específicos sobre o impacto emocional ou financeiro, é possível inferir que a perda de renda e clientela tenha gerado dificuldades financeiras e sentimentos de instabilidade econômica na vida da pessoa. Esses impactos podem levar a um aumento do estresse e da ansiedade, afetando negativamente a qualidade de vida e o bem-estar emocional.

Por fim, é importante destacar a reflexão implícita presente no depoimento. Embora a pessoa não tenha feito uma reflexão explícita, pode-se inferir que ela está compartilhando o impacto negativo que o reassentamento teve em sua vida, especialmente em relação à sua renda e trabalho. Essa reflexão indica uma preocupação genuína com as mudanças resultantes do processo de reassentamento e destaca a necessidade de considerar cuidadosamente os efeitos adversos nas vidas das pessoas afetadas.

Em suma, o depoimento analisado evidencia que o processo de reassentamento pode resultar em perda de renda e clientela, dependência exclusiva da aposentadoria, impacto emocional e financeiro, além de gerar reflexões sobre as mudanças ocorridas. Esses pontos ressaltam a importância de uma abordagem sensível e cuidadosa durante o processo de reassentamento, a fim de minimizar os impactos negativos e garantir a proteção dos direitos e bem-estar das pessoas afetadas.

Segundo a fala de CORVINA: “(...) Deixei de frequentar vários lugares que proporcionava diversão e entretenimento bares, praia, devido à distância e por ser mulheres sinto vulnerável, deixei de trabalhar a noite, fazer bicos para complementar a renda”.

O Direito ao lazer é um direito humano inequívoco, que tem o objetivo de proporcionar qualidade de vida e bem-estar, incluindo a saúde mental. O trabalho é uma fonte de recursos para prover o sustento da família, e todos têm o direito de ter acesso a transporte público de qualidade.

No caso da população reassentada, ocorre um distanciamento do seu modo de vida, dos costumes sociais, do trabalho e dos serviços oferecidos na área central da cidade. O direito à cidade é questionável diante das novas dinâmicas impostas às populações que foram realocadas.

Quando se fala na geração de empregos pelos grandes projetos de hidrelétricas, é importante destacar a observação de Vainer e Araujo (1992, p. 35), que alertam que "a geração de postos de trabalho que acompanha a etapa das obras civis é sempre inferior à aglomeração de trabalhadores gerada pelo afluxo migratório induzido pela expectativa de emprego".

Apenas uma pequena porção de trabalhadores locais é beneficiada, e assim que o processo de construção avança, a mão de obra que permanece é apenas técnica e qualificada. Algumas moradoras do reassentamento laranjeiras atuaram como operárias durante um período na obra. No entanto, após a fase em que a demanda por mão de obra bruta diminuiu, tornou-se mais difícil contratar pessoas da cidade.

O trecho menciona as consequências do reassentamento na vida da pessoa entrevistada, especificamente em relação ao acesso a locais de diversão e entretenimento, questões de segurança e restrição de oportunidades de trabalho. A análise desse depoimento pode ser feita considerando os seguintes pontos: Os desafios enfrentados durante o processo de reassentamento, especialmente relacionados ao acesso a lazer, segurança e oportunidades de trabalho. Analisando esses pontos, podemos argumentar sobre a importância de abordar essas questões de forma adequada durante o planejamento e a implementação do reassentamento:

Restrição de acesso a locais de diversão e entretenimento: A restrição de acesso a lugares como bares e praias devido à distância revela um impacto negativo na capacidade da pessoa de desfrutar de atividades de lazer. Isso pode levar ao isolamento social e à privação de momentos de relaxamento e descontração. Durante o processo de reassentamento, deve-se considerar a proximidade de espaços de lazer e entretenimento no novo local, a fim de garantir que as pessoas reassentadas tenham acesso a essas atividades, promovendo seu bem-estar e qualidade de vida.

Sentimento de vulnerabilidade por ser mulher: O depoimento menciona que a pessoa se sente vulnerável por ser mulher. Isso destaca a importância de considerar as questões de gênero durante o processo de reassentamento. É crucial criar ambientes seguros e inclusivos, onde as mulheres se sintam protegidas e respeitadas. Isso pode envolver a implementação de medidas de segurança, como iluminação adequada e policiamento, além de programas de conscientização e empoderamento para combater a violência de gênero e garantir a igualdade de oportunidades;

Restrição de oportunidades de trabalho: A pessoa menciona que deixou de trabalhar à noite e fazer bicos para complementar a renda. Essa restrição de horários pode ter impactado negativamente sua autonomia financeira e sua capacidade de buscar oportunidades de trabalho adicionais.

Durante o reassentamento, é imperativo garantir que haja oportunidades de emprego no novo local, bem como acesso a serviços de transporte para facilitar a mobilidade e a participação no mercado de trabalho. Além disso, programas de capacitação e empreendedorismo podem ser implementados para promover a independência financeira das pessoas reassentadas.

Nessa perspectiva, o depoimento destaca os impactos negativos do reassentamento na vida da pessoa entrevistada, incluindo a restrição de acesso a locais de diversão e entretenimento, o sentimento de vulnerabilidade por ser mulher e a restrição de oportunidades de trabalho. Esses aspectos ressaltam a importância de considerar as dimensões sociais e de gênero durante o planejamento e a implementação de processos de reassentamento, a fim de garantir a segurança, o bem-estar e a igualdade de oportunidades para todas as pessoas afetadas.

Em resumo, o depoimento analisado evidencia os desafios enfrentados durante o processo de reassentamento, incluindo a restrição de acesso a locais de diversão e entretenimento, o sentimento de vulnerabilidade por ser mulher e a restrição de oportunidades de trabalho. Essas questões destacam a importância de considerar cuidadosamente os aspectos sociais, de gênero e econômicos durante o planejamento e a implementação do reassentamento, a fim de garantir a qualidade de vida, a segurança e a autonomia das pessoas afetadas.

Conforme a fala de MANDUBÁ: “(...) eu estou presa devido a não ter quem me ajude com as crianças, tomo conta da casa e tarefas do lar enquanto meu marido trabalha. O transporte de moto não dar para toda a família, assim vivo em casa por não poder estar saindo com os filhos pequenos, a renda vem do meu marido”.

A relação do espaço em relação às possibilidades de acessibilidade e inclusão das mulheres que possuem filhos pequenos é deficiente. A falta de oferta de serviços educacionais para a primeira infância traz dificuldades significativas na vida dessas mulheres, que já possuem rotinas diárias de responsabilidades com trabalhos domésticos.

Além disso, a dependência financeira muitas vezes estigmatiza a figura da mulher, tornando-a dependente de seu companheiro. Em pleno século XXI, onde as mulheres lutam pelo seu lugar na sociedade, ainda podemos observar que essas mulheres, em sua luta diária, esperam por melhorias e políticas públicas de inclusão social em projetos que possam valorizar sua contribuição.

Para Massey (2015), o conceito de "lar" reflete tanto a "feminilidade" do lar quanto as relações cotidianas desiguais entre os gêneros que já estão estabelecidas dentro dele. Ao longo dos séculos, as mulheres viveram sob o poder patriarcal, desde a colonização. Atualmente, as mulheres ainda enfrentam restrições em seus próprios lares, devido à ausência de oferta de serviços que possam contribuir para a dinâmica daquelas que são chefes de família.

O trecho do depoimento revela os desafios enfrentados pela mulher em relação à sua mobilidade, responsabilidades domésticas e dependência financeira. Vamos analisar cada ponto:

Restrição de mobilidade devido à falta de ajuda com as crianças: A ausência de suporte na criação dos filhos limita a capacidade das pessoas reassentadas de se deslocarem e realizarem atividades fora de casa. Aliás, precisa-se reconhecer a importância das redes de apoio e dos serviços de cuidado infantil para garantir a autonomia e a mobilidade das pessoas. Investir nesses recursos é essencial para que as mães possam se engajar em atividades sociais, educacionais e profissionais, promovendo seu bem-estar e desenvolvimento;

Responsabilidades domésticas: A divisão tradicional de papéis, onde a mulher é responsável pelas tarefas domésticas, perpetua desigualdades de gênero e limita as oportunidades de participação social e desenvolvimento pessoal das mulheres. É imprescindível promover a igualdade de gênero no contexto do reassentamento, incentivando o compartilhamento das responsabilidades domésticas entre homens e mulheres.

Isso não apenas fortalece os laços familiares, mas também empodera as mulheres, permitindo que elas tenham tempo e energia para se envolverem em outras atividades importantes para seu crescimento pessoal e profissional;

Limitações de transporte: A falta de transporte adequado e seguro afeta diretamente a mobilidade das mulheres reassentadas, especialmente aquelas que vivem em áreas rurais ou distantes dos centros urbanos. Garantir o acesso a meios de transporte eficientes e acessíveis é essencial para promover a participação social, o acesso a serviços essenciais e as oportunidades de trabalho.

Investimentos em infraestrutura de transporte, como ampliação de linhas de ônibus, construção de ciclovias e melhorias nas estradas, são imprescindíveis para se garantir a inclusão e a integração dessas comunidades; **dependência financeira do marido:** A dependência financeira das mulheres reassentadas pode limitar sua autonomia e capacidade de tomar decisões independentes em relação às suas vidas. É crucial promover a autonomia econômica dessas pessoas, oferecendo oportunidades de trabalho, capacitação profissional e acesso a

recursos financeiros. Investir em programas de capacitação, empreendedorismo e criação de cooperativas pode ajudar a diversificar as fontes de renda e fortalecer a independência financeira das mulheres reassentadas, permitindo-lhes ter maior controle sobre suas vidas e seu futuro.

Nessas condições, os pontos levantados pelo depoimento destacam a importância de abordar questões como mobilidade, divisão de responsabilidades domésticas, acesso ao transporte adequado e autonomia econômica no contexto do reassentamento. Ações e políticas que promovam a igualdade de gênero, o acesso a serviços e oportunidades de trabalho, bem como o investimento em infraestrutura, são fundamentais para garantir um processo de reassentamento mais justo, inclusivo e sustentável.

Em resumo, o trecho do depoimento analisado revela desafios relacionados à mobilidade, responsabilidades domésticas, limitações de transporte e dependência financeira. Essas questões destacam a importância de abordar esses aspectos durante o processo de reassentamento, visando promover a igualdade de gênero, a autonomia econômica, o acesso a serviços e a participação social das pessoas reassentadas.

A entrevistada expressa sua indignação, de acordo com a fala de TAMUTÁ: “(...) Deixei de frequentar inúmeros lugares na cidade por conta de complicações de saúde. O transporte tem dias que não tem para o deslocamento do povo que aqui mora principalmente os idosos (as) que moram aqui no RUC laranjeiras. E que vai ao centro da cidade só para tirar a aposentadoria”.

O trecho menciona que a pessoa que participou do estudo deixou de frequentar vários lugares na cidade devido a complicações de saúde. Além disso, o transporte público tem dias em que não está disponível para o deslocamento da população, principalmente os idosos que moram no RUC Laranjeiras. Essas pessoas precisam ir até o centro da cidade apenas para receber sua aposentadoria.

A mulher menciona que o transporte público não atende adequadamente às necessidades da população idosa no reassentamento. Muitas vezes, os idosos têm que esperar por horas por um transporte que nem sempre chega até o local onde vivem. Essa falta de acesso ao transporte adequado afeta diretamente a mobilidade e a qualidade de vida dessas pessoas.

Ou seja, clama-se que a mulher seja considerada no planejamento do espaço urbano, levando em conta suas necessidades específicas, incluindo o acesso a serviços, transporte e infraestrutura adequados. Medidas devem ser tomadas para melhorar o sistema de transporte público, garantindo que seja acessível, confiável e regular, especialmente para atender às necessidades da população idosa.

Além disto, é importante que sejam oferecidos serviços de saúde próximos ao reassentamento, para que os idosos não tenham que enfrentar longas jornadas para receber atendimento médico. A criação de espaços de convivência e lazer adequados para a população idosa é essencial, promovendo uma maior inclusão social e qualidade de vida.

Esse depoimento evidencia uma série de desafios enfrentados pelas pessoas que vivem no reassentamento de Laranjeiras, em Altamira-PA. A falta de acesso a transporte público regular prejudica a mobilidade e limita a capacidade das pessoas de se deslocarem pela cidade, afetando diretamente sua qualidade de vida. Além disso, as complicações de saúde mencionadas pela pessoa destacam a necessidade de serviços de saúde adequados e próximos ao reassentamento.

Precisa-se que as autoridades locais estejam cientes dessas questões e trabalhem para melhorar a infraestrutura de transporte e saúde na região. Deve-se, portanto, garantir que haja um transporte público confiável e regular, especialmente para atender às necessidades dos idosos e de outros grupos vulneráveis. Além disso, é importante disponibilizar serviços de saúde acessíveis e de qualidade no reassentamento, para que as pessoas não precisem se deslocar até o centro da cidade apenas para receber atendimento médico.

Essas melhorias não apenas facilitarão a locomoção das pessoas e o acesso aos serviços essenciais, mas também promoverão uma maior inclusão e qualidade de vida para os moradores do reassentamento de Laranjeiras. De qualquer modo, isto só irá ocorrer mediante o compromisso contínuo para garantir que as necessidades e os direitos dessas pessoas sejam atendidos de maneira adequada.

A propagação dos fatores de envelhecimento é uma questão preocupante atualmente, especialmente no contexto do reassentamento em Altamira-PA. Muitos idosos compõem os núcleos familiares nessa região e suas rendas complementam o custo de vida de filhos e netos que vivem na mesma casa. No entanto, ao analisar o depoimento da mulher, fica evidente que as necessidades da população idosa não estão sendo contempladas em termos de distância e transporte.

No depoimento a seguir, PIRAPITINGA: “(...) Eu moro de aluguel nunca fui indenizada, mas faço parte do MAB e estou na luta com as companheiras”.

A fala da mulher aqui expressa uma divergência de direitos. Ela é moradora e vive no espaço que foi projetado para receber famílias consideradas impactadas pela obra UHE Belo Monte. No entanto, ela nunca recebeu uma casa e luta nas questões sociais pelo direito de ser reconhecida no processo de indenização para obter uma residência no RUC Laranjeiras.

A fala da mulher que relata morar de aluguel e nunca ter sido indenizada evidencia uma divergência de direitos no contexto do reassentamento em Laranjeiras, Altamira-PA. Enquanto o espaço foi projetado para receber famílias impactadas pela construção da UHE Belo Monte, essa mulher em específico nunca recebeu uma casa e está engajada na luta por seus direitos junto ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e suas companheiras.

Essa situação revela uma falha no processo de indenização e reconhecimento dos direitos das pessoas afetadas que moram no reassentamento. A mulher em questão não teve sua demanda atendida, não recebeu uma moradia adequada e, como resultado, permanece pagando aluguel, enfrentando insegurança habitacional. Esse caso exemplifica a importância de uma abordagem justa e equitativa no processo de reassentamento. Aliás, é imprescindível que todas as famílias impactadas sejam devidamente reconhecidas e indenizadas de acordo com seus direitos, garantindo que tenham acesso a uma nova moradia de qualidade e condições adequadas de vida.

Além disso, a participação de movimentos sociais, como o MAB, desempenha um papel crucial na luta pelos direitos das comunidades impactadas. Através da organização coletiva e da articulação política, essas mulheres e seus companheiros podem buscar o reconhecimento de suas reivindicações e pressionar as autoridades responsáveis a tomar medidas efetivas para corrigir as injustiças e garantir a justa reparação.

Ou seja, que as políticas públicas e as instituições envolvidas no processo de reassentamento sejam sensíveis às demandas e necessidades das pessoas impactadas. Isso inclui a adoção de medidas transparentes e participativas, que envolvam as comunidades afetadas desde as etapas iniciais do planejamento e que garantam a plena participação e representação das mulheres.

Em resumo, a situação da mulher que vive de aluguel e não foi indenizada no reassentamento de Laranjeiras destaca a divergência de direitos e a necessidade de uma abordagem justa e equitativa no processo de reassentamento. A participação de movimentos sociais e a pressão coletiva são importantes para garantir o reconhecimento dos direitos das comunidades impactadas. Espera-se, por consequência, que as políticas públicas sejam sensíveis às necessidades das pessoas afetadas e que assegurem uma reparação adequada e justa para todos os envolvidos.

No depoimento CURIMATÁ: “(...) fui beneficiada com essa casa é bom, porém é difícil se precisar de uma ambulância, um carro do SAMU, se você liga para ambulância ela nunca

chega. Tenho sérios problemas de saúde e sofro na pele a impossibilidade de quando preciso destes serviços”.

A busca por condições melhores sugere a esperança de proporcionar um espaço mais adequado para as populações que antes viviam em áreas problemáticas devido às cheias do Rio Xingu. No entanto, ao serem realocadas para um espaço concebido para as comunidades, essas pessoas se deparam com impactos socioespaciais significativos, que incluem a ausência e a deficiência de serviços básicos que deveriam ser garantidos às famílias.

Do ponto de vista de diversos painéis de estudiosos, "Às regiões de implantação, de modo geral, tem restado a desestruturação das atividades preexistentes, o crescimento desordenado da população, desemprego, favelização, marginalização social e, quase sempre, degradação ambiental" (Vainer; Araujo, 1992, p. 33).

A situação relatada por uma das mulheres no reassentamento de Laranjeiras, em Altamira-PA, evidencia as dificuldades enfrentadas em relação aos serviços de saúde. Embora ela reconheça a melhoria em termos de moradia, destaca a falta de acesso a serviços essenciais, como ambulâncias e o SAMU, que são fundamentais para atender às necessidades de saúde da comunidade.

Essa questão revela uma contradição entre as condições de melhoria proporcionadas pelo reassentamento e a realidade das dificuldades enfrentadas no dia a dia. O estudo destaca que o reassentamento foi pensado como uma forma de oferecer um espaço melhor para as populações que viviam em áreas sujeitas às cheias do Rio Xingu. No entanto, ao serem remanejadas para esse novo espaço, as mesmas populações se deparam com impactos socioespaciais significativos, incluindo a ausência e deficiência de serviços básicos que deveriam ser garantidos às famílias.

Esse tipo de situação não é exclusivo do reassentamento de Laranjeiras, mas é uma realidade que ocorre em diversas regiões onde grandes empreendimentos são implantados. A desestruturação das atividades preexistentes, o crescimento desordenado da população, o desemprego, a favelização, a marginalização social e a degradação ambiental são consequências comuns da implantação de projetos de grande porte.

Esses impactos socioespaciais são preocupantes, pois afetam diretamente a qualidade de vida e o bem-estar das comunidades reassentadas. A falta de acesso a serviços básicos, como saúde, educação e transporte, compromete a vida cotidiana e dificulta o desenvolvimento social e econômico dessas populações.

Diante disso, que as autoridades responsáveis pelo reassentamento e pela implantação de grandes projetos considerem não apenas as melhorias físicas, como moradia e infraestrutura, mas também a garantia de acesso a serviços básicos de qualidade.

Deve-se investir em políticas públicas que assegurem o bem-estar e a dignidade das populações impactadas, levando em consideração suas necessidades e demandas. Além disto, é importante fortalecer a participação das comunidades reassentadas no processo decisório, valorizando seus conhecimentos e experiências. A escuta ativa e a inclusão das vozes das mulheres e demais atores sociais são fundamentais para que as soluções propostas sejam efetivas e atendam às necessidades reais da população.

Em resumo, a falta de acesso a serviços básicos, como saúde, é uma das dificuldades enfrentadas pelas mulheres no reassentamento de Laranjeiras, em Altamira-PA. Essa situação revela a contradição entre as melhorias proporcionadas pelo reassentamento e as deficiências na garantia de serviços essenciais às famílias. Os impactos socioespaciais resultantes da implantação de grandes projetos são uma realidade enfrentada em diversas regiões, demandando ações efetivas por parte das autoridades e a participação ativa das comunidades reassentadas na busca por soluções justas e sustentáveis.

Com a fala da PIRARARA: “(...) Deixei de frequentar as praias, ilhas a questão do lazer é uma deficiência para moradores”.

Ao se discutir sobre os espaços, é possível obter uma visão das diversas realidades vividas nas cidades. As problemáticas são diversas, mas no caso das mulheres que foram remanejadas compulsoriamente para o RUC Laranjeiras, pode-se observar as mudanças relatadas pelos atores sociais, já que antes viviam em espaços com sentimentos de pertencimento, onde possuíam vínculos significativos. O espaço é social; nele, vivenciamos as mais diversas experiências e atribuímos diversos significados.

Se não bastasse a ausência de serviços públicos, a distância da centralidade da cidade e os espaços de lazer que desapareceram devido à reconstrução de parques e orlas na cidade, que agora se encontram abandonados, temos a sensação de espaços vazios e sem função na cidade, pois foram deixados ao abandono. Além dos prejuízos ambientais, portanto, as implicações nas dimensões socioculturais e no cotidiano das cidades também são evidentes.

A falta de acesso a espaços de lazer é uma das deficiências enfrentadas pelos moradores do reassentamento de Laranjeiras, que trouxe consequências significativas para a vida das mulheres e demais atores sociais envolvidos. Antes do reassentamento, essas mulheres viviam em espaços onde tinham um senso de pertencimento e estabeleciam vínculos com a

comunidade. O espaço em que se vive é carregado de significados e experiências diversas. No entanto, além da ausência de serviços públicos, a distância em relação ao centro da cidade e a reconstrução de parques e orlas que estão abandonados contribuíram para a falta de espaços de lazer adequados.

Os prejuízos ambientais decorrentes da construção da usina hidrelétrica são evidentes, mas é importante ressaltar as implicações nas dimensões socioculturais e no cotidiano das cidades. A falta de espaços de lazer afeta diretamente a qualidade de vida das mulheres e da comunidade como um todo.

A ausência de parques, orlas e outros espaços de convívio social resulta em espaços vazios e sem função na cidade, o que gera um impacto negativo na vida das pessoas. Ou seja, a falta de espaços de lazer afeta o bem-estar emocional e físico das mulheres. Acesso a áreas verdes, praias e ilhas proporcionam momentos de relaxamento, diversão e integração social. A privação dessas oportunidades de lazer contribui para um ambiente de vida monótono e limitado, afetando a saúde mental e a qualidade de vida das pessoas.

Diante desse cenário, espera-se que as autoridades responsáveis pelo reassentamento e pelo planejamento urbano levem em consideração a importância dos espaços de lazer na vida das pessoas. Deve-se, todavia, investir na criação de parques, áreas verdes e espaços de convívio social adequados, buscando promover a qualidade de vida e o bem-estar da comunidade reassentada.

Além disto, é preciso fortalecer a participação das mulheres e demais atores sociais na tomada de decisões relacionadas ao planejamento urbano e às políticas públicas. Ouvir suas demandas e necessidades é etapa obrigatória para se garantir um ambiente urbano mais inclusivo e que atenda às expectativas e aspirações da comunidade.

Em resumo, a falta de espaços de lazer adequados é uma deficiência enfrentada pelos moradores do reassentamento de Laranjeiras, em Altamira-PA. A mudança compulsória para o RUC trouxe consequências significativas, incluindo a ausência de serviços públicos, a distância do centro da cidade e a reconstrução abandonada de parques e orlas. Essa falta de espaços de convívio social e lazer afeta a qualidade de vida, a saúde mental e o bem-estar das mulheres e demais membros da comunidade.

Precisa-se, todavia, investir na criação de espaços de lazer adequados e promover a participação da comunidade no planejamento urbano, visando construir um ambiente urbano mais inclusivo e satisfatório para todos.

Na fala MATRINCHÃ: “(...) muitos impactos! Ando com meu marido nas ilhas, eu sou uma das mulheres que mais briga por água, aqui no RUC falta muita água, o sacrificio é água, transporte, perdi a oportunidade de ir à praia do pepino um lugar que eu frequentava muito aos domingos”.

O depoimento de uma das mulheres que vivem no reassentamento de Laranjeiras, Altamira-PA, revela os impactos causados pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Ela relata a luta constante por água, a falta de transporte adequado e a perda de oportunidades de lazer.

Ao dar voz às mulheres que vivenciam os efeitos drásticos caracterizados pelos pós-UHE Belo Monte, o choque traz questionamentos sobre como um bem tão precioso como a água, abundante em nossos rios, pode resultar na negação do direito à água, algo natural e abundante em nossa região. Além disso, em relação aos poucos meios de lazer que o município de Altamira, PA, possuía antes da UHE Belo Monte, estes deixaram de existir; foram extintos, e uma nova dinâmica foi sendo construída por meios artificiais.

De acordo com Bohm (1959, p. 146), "Uma coisa não pode existir à parte do contexto", o que é também válido para o espaço geográfico. A geografia não pode se limitar a um objeto específico, pois não seria capaz de compreender a totalidade da realidade. É a partir do objeto que começamos a compreender.

A escassez de água é um dos principais problemas enfrentados pelas mulheres no reassentamento. A falta desse recurso básico afeta diretamente suas vidas diárias e impõe grandes sacrificios. É preocupante como algo tão precioso e abundante em nossos rios pode ser negado às pessoas que vivem em uma região tão rica em recursos hídricos. O direito à água, algo natural e essencial para a vida, deve ser garantido a todos, independentemente das transformações impostas pela construção da usina.

Além disso, a falta de transporte adequado também é mencionada no depoimento. A ausência de um sistema de transporte eficiente e regular limita a mobilidade das mulheres no reassentamento, dificultando seu acesso a diversos lugares, como praias e outros espaços de lazer.

A perda de oportunidades de lazer e o isolamento social resultantes dessa falta de transporte têm impactos significativos na qualidade de vida e no bem-estar das mulheres. É importante considerar a geografia e o contexto em que esses problemas ocorrem. O espaço geográfico não pode ser visto de forma isolada, pois está intrinsecamente ligado à realidade social, econômica e ambiental. A compreensão dos desafios enfrentados pelas mulheres no

reassentamento requer uma análise ampla e contextualizada, levando em conta as transformações e dinâmicas impostas pela construção da usina.

Nesse sentido, que as autoridades e responsáveis pelo reassentamento estejam atentas a essas questões e adotem medidas para garantir o acesso à água potável, a melhoria do sistema de transporte e a criação de espaços de lazer adequados. Além disso, é necessário valorizar e fortalecer a participação das mulheres e das comunidades locais na tomada de decisões e na busca por soluções que atendam às suas necessidades e aspirações.

Em suma, o depoimento da mulher no reassentamento de Laranjeiras evidencia os impactos negativos causados pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. A luta por água, a falta de transporte adequado e a perda de oportunidades de lazer são questões que afetam diretamente a vida das mulheres nessa região. Espera-se que sejam adotadas medidas para garantir o acesso à água, melhorar o sistema de transporte e criar espaços de lazer, levando em consideração o contexto geográfico e as necessidades das comunidades reassentadas.

Fala a MAPARÁ: “(...) sobre enfrentar lugares na cidade eu deixei de ir a muitos lugares por não ter transportes. E, nos sentimos muito pela falta da água, a problemática de comunicação via celular”.

A falta de transporte adequado e a escassez de água são problemas enfrentados pelas mulheres ". Essas questões impactam diretamente a mobilidade e a qualidade de vida das pessoas que vivem nessa região.

Há outra consequência para essas populações: elas são negadas o acesso ao meio informacional, devido à deficiência nos serviços de redes e telefonia. A impossibilidade de possuir condições financeiras para obter transportes dignos para locomoção é uma realidade; muitos sacrificam sua pouca renda para adquirir transporte, como motocicletas, a fim de trabalhar e ir até o centro da cidade para ter acesso a bens e serviços públicos.

Não é suficiente, portanto, apenas fazer referência ao quanto as mulheres são invisibilizadas no processo de estudos para a instalação de grandes projetos, ou seja, necessita-se destacar a compreensão do dia a dia das mulheres remanejadas e revelar a vulnerabilidade de gênero das mulheres remanejadas compulsoriamente.

“Vivemos na era da informação, que na sua forma atual, é a matéria-prima da revolução da tecnologia” (Santos, 2002, p. 182). No entanto, verifica-se que ainda existe uma parte da sociedade que enfrenta dinâmicas caracterizadas por obstáculos de acessibilidade em alguns espaços. O RUC Laranjeiras evidencia-se como um espaço onde a seletividade espacial e

socioeconômica está claramente presente no cotidiano dos atores sociais que ali vivem. No que diz respeito às mulheres, elas são sempre as mais impactadas por essas condições adversas.

No depoimento, fica evidente que a falta de transporte tem limitado o acesso das mulheres a diversos lugares na cidade. A ausência de um sistema de transporte eficiente e acessível impede que elas se desloquem livremente, dificultando o acesso a serviços, lazer e outras atividades essenciais para o seu bem-estar. Essa restrição de mobilidade afeta diretamente a autonomia e a participação social das mulheres no reassentamento.

Outro desafio mencionado é a falta de água. A escassez desse recurso básico é uma preocupação constante para as famílias reassentadas. A ausência de água adequada e de qualidade compromete as atividades diárias, como a higiene pessoal, o preparo de alimentos e a manutenção da limpeza do ambiente doméstico.

Essa situação gera transtornos e afeta negativamente a qualidade de vida das mulheres e suas famílias. Além disto, a problemática de comunicação via celular também é citada no depoimento. A falta de uma infraestrutura adequada de telecomunicações dificulta a comunicação entre as pessoas no reassentamento. Isso pode gerar isolamento social e dificuldades no acesso a serviços essenciais, como atendimento médico e contato com familiares e amigos.

Diante desses desafios, é crucial que sejam implementadas políticas públicas e ações que visem resolver essas questões. Precisa-se, todavia, investir em infraestrutura de transporte adequada, garantindo o acesso regular e confiável a serviços de transporte público. Além disso, urge buscar soluções para garantir o abastecimento de água de qualidade e a melhoria da infraestrutura de telecomunicações, proporcionando uma melhor qualidade de vida para as famílias reassentadas.

A superação desses problemas requer a participação ativa das autoridades locais, do poder público e da comunidade em geral. É importante promover o diálogo e a colaboração entre esses atores, buscando soluções efetivas e sustentáveis para melhorar as condições de vida das mulheres no reassentamento de Laranjeiras.

Em resumo, a falta de transporte adequado, a escassez de água e a problemática de comunicação via celular são desafios enfrentados pelas mulheres no reassentamento de Laranjeiras. Essas questões afetam diretamente a mobilidade, a qualidade de vida e a participação social dessas mulheres. Espera-se, no entanto, que sejam adotadas medidas para resolver esses problemas, garantindo acesso a transporte público, água de qualidade e infraestrutura de telecomunicações adequada.

Fala JACUNDA: (...) “Sobre corre atrás de benefícios para o RUC laranjeiras, as caixas de água foi as mulheres que corremos atrás, o solo é contaminado por ferro, o RUC laranjeiras não tem como cavar poço, água quando chega vem suja”.

A luta dos movimentos sociais e das associações de moradores é de extrema importância para o reassentamento em Laranjeiras, Altamira-PA. Essas organizações representam uma forma de mobilização da população, buscando melhorias nas ofertas de serviços que são deficientes no espaço onde as famílias reassentadas vivem e trabalham.

Um dos exemplos mencionados é a questão da água. Segundo o depoimento das mulheres, elas tiveram que correr atrás para conseguir caixas de água, pois o reassentamento não tem condições de cavar poços. Além disso, quando a água chega, ela está suja e contaminada por ferro, o que representa uma séria preocupação para a saúde e o bem-estar das famílias.

Essa realidade revela a importância da organização e da luta coletiva para garantir condições dignas de vida no reassentamento. Os movimentos sociais e as associações de moradores ao representar os interesses da população e reivindicar melhorias nas infraestruturas e nos serviços básicos são bastante importantes.

Espera-se que essas demandas sejam ouvidas e atendidas pelas autoridades locais e pelos responsáveis pelo reassentamento. A falta de acesso a serviços adequados, como água limpa e segura, compromete a qualidade de vida e a saúde das famílias reassentadas. Portanto, é válido investir em soluções para resolver esses problemas, garantindo o acesso a água potável e promovendo a qualidade ambiental no reassentamento.

A luta dos movimentos sociais e associações de moradores não apenas busca melhorias imediatas, mas também é uma forma de fortalecer a participação cidadã e a conscientização sobre os direitos da população reassentada. Através dessas ações coletivas, é possível promover mudanças reais e efetivas, contribuindo para a construção de um espaço urbano mais justo, inclusivo e sustentável.

Em suma, a luta dos movimentos sociais e associações de moradores no reassentamento de Laranjeiras é uma forma de organização da população para buscar melhorias nas ofertas de serviços deficientes na região. É essencial que essas demandas sejam ouvidas e atendidas, garantindo condições dignas de vida para as famílias reassentadas. Através dessas ações coletivas, é possível promover mudanças significativas e construir um espaço urbano mais justo e inclusivo.

A representante do MAB: “(...) fomos várias vezes procurar o prefeito para melhoria neste RUC, o prefeito não recebe mais a população. O adoecimento por conta da água, doenças de pele, verminose”.

A situação descrita pelas mulheres no reassentamento de Laranjeiras, em Altamira-PA, revela uma série de desafios e dificuldades enfrentadas pela comunidade. O relato de que tentaram buscar melhorias junto ao prefeito, mas não foram recebidas, evidencia uma falta de diálogo e de canal de comunicação efetivo entre a população e as autoridades responsáveis.

Além disto, a questão do adoecimento devido à água é uma preocupação séria. O acesso a água potável e de qualidade é imprescindível para a saúde e o bem-estar das pessoas. A falta de tratamento adequado da água pode levar a doenças de pele, verminoses e outros problemas de saúde, afetando diretamente a qualidade de vida da comunidade reassentada.

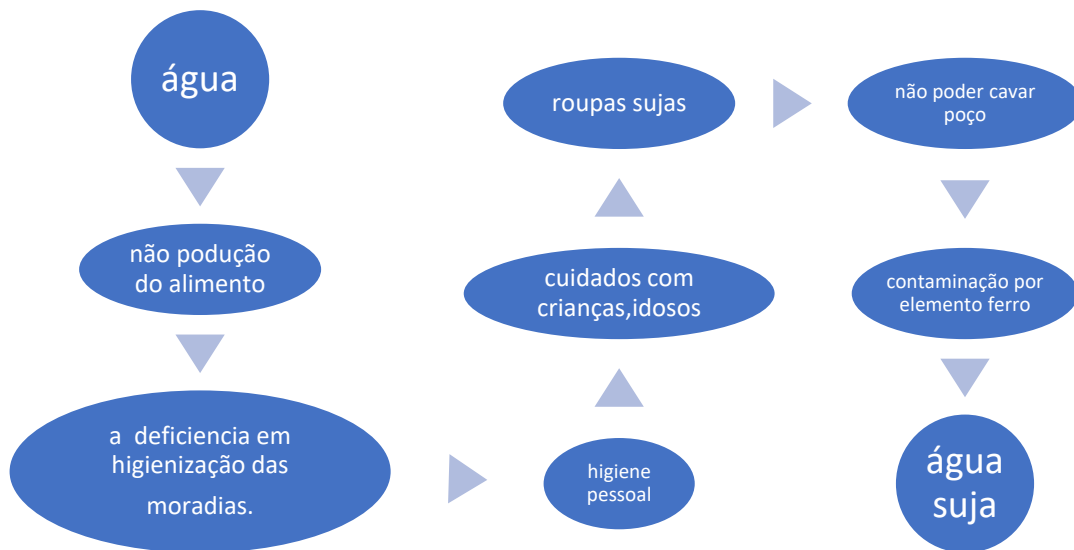
Nesse contexto, que as autoridades responsáveis se comprometam com a melhoria das condições de vida no reassentamento. Isso inclui a implementação de medidas para garantir o acesso à água potável e o tratamento adequado, bem como a oferta de serviços de saúde de qualidade para atender às necessidades da população. Além disto, é essencial promover um diálogo aberto e transparente entre a população e as autoridades locais.

Os moradores precisam ter canais efetivos para expressar suas demandas e preocupações, e as autoridades devem estar dispostas a ouvir e agir em resposta a essas questões. A falta de comunicação e a ausência de medidas para resolver os problemas enfrentados no reassentamento podem ter efeitos devastadores para a saúde e o bem-estar das mulheres e de toda a comunidade. É essencial que as autoridades assumam sua responsabilidade de melhorar as condições de vida e garantir o respeito aos direitos básicos das pessoas reassentadas.

Em resumo, a falta de diálogo e a ausência de medidas efetivas para resolver os problemas no reassentamento de Laranjeiras têm impactos negativos na saúde e no bem-estar da comunidade. Aguarda-se que as autoridades locais assumam suas responsabilidades e tomem medidas urgentes para garantir o acesso à água potável, o tratamento adequado da água e a oferta de serviços de saúde de qualidade. Tal fato só poderá mediante o estabelecimento prévio de canais efetivos de comunicação e diálogo entre a população e as autoridades para que as demandas e preocupações sejam ouvidas e atendidas de forma adequada.

Na figura 18, um demonstrativo relacionado a questão da água no reassentamento, mencionado nos depoimentos das mulheres que convivem com esta situação no seu cotidiano.

Figura 18 – Impactos visíveis da falta de água no RUC Laranjeiras



Fonte: Pesquisa de campo, Sousa, 2023.

Os efeitos do processo de crescimento nas grandes cidades influenciam consideravelmente no modo de vida da população, por fatores que certamente estão interligados com o ciclo hidrológico de cada região. Os conflitos pelo uso da água são eminentes nas regiões que sofrem com a escassez de recursos hídricos, fato que obriga os seus usuários a tomarem providências que visem a sua minimização, tais como a racionalização da demanda, e a substituição de fontes de abastecimento.

No caso do Reassentamento o abastecimento do RUC Laranjeira possui uma estrutura automatizada onde a distribuição é realizada diretamente da rede de distribuição com o Armazenamento em duas Caixas Grandes que comportam 20 mil litros cada uma. Lamentavelmente o RUC Laranjeiras sofre com o desabastecimento, pois houve expansão na ocupação urbana nas proximidades do referido reassentamento. Com tudo o fluxo de água que chega até os reservatórios se tornou insuficiente para chegar às moradias existentes.

Na figura 19, a estrutura do Local possui duas Grandes Caixas cercadas pela estrutura metálica projetada pelo Departamento Engenharia Empresa Norte Energia.

Figura 19 – Reservatório RUC Laranjeiras



Fonte: Pesquisa de campo, Sousa, 2023.

É comum entre as corporações, negar a existência dos sujeitos e das violações, e, assim, é a atuação da empresa COSALT, responsável pelo abastecimento da água no município de Altamira-Pá.

Enfatizar que tanto o acesso à água quanto o acesso ao saneamento (ou esgotamento sanitário) são considerados direitos humanos. Resolução das Nações Unidas de 2010 reconheceu esses direitos, com amplo apoio dos países-membros, inclusive do Brasil.

No entanto os moradores do RUC Laranjeiras mencionam da grande preocupação da privatização do sistema de água do Reassentamento, os moradores temem pelos valores a serem cobrados pelo uso da água no Reassentamento, pois segundo representantes da associação essa possibilidade já se está sendo cogitada atualmente.

O Laranjeiras é uma exceção, que não tem poço para complementar, além de ter estrutura de reservação de água menor que os demais (duas caixas de 10 mil litros). O reassentamento é abastecido pelo reservatório apoiado (RAP) da zona do Ibiza, de 500 m³ de capacidade. Como se encontra no “fim da linha”, para que a água chegue até o Laranjeiras, é preciso que o reservatório esteja com mais da metade de água. Além disso, a zona do Ibiza conta com mais de 60% dos imóveis ainda não ligados à rede (PMA, 2021c), sendo, portanto, uma zona de potencial crescimento da demanda. O RUC Laranjeiras é um dos quais a população local mais sofre com a falta de água. (Isa *et al.*; Mab, 2022, p. 26).

Diante de tantos empasse entre a empresa Norte e Energia e a Prefeitura de Altamira o Instituto socioambiental e Movimento dos atingidos por Barragem realização uma nota técnica explicativa da realidade no abastecimento de água no município de Altamira-PA.

Na sequência, a figura 20 representam a nuvem de palavras geradas pelas falas das mulheres do RUC Laranjeiras na oficina realizada para suporte da pesquisa. Durante o processo de exposição das consequências vividas no espaço do RUC Laranjeiras, criamos diferentes categorias através das palavras que mais eram mencionadas nas falas das mulheres.

Figura 20 – Palavras Geradoras criadas pelas Mulheres



Fonte: Software WordClouds, elaborado pela autora, 2023.

A análise sobre as palavras faladas pelas mulheres do Reassentamento RUC laranjeiras, nos faz entender através das narrativas, pois quando narram suas histórias do espaço dos seus cotidianos, é percebido os fatores da opressão, e dominação pelo invisível. O despertar das mulheres que se organizam para lutar, faz uma interconexão na construção dos papéis sociais, os direitos das mulheres.

Desenvolvimento para quem *¿*. A liderança no Reassentamento Laranjeiras questiona e segue falando.

Fala da Francinete Pinto Novaes: “(...) A exploração das altas taxas de energias, tem famílias que sobrevive apenas do BOLSA FAMILIA, e tem mês que o seu papel de energia vem R\$ 500,00 reais, se a família já vive com o benefício do governo, não possui moveis e a taxa de energia vem com cobranças altas.

Segundo afirma da Francinete Pinto Novaes: “(...) não é de hoje que os moradores dos reassentamentos de Altamira cobram pela baixa da tarifa. Já foi realizado audiências públicas (MPP) para pedir ajuda ao poder público.

Além dos impactos mencionados no acesso a água potável e limpa, o direito a energia elétrica com tarifas condizentes com a realidade. Já que UHE BELO MONTE é a terceira maior hidrelétrica do Brasil. Está instalada na região do Xingu.

E conseqüentemente a população de Altamira-PA, paga por um fornecimento de energia mais cara do país. Conforme representado quadro:

Quadro 2 – Distribuição de Energia

Ranking de tarifas por distribuidoras
Equatorial Pará: R\$ 0,962/kWh.
Enel RJ: R\$ 0,888/kWh.
Energisa MT: R\$ 0,883/kWh.
Energisa MS: R\$ 0,880/kWh.
Equatorial Alagoas: R\$ 0,866/kWh.
Equatorial Piauí: R\$ 0,854/kWh.
Amazonas Energia: R\$0,835/kWh.
Energisa AC: R\$ 0,828/kWh.

Fonte: Portal Solar ano 2023.

Conseqüentemente as populações mais vulneráveis e de baixa renda são as mais impactadas, assim se justifica o comprometimento da renda das famílias, principalmente da população dos reassentamentos no espaço urbano de Altamira-PA. As mulheres reconhecidas como Lideranças no RUC com quem foi mantido diálogo durante a pesquisa a maioria são oriundas de áreas de alagamentos, de moradias de palafitas que existia nos bairros periféricos em Altamira.

Os moradores do RUC Laranjeiras sofrem com o problema das contas de energias quando chega mês a mês. “Temos famílias no Laranjeiras que as mulheres deixam de comer para ter que pagar o papel de energia. Inúmeras mobilizações já foram realizadas no município de Altamira-PA,” (Francinete; Mab, 2024)

Para reivindicar a baixa das tarifas mesmo assim ainda compromete a renda principalmente das mulheres que recebem apenas o Bolsa família.

A senhora Francinete umas das lideranças no RUC laranjeiras e também membro das Mulheres atingidas por Barragem em Altamira-PA.

Menciona Francinete “(...) “Sou desenrolada, eu não tenho estudos, mas eu luto pelos nossos direitos em todas as reuniões principalmente quando preciso ir as ruas”.

(...) Só queremos o que foi prometido melhoria na qualidade de vida, moradia digna, água, luz, saúde, transporte que não chega como deveria é preciso brigar para a gente ser visto!

Na figura 21, mostra as várias mobilizações foram realizadas em Altamira nas proximidades do escritório da empresa Equatorial, responsável por gerir os serviços à população do estado do Pará.

Figura 21 – Distribuição de Jornais com noticiários sobre altas taxas de energias cobradas



Fonte: Movimento atingindo por Barragem, 2015.

Cabe apontar que o RUC Laranjeiras sofre com a problemática das altas taxas de tarifas cobradas, desde as primeiras mudanças das famílias para o Reassentamento. O movimento dos atingidos por Barragem realizam campanha Nacional com a Temática: A ENERGIA É UM ROUBO campanha que foi retomada após a pandemia de COVID -19, no ano de 2020, pois durante o confinamento das famílias houve um grande aumento nas taxas cobradas. Pudemos perceber que o Reassentamento traz uma gama de questões sociais. Assim possibilitando que as moradoras externalize os problemas vividos no dia a dia.

A análise da dimensão da espacialidade permitiu a criação do Organograma 02: abaixo: Criado com os impactos apresentados ao longo da pesquisa desenvolvida no RUC.

Organograma 2 – Processos decorrentes de remanejamento compulsório



Fonte: Pesquisa de campo, Sousa, 2023.

O Organograma organizado pela autora dos impactos espaciais recorrentes no RUC Laranjeiras, expõem impactos que são percebidos nas espacialidades das mulheres, o aumento da insegurança alimentar, pelas mulheres remanejadas, o modo de vida não segurado as populações, a perda dos laços afetivos, a identidade com o circuito de vizinhança e parentescos. Hoje podem contar a solidariedade exercida pela comunidade que faz parte do cotidiano.

A realidade do RUC Laranjeiras, é a segregação espacial, a utopia de um espaço vivido pelos moradores que ainda sentem pelas mudanças sofridas. Podemos afirmar que os deslocamentos compulsórios é um processo de desterritorialização perverso.

Neste organograma, tratamos, brevemente sobre as mudanças percebidas pelas mulheres no RUC laranjeiras. As mulheres construíram um universo de pautas reivindicatórias que estimularam as mesmas a se perceberem no seu dia a dia no RUC Laranjeiras. A solidariedade das mulheres que tentam manter vínculos para fortalecer a luta, por vida digna, acesso a políticas públicas que atendam o Reassentamento e seus moradores.

Além da conquista da Lei 14.755 do ano de 2023, que estabelece os direitos dos atingidos por Barragem as mulheres da associação do RUC Laranjeiras vislumbram conseguirem reaver seus direitos, no ano de 2024 a Hidrelétrica de Belo Monte precisa ter renovada a licença de operação. Desta forma as comunidades vislumbram lutar para que sejam reconhecidos que dentro do Plano Básico Ambiental de Belo Monte seja reconhecido que o componente 2.9 não foi cumprindo como se estabelecia

O Plano Básico Ambiental de Belo Monte. Na figura 22, os movimentos que mesmo depois da Instalação do empreendimento lutam e criam cada vez mais espaços de discussão para a visibilidade das lutas.

Figura 22 – Encontro de mulheres do Xingu



Fonte: Pesquisa de campo, Sousa, 2023.

Desde o ano de 2017 as mulheres do Xingu se reúnem em um coletivo, que tem como discurso legitimado a autonomia das mulheres, neste coletivo as mulheres se organizam em um Sistema de Rede.

Algumas representações como mulheres da Transamazônica e Xingu, mulheres negras, mulheres pescadoras, mulheres indígenas, mulheres quilombolas, o objetivo é dar voz as mulheres invisibilizadas.

A rede é muito diversa e essa junção e diversidade de perfis permite que as mulheres se organizem em prol de causas como os direitos das mulheres e dos povos das florestas, e contra a destruição da natureza pelo agronegócio, pelos seguimentos de madeiras entre outras categorias que vão surgindo ao longo do tempo.

Atualmente se pode perceber uma conquista do espaço por essas mulheres que se fortalecem tendo o reconhecimento pelas lideranças da região.

A luta contra Belo Monte já perpassa quatro décadas no ano de 2008 um encontro resultou em articulação de diversos grupos. Uma audiência pública fez com que os grupos sociais presentes escrevessem uma carta ao governo federal pedindo que Belo Monte fosse cancelada, que pode ser observado na figura 23.

Figura 23 – Audiência Ginásio da Brasília



Fonte: www.xinguvivo.org.br

Frente ao avanço dos estudos da época que se criava um empasse sobre Belo Monte, a classe do comércio de Altamira-PA, logo se organizou em um movimento de contra resposta afirmando os anseios pelo empreendimento com seu tema “Queremos a Hidrelétrica Belo Monte”. No conflito de interesses era eminente pela classe de empresários que vislumbravam um desenvolvimento mascarado para região. Assim ao participamos atualmente das reuniões, audiências públicas promessas são lembradas pelos movimentos.

Uma terra melhor, o desenvolvimento da região, mais emprego, mas saúde, a cidade mais estruturada. A oportunidade de sair do campo e viver na cidade, melhores moradias para as famílias reassentadas, qualidade de vida. Uma promessa viva nas memórias, e a esperança de ainda acontecer a tão sonhada melhoria de vida das populações que vislumbraram dias melhores com Belo Monte.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Maria, Maria É o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta

Maria, Maria Milton Nascimento, 1978.

A letra musical “Maria, Maria” mencionada em tela é uma canção de resiliência que remete as mulheres do Brasil que possuem desafios diários, força. Batalhas, luta independente das circunstâncias impostas a elas. É sobre as mulheres, desvendarem o universo feminino.

As histórias das Marias esquecidas que estão por todas as partes sonhando com dias melhores. Já que nos reassentamentos se pode encontrar a inúmeras Maria que estão as margens dos direitos sociais, que são invisibilizadas, muitas vezes silenciadas pela violência de gênero, e poder.

Os relatos e experiências das mulheres do reassentamento Laranjeiras, em Altamira-PA, evidencia que a construção da hidrelétrica Belo Monte e o subsequente processo de reassentamento que tiveram um impacto significativo na vida das mulheres. As mudanças drásticas no ambiente, na infraestrutura e nas condições de vida trouxeram desafios e dificuldades que precisam ser enfrentados de forma urgente.

As mulheres no reassentamento enfrentam uma série de problemas, desde a falta de acesso a serviços públicos básicos, como água potável e transporte, até a perda de espaços de lazer e a ausência de diálogo efetivo com as autoridades locais.

Além disso, questões de saúde, como o adoecimento devido à qualidade da água, têm impactado negativamente sua qualidade de vida. Aliás, almeja-se que as autoridades responsáveis assumam sua responsabilidade e tomem medidas concretas para enfrentar essas questões. Isso inclui o estabelecimento de canais de comunicação efetivos com a associação do bairro, para que as demandas e preocupações possam ser ouvidas e atendidas.

Nesse sentido, a participação ativa das mulheres e de movimentos sociais, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), é essencial. Através da organização coletiva e da luta pelos direitos, é possível fortalecer a voz das mulheres no reassentamento e pressionar por mudanças efetivas. Assim sendo, é importante ressaltar que o processo de reassentamento não deve ser apenas uma solução temporária, mas sim uma oportunidade de oferecer uma vida digna e sustentável para as famílias afetadas. Isso requer o envolvimento de todas as partes

interessadas, incluindo as reassentadas, as autoridades locais, as empresas responsáveis e a sociedade como um todo.

O estudo sobre mulheres no reassentamento de Laranjeiras destaca a necessidade de garantir direitos, os desafios e dificuldades enfrentados por essas mulheres e pela comunidade que lá vive. É essencial que medidas sejam tomadas para garantir o acesso a serviços básicos, a melhoria das condições de vida e o respeito aos direitos dessas mulheres. Somente através do diálogo, da participação ativa e do compromisso de todas as partes envolvidas será possível promover a transformação e garantir vidas mais dignas e sustentáveis para as mulheres no reassentamento de Laranjeiras.

Este trabalho se propõe analisar a condição socioespacial das mulheres remanejadas compulsoriamente para o RUC Laranjeiras Altamira-PA. Os relatos versavam sobre os impactos sofridos pelas mulheres remanejadas compulsoriamente e moradoras do RUC Laranjeiras e que se intitulam atingidas por Belo Monte.

No primeiro capítulo a pesquisa teórica dar embasamento científico com a abordagem do espaço como instância de transformação e espacialidades possibilitando a concepção da categoria. Buscamos tratar os impactos sofridos pelas mulheres remanejadas compulsoriamente por RUC Laranjeiras.

O remanejamento de populações oriundas de áreas de Barragem que sofre com o deslocamento, à perda da identidade, e a insegurança da reconstrução de vínculos. Configuram um olhar geográfico que possibilita estudar a história, o tempo dentro do espaço.

Este modelo de espaço tende a expressar, de certa forma, uma contradição, pois há um desarranjo espacial para essas populações remanejadas que sofrem com os reflexos das mudanças, interferindo significativamente no espaço vivido (Jesus; Vilar, 2022; Delgado, 1999). Destarte o autor só concretiza a ideias de que sim a mulheres são as mais impactadas, as mulheres remanejadas em todas as ocasiões, enfrentam muitas desigualdades.

No segundo capítulo falamos sobre as questões de gêneros, e as mulheres remanejadas, que sofrem, pois enfrentam muitas desigualdades, sendo percebido ausência de políticas inclusivas e abordagens sensíveis ao gênero, embora é possível minimizar esses impactos negativos e promover a igualdade de gênero em regiões de reassentamento urbano.

É importante destacar a solidariedade entre o coletivo, que lutam por melhorias, qualidade de vida, acesso a serviços públicos de formar igualitária, o sistema de cooperação entre as mulheres que buscam ser visibilizadas em um espaço ainda considerado atualmente patriarcal.

Ao que se entende que as mulheres não são escutadas, que dentro dos planejamentos, não são vistas como sujeitas de direitos que possuem voz.

Além de que é importante destacar o papel do Movimento dos atingidos por Barragem no RUC Laranjeiras, como objetivo, de forçar a empresa Norte Energia a cumprirem as condicionantes ainda pendentes, e sem ser cumpridas

No terceiro capítulo evidenciamos a pesquisa analisamos as espacialidades das mulheres, os impactos sofridos, as dinâmicas espaciais no reassentamento, que possibilitou a construção de um organograma construído na oficina realizada para que as mulheres se percebessem no espaço construído por elas mesma, as problemáticas e pautas foram desenhando e sendo construído.

Entretanto cabe apontar que a deficiência de serviços básicos, a ausência de políticas públicas, permitiram críticas ao poder público, a empresa Norte Energia responsável pelas criações do Reassentamento e das mudanças. O método da pesquisa fez com que o objetivo geral da pesquisa fosse concretizado alcançando analisar os impactos na mudança da dinâmica socioespacial das mulheres remanejadas para o RUC Laranjeiras.

A pesquisa transcorreu com análise de documentos, oficial, oficinas, entrevistas, trabalhos de campos, participação em eventos oficiais com participação em massa de mulheres que fazem parte do coletivo e são representativas no RUC Laranjeiras.

Diante dos indicadores de impactos sofrido pelas mulheres no RUC Laranjeiras, se constata a fragilidade no Plano Básico Ambiental de Belo Monte, pois há falhas no que concerne o cumprimento das condicionantes que insere o reassentamento criado para remanejar famílias que já viviam em vulnerabilidades, e riscos na área urbana de Altamira-PA.

As mudanças ocorridas provocaram a segregação, e a limitação de acesso a serviços que antes possuíam, como por exemplo o lazer, transporte, deslocamento, acesso ao rio, perda da renda, dificuldade de chegar ao trabalho, problemas de estruturas nas casas ofertadas, falta de comunicação, aumento do custo de vida, altas taxas de energia, escassez de água, educação limitadas.

Os Reassentamentos criados de certa forma 'pode ser considerado uma expansão do espaço urbano de Altamira, porém ultrapassado. Pois existem formas de moradias como conjuntos habitacionais que proporcionam mais qualidade de vida e melhores acesso aos serviços básicos para atender as necessidades das mulheres e suas famílias.

As análises apresentadas deixam claro que o Reassentamento permanece com inúmeros conflitos e as populações atingidas divididas em diversas categorias, ainda sofrem para garantir

os seus direitos. Ao revisitar documentos relacionados ao remanejamento para os RUCs construídos como medidas compensatória, não foi encontrado nos planos executados pela Empresa Norte energia, planejamentos, projetos que se menciona a questão de gêneros.

Com a realização deste trabalho análises deixaram evidentes que o Remanejamento é perverso, sendo mascarado pela promessa de desenvolvimento. As populações mais vulneráveis que já vivem as margens do capital sendo excluídas, pois não dispõe de recursos financeiros para proporcionar moradia dignas para membros que compõem o núcleo familiar vislumbram no novo uma vida melhor, com dignidade e igualdade. O leque de possibilidades se abre com a instalação do empreendimento que vende uma falsa esperança. A máscara do lugar os reassentamentos de certa forma é a negação do espaço, pois neste espaço a exclusão do direito a cidade é tirado aos poucos com a falta de oferta de serviços básicos.

Ao que se garantir que esta pesquisa não se deu por acabada, tendo em vista que a história sinteticamente tem um tempo e um espaço, continuam em constante mudanças. A geografia na atualidade é desenvolvida de forma dinâmica possibilitando novos estudos acerca dos espaços ocupados pelas mulheres que se tornaram protagonistas das suas próprias histórias no Brasil de inúmeras Marias.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. *In*: MAGALHÃES, S. B.; BRITO, R. C.; CASTRO, E. R. (orgs.). **Energia na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/Universidade Federal do Pará/Associação de Universidades Amazônicas, 1996.
- AMORIM, Regina; RIBEIRO, Ana Clara. **Desafios da Igualdade de Gênero na Sociedade Contemporânea**. São Paulo: Editora Atlas, 2018.
- ARAÚJO, Clara; MENEZES, Marlise. **Mulheres, Gênero e Feminismos: Perspectivas Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2016.
- BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e Aplicação da Constituição: Fundamentos de uma Dogmática Constitucional Transformada**. 7. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/54s4tSXRLqzF3KgB7qRTWdg/?format=pdf>. Acesso em: 31 jan. 2024.
- BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. **Trabalho, Gênero e Sexualidade: Mudanças e Continuidades**. São Paulo: Editora 34, 2015.
- CALAZANS, Maria José; FRANÇA JUNIOR, Ivan; SILVA, Luís Felipe. **Mulheres, Política e Poder: Reflexões sobre a Participação Feminina na Democracia Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri "Novas" contradições do espaço. *In*: DAMIANI, A. L.; SEABRA, O. (orgs.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 2001.
- COUTINHO, Marcino Ferreira; SANTANA, Ronaldo Henrique. Reassentamentos urbanos coletivos (rucs) Am Altamira: impactos sociais da UHE Belo Monte. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)**, v. 03, n. 02, p. 149-160, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/233889498.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2023.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- CLOSS, Lisiane; OLIVEIRA, Sidinei Rocha de. Economia criativa e territórios usados: um debate baseado nas contribuições de Milton Santos. **Cadernos EBAPE**, v. 15, p. 349-363, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395152437>. Acesso em: 30 set. 2023.
- COSTA, Bruna; FERNANDES, Gisele; MONTENEGRO, Mariana. **Mulheres na Política: Gênero e Poder**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.
- COSTA, Rosely Gomes. Reprodução e gênero: paternidades, masculinidades e teorias da concepção. **Revista Estudos Feministas, Florianópolis**, v. 2, n. 2, p. 339-356, 2002. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/WK3fcbGQkXxkGygZtFgGhzd/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

DARDEL, E. L. **Homme et la Terre**. Paris: Editions du CTHS, 1990.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2011. p. 123.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, Adriana. **Mulheres, Feminismo e Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2017.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. [L'invention du quotidien. 1a. arts de faire, 1990].

ENGELS, Frederick. **A origem da família da propriedade privada e do estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

GOOGLE EARTH. **Fotos de satélite**. Disponível em: <https://mapas.google.com>. Acesso: 28 jan. 2024.

GROSSI, Miriam Pillar. **Feminismos, Masculinidades e Equidade de Gênero**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

GUSMÃO, Angélica Soares. Milton Santos: por uma filosofia do desenvolvimento. **Revista Economia Política do Desenvolvimento**, v. 13, n. 29, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.28998/repd.v13i29.13350>. Acesso em: 14 set. 2023.

JODELET, Denise. Representation sociale: phénomènes, concepts et théories. *In*. S. Moscovid (org.) **Psychologie Sociale**. Paris: PUF, 1984. p. 357-378.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Loyola: São Paulo, 2004.

HERRERA, J. A.; SANTANA, N. C. **Empreendimento hidrelétrico e famílias ribeirinhas na Amazônia**: desterritorialização e resistência à construção da hidrelétrica Belo Monte, na Volta Grande do Xingu. **GEOUSP Espaço e Tempo**.

IAMAMOTO, Marilda V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 7. ed. Ensaio Críticos. São Paulo: Cortez, 2000.

JESUS, Marcus Henrique Oliveira de; VILAR, José Wellington Carvalho. Do território ao território usado: possibilidades entreabertas na ciência geográfica. **Geografia em Atos (Online)**, v. 6, p. 1-22, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.35416/geoatos.2022.8630>. Acesso em: 30 nov. 2023.

LAHORGUE, Mario Leal. **Território e territorialidade**. Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2016. p. 275-278.

LEITE, Gabriel. Pensando o espaço de todos: Milton Santos e a construção do campo do planejamento urbano e regional. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 23, n. 2, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pós-Estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2017.

MAB. NOTA TECNICA ISA. **PANORAMA SOBRE O SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE ALTAMIRA (PA)**. 2022

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço: Uma nova política da Espacialidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2015.

MACHADO, Carla *et al.* Crenças e atitudes dos profissionais face à violência conjugal. **Acta Med. Port.**, v. 22, p. 735-742, 2009. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/30941>. Acesso em: 12 jan. 2024.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**: edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, José Souza. **Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2004, p. 283-308.

MELUCCI, Alberto. Movimentos Sociais, Renovação Cultural e o Papel do Conhecimento. *In: Lua Nova*. São Paulo Cedec, n. 17, p. 49-66. 1994.

MENDES, F. J. C.; MIRANDA NETO, J. Q.; SOUZA, C. A. M. Lazer em reassentamentos urbanos coletivos: Práticas no RUC laranjeiras em Altamira-PA.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Nilton Marques de. Território. **Revista Tocantinense de Geografia**, v. 9, n. 17, p. 43-62, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.20873/rtg.v7n12p53-82>. Acesso em: 09 dez. 2023.

OLIVEIRA-NETO, Thiago *et al.* Contribuição de Milton Santos para o debate epistemológico na Geografia. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 61, p. 47-70, 2018.

OLIVEIRA, Aricarla Batista de *et al.* **Impactos socioeconômicos nas estratégias de sobrevivência das famílias reassentadas pelo Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN)**, 2017.

PEIXER, Z. I. **Utopias de progresso: ações e dilemas na localidade de Itá frente a uma hidrelétrica**. 1993. 131 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia política.) – Departamento de Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

PEDRO, Joana Maria; FERREIRA, Virginia Leone. **Mulheres na Universidade: Histórias e Perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp, 2002.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero e feministas: um campo científico. **XXXI Encontro Anual da ANPOCS**, p. 1-23, 2007.

SAYÃO, Deborah Thomé. Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu. **Perspectiva**, v. 21, n. 1, p. 121-149, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/%25x>. Acesso em: 11 jun. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2015 [2004].

SAFFIOTI, Heleieth I. B.; ALMEIDA, Suely de S. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp, 2002.

SCAVONE, L. **Dar a vida é cuidar da vida: feminismo e ciências sociais**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2004.

SCOTT, G. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, 1995.

SCOTT, Joan W. História das mulheres. *In*: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992. p. 63-95.

SILVA, Darlene Costa. **Uma Interpretação Geográfica dos Impactos da Hidrelétrica Belo Monte**: Estudo de Caso da Vila Santo Antônio e da Comunidade Babaquara. 2018. 153f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto De Filosofia E Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2018.

SILVA, Darlene Costa. **A (Des)territorialização e as Estratégias de Reassentamentos Rurais Ocasionalmente por Hidrelétricas**: uma análise a partir de Santo Antônio (RO) e Belo Monte (PA). 2020. 144f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Mestrado e Doutorado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia, PPGG/UNIR, Porto Velho, RO, 2020.

SILVA, Emanuel Luiz Pereira da *et al.* Reflexões sobre lugar, território e políticas públicas. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 1, p. 2490-2502, 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/42481>. Acesso em: 30 abr. 2024.

SILVA, Hyngrid Conceição *et al.* O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI. Capítulos I a IV. 9. ed. Record, 2006. **Revista GeoAmazônia**, v. 9, n. 17, p. 152-157, 2021.

SILVEIRA, Raquel da Silva; NARDI, Henrique Caetano; SPINDLER, Giselle Articulações entre gênero e raça/cor em situações de violência de gênero. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 2, p. 323- 334, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000200009>. Acesso em: 15 abr. 2024.

SOJA, E. W. **The Political Organization of Space**. Washington, D.C: AAG Commission on College Geography, 1971.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), v. 16, n. 3, p. 89-109, 2012.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SPOSITO, Maria E. B. **O chão arranha o céu: a lógica da (re)produção monopolista da cidade**. 1991. 394f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Revista IEB**, n. 50, set./mar. 2010. p. 13-138. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2011/05/34662-Texto-do-artigo-40614-1-10-20120722.pdf>. Acesso em: 12 maio 2024.

TORRES, Eduardo Marques Haroldo. **São Paulo: Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais**. Ed. Senac SP, 2005.

TOURAINÉ, Alain. **Os movimentos sociais**. 2004.

WOLFF, Cristina Scheibe. Relações de gênero e violência nos seringais do Alto Juruá – Acre (1870-1945). **Revista de Ciências Humanas da Universidade Federal de Florianópolis**, Florianópolis, v. 15, n. 21, p. 91-108, 1997.

VAINER, Carlos B.; ARAUJO, Frederico Guilherme B. de. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

